

cadernos *sempreviva*

# Economia Feminista

Organizadoras

**Nalu Faria**  
**Miriam Nobre**

sof

---

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

cadernos *sempreviva*

### Cadernos Sempreviva

Uma publicação da SOF – Sempreviva Organização Feminista

#### Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)

#### Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

F233e

SOF Sempreviva Organização Feminista  
Economia Feminista / Nalu Faria e Miriam  
Nobre (orgs.). São Paulo: SOF, 2002.  
104 p. (Coleção Cadernos Sempreviva).

1. Feminismo 2. Feminismo 3. Gênero 4. Relações sociais  
5. Valores I. Título

CDU – 338:396

ISBN 85-86548-09-X



9 788586 548093

cadernos sempreviva

## Economia Feminista

Organizadoras

**Nalu Faria**  
**Miriam Nobre**



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

## SOF – Sempre Viva Organização Feminista

### Diretoria

Presidente: Rosângela Dias Oliveira da Paz  
Vice-presidente: Maria Luiza da Costa  
1.ª Secretária: Maria de Lourdes Alves Rodrigues  
2.ª Secretária: Caio Galvão de França  
1.ª Tesoureira: Marilane Oliveira Teixeira  
2.ª Tesoureira: Eloisa Gabriel dos Santos  
Conselho Fiscal: Alice Mitika Koshiyama, Francisca Genilce Gomes,  
Maria das Graças Jesus Xavier Vicira, Jorge Kayano (suplente)

### Equipe Técnica

Nalu Faria (coordenadora geral)  
Miriam Nobre (coordenadora de programas)  
Sonia Maria C. G. Orellana  
Neide Yamaguchi  
Fernanda Estima  
Háilda Cristina R. F. Delbucio  
Márcia Regina Santos Sardinha  
Júlia Ruiz Di Giovanni

### Equipe Administrativa

Laís Sales Costa (gerente administrativa)  
Ingrid Otília de Oliveira

### Apoio e Manutenção

Antônio Pinheiro Maciel Filho  
Maria de Lourdes Pires

Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros  
CEP 05417-080 São Paulo SP Brasil  
Tel./fax: (11) 3819-3876  
correio eletrônico: sof@sof.org.br  
http://www.sof.org.br

### Edição

Edição de texto, arte e editoração eletrônica: Morissawa Casa de Edição  
Capa: Carla Sarmento

Esta publicação teve apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

**Impressão e fotolitos:** Movimento Produções Gráficas e Fotolito  
Tiragem: 3.000 exemplares

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Introdução à economia feminista / MIRIAM NOBRE .....	10
Questionamento da teoria, metodologia e prática da economia dominante .....	10
A visibilidade das mulheres como sujeitos e análises de gênero .....	13
Economia feminista e marxismo.....	14
Economia neoclássica e economia marxista: dois campos teóricos e as possibilidades das análises econômicas de gênero / GUSTAVO CODAS .....	16
Dois campos teóricos .....	16
A abordagem neoclássica .....	17
A abordagem marxista .....	20
A economia feminista / DIANA STRASSMANN.....	24
O paradigma dominante.....	25
Os desafios da reconceitualização .....	30
A exclusão do ponto de vista feminista.....	36
Conclusão .....	39

Por que os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas feministas-marxistas-anti-racistas / JULIE MATTHAEI .....	44
Princípios centrais da economia marxista .....	47
Por que os/as economistas feministas/anti-racistas devem ser marxistas .....	53
Por que os/as economistas feministas devem ser anti-racistas .....	58
Por que os/as economistas marxistas devem ser feministas e anti-racistas .....	60
Refazendo "tradições": mudanças na economia política da alimentação / HARRIET FRIEDMANN .....	
Mudanças na economia política da alimentação .....	72
"Tradições" lançadas na ordem do mundo colonial .....	73
Desfazendo e refazendo a "tradição": os Estados Unidos e o desenvolvimento .....	74
A crise da dívida e a globalização .....	78
Mudanças nas íntimas relações entre as famílias e os alimentos .....	83
Que futuro construiremos: global ou local? .....	87
	94

## APRESENTAÇÃO

A SOF organizou seu primeiro seminário de formação econômica dirigido às mulheres em 1999. Naquele momento o debate relacionando economia e feminismo que conhecíamos estava restrito à análise do trabalho das mulheres e do trabalho doméstico, como as contribuições das feministas e economistas brasileiras Lena Lavinas e Hildete Pereira de Melo.

Nestes últimos três anos pudemos nos aproximar da teoria econômica feminista e perceber que ela vai além do tema do trabalho: discute gênero nas políticas macroeconômicas, como as de orçamento e fiscal, e, mais do que ampliar temas, tem a intenção de promover uma mudança radical na análise econômica, em seus pressupostos básicos e metodologias.

O debate sobre teoria econômica feminista é praticamente inexistente no Brasil. Tivemos acesso a ele graças a nossas companheiras da Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e a economistas feministas de outros países que fomos conhecendo nesse percurso, como Carmen Diana Deere e Cristina Carrasco. A todas elas devemos orientações preciosas sobre o que ler e como organizar nossas reflexões.

Temos estudado e discutido a teoria econômica feminista em um processo coletivo, que se organiza em nossa Rede Economia e Feminismo (REF), criada em novembro de 2001, que está se estruturando em núcleos em sete estados brasileiros e se articula com a REMTE. Animamos um grupo de reflexão sobre feminismo e economia, realizamos o Seminário Feminismo e Economia, quando da criação da REF, e o Curso de Formação Econômica Feminista, em junho de 2002. O debate entre parceiras nos é de fundamental importância, já que nosso objetivo é construir um discurso comum que alimente nossa intervenção, mediante a

apreensão da teoria econômica feminista na análise da realidade brasileira e na elaboração de propostas.

Abrimos este caderno com uma introdução à economia feminista como a temos feito em nossas atividades de formação. Nessas atividades percebemos que é importante situar as mulheres – muitas de nós não-economistas – no que são os elementos centrais da teoria econômica dominante – a teoria neoclássica – e da teoria marxista para melhor compreender a extensão e o significado da crítica feminista. Gustavo Codas tem nos ajudado nessa tarefa e aqui reproduzimos seu texto, elaborado como suporte a nossos seminários e cursos.

Seguimos com o artigo “Economia feminista”, escrito por Diana Strassmann como um tópico para o compêndio da revista *Feminist Economics*. Essa revista, referência fundamental para nós, é editada desde 1995 pela Associação Internacional das Economistas Feministas (IAFFE), organização criada em 1993 como um espaço de debate das distintas correntes de economistas feministas.

Nesse artigo ela nos conta a história da constituição de uma teoria econômica feminista em contraposição à teoria econômica neoclássica, dominante nos círculos de pesquisa e ensino. Esse paradigma dominante está centrado em uma economia operada por agentes supostamente autônomos (independentes, racionais, com capacidade de escolha) e cujas decisões são descritas e analisadas na forma de modelos matemáticos. A teoria econômica feminista questiona esse paradigma e introduz a experiência concreta das mulheres, mostrando como o modo de as pessoas operarem no mercado não é unicamente racional e autônomo, mas marcado por desigualdades, normas culturais preconceituosas e relações de opressão e exploração.

Em seguida trazemos o artigo de Julie Matthaei: “Por que os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas feministas-marxistas-anti-racistas”. Esse foi o primeiro texto que discutimos em nosso grupo de reflexão e com o qual muito nos identificamos. A autora se dirige a dois públicos em particular: aos/às feministas e aos/às marxistas, com quem estamos sempre dialogando em nossa militância. Ela propõe aos/às feministas perceber como a teoria econômica marxista é mais

útil para enfrentar o desafio de desnaturalizar as relações de gênero. Convida os/as marxistas a corrigir “o viés masculino e branco em suas teorias de socialismo, se é que essas teorias querem desenvolver uma alternativa verdadeiramente liberadora ao capitalismo”.

Os esforços da economia feminista em construir outros paradigmas e métodos têm tido maiores desdobramentos na microeconomia, com a utilização de modelos de negociação para analisar a maneira de as pessoas operarem no mercado. Na macroeconomia e na economia política o desafio proposto é de inverter a lógica centrada na produção e no mercado, trazendo para o coração das análises e políticas a reprodução social e o bem-estar das pessoas. Para exemplificar essa segunda tendência traduzimos o texto de Harriet Friedmann: “Refazendo tradições: mudanças na economia política da alimentação”. Esse artigo foi produzido no contexto do projeto Tomasita, que se dedicou a acompanhar as condições de vida e trabalho das mulheres trabalhadoras na agricultura de exportação no México e nos supermercados e cadeias de *fast food* no Canadá. Suas reflexões também nos inspiram em nosso debate sobre soberania alimentar, um dos eixos de trabalho de nossa Rede Economia e Feminismo.

A análise e o debate que nos fortalecem em nossa prática individual e coletiva para transformar a vida das mulheres é o que buscamos apresentar nos Cadernos Sempre Viva. Esperamos que, assim como ocorreu conosco, esses textos suscitem novas reflexões, atualizando a leitura crítica feminista das realidades que vivenciamos.

São Paulo, dezembro de 2002.

NALU FARIA e MIRIAM NOBRE

## INTRODUÇÃO À ECONOMIA FEMINISTA

Miriam Nobre

O que chamamos de economia dominante ou do *mainstream* é a economia neoclássica, que é praticamente a única que se estuda nos cursos de Economia. Existem vários desdobramentos, sofisticações, mas até hoje eles partem do princípio de que o motor da economia é o indivíduo, suas preferências e escolhas totalmente racionais e explicáveis pelo seu desejo de maximizar a utilidade ao mínimo custo. As escolhas racionais e egoístas dos indivíduos se complementam com comportamentos altruístas na família, lugar privilegiado das mulheres.

### QUESTIONAMENTO DA TEORIA, METODOLOGIA E PRÁTICA DA ECONOMIA DOMINANTE

As feministas afirmam que esse indivíduo, o chamado *homo economicus*, que a economia dominante observa, não é uma pessoa qualquer, mas um homem branco. Suas preferências e a maneira de agir pode até explicar o comportamento de um homem branco de 30 e poucos anos, detentor de capital, mas não toda a humanidade.

Quanto ao grau de autonomia, que lhe é atribuído pela tendência econômica dominante para exercer suas escolhas, as feministas o questionam, mostrando que existem relações de poder e conflito, tanto na sociedade como na família, fazendo com que uns tenham mais autonomia do que outros.

Esse indivíduo é, ademais, pensado de forma isolada, como um Robinson Crusó em uma ilha perdida, que nunca foi criança nem será velho porque não tem relações de dependência com ninguém. Como as feministas comentam, esse homem é como um fungo que já aparece pronto e com suas preferências definidas. Além de difundir o mito da independência, o pressuposto da autonomia esconde todo o trabalho da reprodução, da produção das pessoas, que é feito em sua maioria pelas mulheres.

Segundo a economia dominante, os indivíduos fazem suas escolhas, e elas podem ser projetadas para explicar o funcionamento de uma sociedade por meio de modelos matemáticos de correlação entre fatores. Por exemplo: para saber se a quantidade de adubo que se põe em uma planta corresponde ou não a um aumento de produção, estabelece-se uma equação entre a variável quantidade de adubo e a variável quantidade de produção que demonstra a existência ou não de uma correlação entre esses dois fatores.

Em relação aos modelos econômicos, os/as economistas feministas fazem uma série de críticas. A primeira é a primazia da linguagem matemática, o que tem a ver com a própria constituição da economia como uma ciência. Para a economia dominante só existe o que se consegue comprovar com um modelo matemático. As feministas combinam com os modelos outros instrumentos construídos na antropologia, na sociologia, trabalhando com a interdisciplinaridade.

Existe um mito de que a linguagem matemática garante uma análise imparcial. Por exemplo, no tema da abertura comercial e a situação das mulheres já encontrei estudos que estabelecem correlações entre o índice de desenvolvimento por gênero e o índice de abertura comercial. O primeiro é composto por variáveis como a diferença salarial entre homens e mulheres, as diferenças na escolaridade, a esperança de vida. Se for estabelecida uma correlação positiva entre um e outro, a interpretação direta é de que quanto maior a abertura comercial, maior o nível de desenvolvimento por gênero, melhor a situação das mulheres.

A diferença salarial entre mulheres e homens é um indicador complexo. Essa diferença pode estar diminuindo porque o salário

médio dos homens caiu ou porque aumentou a diferenciação entre as mulheres, com um setor delas ganhando mais e puxando a média salarial feminina para cima. Portanto não é possível afirmar que a situação de todas as mulheres melhorou como decorrência direta desse índice.

Quando um/a economista propõe uma correlação entre variáveis que pretendem representar realidades tão amplas, ele/a está fazendo uma escolha política. Se há uma escolha política prévia, não há só matemática envolvida na análise. Mas se um modelo econômico for estabelecido, ele dá legitimidade a uma hipótese, que se desdobra em argumentos, em políticas como a de justificar acordos de abertura comercial, a exemplo da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

As feministas consideram relações de poder e de conflitos na sociedade e procuram compreendê-la com outros instrumentos, que são os modelos de negociação. Um bom exemplo da utilização de modelos de negociação e da interdisciplinaridade está no texto "Negociación y relaciones de género: dentro y fuera de la unidad doméstica", da economista feminista indiana Bina Agarwal. Nesse artigo ela descreve os modelos de tomada de decisão por processo de negociação baseados na teoria dos jogos, como um avanço em relação ao modelo neoclássico de unidade doméstica. Porém aponta seus limites e procura dar-lhes resposta ao tratar do poder de negociação das mulheres diante das percepções sociais sobre trabalho e necessidade, e da confrontação entre unidade doméstica, comunidade, mercado e Estado.

O universo de análise da economia dominante restringe-se a como se move o comércio, o governo e o mercado onde circula o dinheiro. A economia feminista amplia esse universo, considerando o informal, aquilo que se dá sem ser estritamente monetário, como o universo doméstico.

Os valores que movem o *homo economicus* derivam, segundo a economia neoclássica, da escassez de recursos existente na sociedade. Na competição por esses recursos, cada indivíduo se torna o mais eficiente possível. Essa competição vai organizando a sociedade de mercado por meio de uma mão invisível. Para as economistas feministas existem outros valores regulando as relações

econômicas. Por exemplo, a reciprocidade. Uma primeira impressão que temos é de que a reciprocidade teria um valor positivo associado ao gênero feminino.

Mas nem todas as economistas feministas trabalham com esse ponto de vista na leitura de tais valores. Bina Agarwal descreve, no texto citado, uma comunidade indiana onde as mães investem mais no filho homem por saberem que assim garantem seu sustento por ele na velhice. O filho homem também tira proveito dos privilégios dessa relação. Para essa autora a reciprocidade não é, portanto, necessariamente um valor positivo ou que não tenha nada de racional ou material envolvido.

Contrapondo-se à idéia da mão invisível, a economista feminista Nancy Folbre usa a do coração invisível, numa economia que considera o cuidado, as tarefas da reprodução. Tomando-se a economia como um todo, há outros valores fazendo as pessoas se moverem, tomarem decisões, e não somente a competição, a eficiência.

#### A VISIBILIDADE DAS MULHERES COMO SUJEITOS DE ANÁLISES DE GÊNERO

Além da crítica ao paradigma dominante, o aporte da economia feminista é tornar visível a contribuição das mulheres à economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde, educação e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia.

Uma outra linha de acúmulo são as estatísticas que quantificam o trabalho não-remunerado das mulheres na família e na comunidade e o incluem nas contas nacionais, nos cálculos de produto interno bruto, nos orçamentos.

No Brasil temos trabalhado mais nas análises das desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nos indicativos para a formulação de políticas. As perguntas frequentes são: qual é o lugar dos homens e mulheres no mercado de trabalho? Por que as mulheres estão concentradas em determinados espaços, justa-

mente os menos valorizados, os mais mal-remunerados? Como se explica a diferença salarial entre homens e mulheres?

Uma hipótese que responde a essas indagações é a segregação ocupacional. A socióloga Cristina Bruschini propõe que, como o universo de trabalho das mulheres em determinadas ocupações é limitado, há uma grande demanda de mulheres para uma oferta pequena de empregos nesses setores, o que faz com que os salários caiam. Mas a desigualdade não se deve somente a isso, mas também ao fato de as mulheres serem as responsáveis pelo cuidado dos filhos. Portanto elas atuam com o que a autora chama de "sabedoria da conciliação", que as fazem "escolher" o trabalho informal ou jornadas menores para poderem conciliar o emprego com o cuidado da casa e dos filhos. Daniëlle Kergoat nos propõe o tema da qualificação. As mulheres são bem preparadas para as funções que executam mediante sua socialização de gênero. Porém suas habilidades são naturalizadas e desconsideradas na remuneração do trabalho.

O trabalho doméstico e as relações no núcleo da família, a distribuição de renda entre homens e mulheres, e também a análise do acesso das mulheres à terra e ao crédito de financiamento da produção são outros temas de interesse das economistas feministas. A partir dessa análise do lugar ocupado por homens e mulheres na sociedade, do grau de acesso que têm à renda, ao trabalho, aos recursos, as feministas acompanham as políticas econômicas, em especial as de ajuste estrutural e seu impacto diferenciado sobre homens e mulheres, e elaboram e propõem políticas de fortalecimento das mulheres e de reversão das desigualdades de gênero.

## ECONOMIA FEMINISTA E MARXISMO

A crítica feminista à economia marxista trata de sua centralidade nas relações de produção capitalista, marginalizando o trabalho doméstico e as atividades ligadas à reprodução que, segundo Marx, não produzem valor.

Diferentemente dos economistas neoclássicos, que situam o valor na utilidade da mercadoria produzida, para Marx só o traba-

lho humano cria valor. Assim como distingue o valor de uso de uma mercadoria de seu valor de troca, que é quantificado em horas de trabalho humano em dadas condições sociais e históricas, ele distingue também o trabalho produtivo para a sociedade do trabalho produtivo para o capitalismo. Dessa forma Marx considerava o trabalho doméstico não-produtivo (para o capital), na medida em que ele não produz valor (de troca), mesmo sendo produtivo para a sociedade.

Porém a teoria e o método marxistas são de grande utilidade às feministas por sua historicidade e por incorporar processos não-econômicos, como a política e a cultura, na análise da realidade. Ainda mais quando os/as feministas se propõem olhar a realidade não só a partir de gênero, mas articulando classe, gênero e raça. Um ponto comum entre o marxismo e a teoria econômica feminista é o sentido de intervir para mudar uma realidade. A teoria feminista tem o propósito de criar instrumentos para transformar a sociedade e combater as desigualdades, e o marxismo também tem esse pressuposto de que a realidade é transformada a partir da ação coletiva e de que é importante ter uma ciência social com uma visão libertadora e de transformação que embase essa ação.

## Referências bibliográficas

- AGUIRRE, Berta. "Negociación y relaciones de género: dentro y fuera de la unidad doméstica". *Historia Agraria*, n. 17, SEHA, 1999.
- BRUSCHINI, Cristina. *Gênero e trabalho feminino no Brasil, novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995*. Campinas, abril, 1998. mimeo.
- CARRASCO, Cristina. Introducción: hacia una economía feminista. In: CARRASCO, C. (ed.), *Mujeres y economía*. Barcelona: Icaria, 1999.
- FOLBRE, Nancy. *Who pays for the kids?* London: Routledge, 1994.
- KERGOAT, Daniëlle. "A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais a sua subversão". *Pro-Posições*, n. 13, n. 1 (37), Faculdade de Educação/Unicamp, 2002.
- ULLÓA, María. "Teoría y principios de la economía feminista". Documento de trabalho. Mesa de Trabajo Mujeres y Economía. Colômbia, agosto de 2000.



## ECONOMIA NEOCLÁSSICA E ECONOMIA MARXISTA: DOIS CAMPOS TEÓRICOS E AS POSSIBILIDADES DAS ANÁLISES DE GÊNERO

Gustavo Cotas\*

Este texto é uma introdução ao estudo e debate sobre o tema. Necessariamente esquemático, abordará apenas alguns aspectos de dois grandes campos teóricos econômicos para discutir como eles incluem ou podem incluir o conceito de gênero. Não pretende esgotar a análise de todas as dimensões que obrigatoriamente estariam envolvidas em tal debate, mas se deter naquilo que podemos considerar o núcleo explicativo de cada um.

### DOIS CAMPOS TEÓRICOS

Os dois campos em estudo são a economia neoclássica e a economia marxista.

A *economia neoclássica* é a que está na base de todos os principais livros de texto das universidades no Brasil e no mundo. Pode assumir outras denominações (teoria marginalista, escola austríaca, etc.) porque, se possui um núcleo interior comum, que vamos discutir mais adiante, apresenta uma relativa diversidade de origens e abordagens. Embora tenha antecedentes no começo do século XIX passou a dominar no final desse século. Está intimamente ligada às tentativas de se fazer da economia uma *ciência positiva* (que revelasse o mundo econômico como ele é), separada das ten-

\* Economista, assessor da Secretaria de Relações Internacionais da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

tações de uma *ciência normativa* (o mundo como gostaríamos que ele fosse). Pressupunha, assim, estar isenta de *valorações* por parte do economista. Isso ficava mais marcado ainda porque, para tal vertente, tinha grande importância a formalização matemática de todo o raciocínio econômico – toda explicação deveria ser traduzida em equações matemáticas.

A *economia marxista* tem por base as análises de Marx sobre o capitalismo no século XIX. Essas análises eram *totalizantes* e não estritamente *econômicas*, daí que tentar estabelecer uma *teoria econômica marxista* representa uma *certa redução* do pensamento desse autor. (Mais adiante voltaremos a esse problema.) Por outro lado, ele era contrário à separação entre *ciência* e *ação política*. Desde jovem defendera que até então os pensadores “apenas interpretaram o mundo de forma diferente, porém o que importa é mudá-lo”<sup>1</sup>. Para tanto, a análise marxista assumia *um ponto de vista de classe*, o dos trabalhadores<sup>2</sup>. É essa perspectiva que lhe dá o caráter de crítica da sociedade capitalista, de análise aprofundada da realidade e de programa político para sua superação. Por último, devemos frisar que é mais apropriado falar, no plural, de *marxismos*, já que a herança desse autor teve trajetórias múltiplas desde sua morte em 1883, em muitos casos resultantes de tensionamentos internos existentes em sua própria obra.

### Um problema comum

A economia diz respeito às explicações sobre como uma sociedade decide produzir o quê e sobre como ela distribui os bens e serviços para satisfazer as necessidades de seus membros, dada uma certa quantidade de recursos materiais e humanos. Os campos teóricos se dividem quando tentam organizar as respostas.

### A ABORDAGEM NEOCLÁSSICA

Até o surgimento da economia neoclássica, as abordagens dominantes nas análises, mesmo dos principais economistas burgueses<sup>3</sup>, começavam pelo trabalho (a divisão do trabalho e sua

relação com o funcionamento do mercado; o trabalho como fonte do valor das mercadorias) e tinham uma perspectiva *histórica*.

A economia neoclássica estabeleceu um novo ponto de partida analítico. A chave passou a ser o indivíduo e sua conduta no mercado. Mas *qual indivíduo?* Os neoclássicos desenvolveram uma *simplificação* para descrever o que seria o *indivíduo padrão*. Em 1881, Francis Y. Edgeworth publicou o livro *Psicologia matemática*, no qual

baseou-se na suposição de que *cada homem é uma máquina de prazer*. Essa concepção era original de Jeremy Bentham, em princípios do século XIX [...], uma interpretação filosófica da humanidade como um conjunto de calculistas de lucros e perdas, cada qual dispondo de sua vida para ter o máximo de prazer de sua máquina de somar psicológica<sup>1</sup>.

A esse *indivíduo padrão* deu-se a denominação *homo economicus*<sup>2</sup>.

De fato, esse conceito neoclássico retoma um aspecto da economia clássica burguesa: em uma passagem de seu principal livro, Adam Smith<sup>3</sup> afirmava que era a busca dos objetivos mesquinhos de cada um que fazia com que se promovesse o bem-estar geral da sociedade. Quando cada indivíduo tenta obter o máximo de vantagens e de gastar o mínimo de recursos, a soma total dessas atitudes na sociedade é um resultado melhor do que se todos tentassem coletivamente o bem-estar social. Smith afirmava existir uma “mão invisível” que conduziria a esse resultado independentemente da vontade de cada indivíduo.

Com o *homo economicus* a economia neoclássica quer definir aquilo que considera fundamental na caracterização dos indivíduos enquanto atores econômicos:

- Em primeiro lugar, a sociedade aparece como uma somatória de indivíduos indiferenciados. Não há classes sociais, gênero, etnia etc. Isso no campo do conceito. É claro que os autores neoclássicos percebiam diferenças dentro da sociedade. Mas situações melhores ou piores eram resultado do *quanto* de *homo economicus* que cada grupo humano tinha:

[...] embora todos os homens fossem máquinas de prazer, alguns eram máquinas melhores do que outros. Os homens estavam, por exemplo, melhor preparados para administrar sua conta bancária

psicológica do que as mulheres, e a sensibilidade delicada da “aristocracia da habilidade e do talento” reagia melhor aos prazeres da boa vida do que as máquinas de prazer rústicas das classes trabalhadoras. [...] [Edgeworth] justificava positivamente as divisões de sexo e situação que se podiam observar no mundo<sup>7</sup>.

- Trata-se de um conceito *a-histórico*. Em todo lugar e circunstância, o conceito a ser aplicado é o mesmo. Pode-se estar estudando sociedades indígenas na Amazônia ou especuladores da bolsa de valores de Nova York, nos dias de hoje ou séculos atrás. Haveria um padrão de comportamento comum, definido pela conduta do *homo economicus*.

No entanto, esse *homo economicus* tem reminiscências históricas do processo de constituição da burguesia no interior da ordem feudal. Suas características são uma idealização dos traços do comportamento que o burguês teria tido dentro da sociedade feudal<sup>8</sup>.

- A abordagem neoclássica prioriza o indivíduo enquanto consumidor. Isso constitui uma profunda mudança diante das abordagens anteriores (clássicas ou marxista) que priorizavam a dimensão da produção, dos produtores, do trabalho.

- A sociedade é uma somatória de indivíduos; os fenômenos sociais são uma somatória de atitudes individuais. Primeiro, estuda-se o caso de um indivíduo (comprando ou vendendo um produto etc.); depois disso, soma-se a conduta desse indivíduo às dos outros e tem-se assim o que seria a conduta social global.

- No esquema neoclássico, os indivíduos são tratados de forma indiferenciada, mesmo quando há claras diferenças de classe. É isso que aparece em um dos esquemas que tentam sintetizar o funcionamento geral da economia conhecida como *fluxo circular* da renda e do produto<sup>9</sup>.

Nesse esquema há *famílias e empresas*. As famílias são proprietárias de capital, terra ou mão-de-obra (os três *fatores de produção*) que oferecem às empresas. Estas contratam esses fatores de produção para produzir bens ou serviços e, em retribuição, remuneram as famílias com pagamento de lucros, renda da terra ou salários, respectivamente. Com essa remuneração as famílias compram bens ou serviços das empresas, completando o fluxo circular.

### Qual é o lugar do gênero nos conceitos neoclássicos?

O pressuposto da economia neoclássica é o indivíduo indiferenciado. É o estudo do que há de igual mesmo entre desiguais. Todos/as somos consumidores da mesma maneira: buscamos maximizar o *prazer*. Não importa que um indivíduo tenha muito dinheiro para gastar e outro pouco. É o comportamento comum entre aquele que é proprietário de capital (e quer tirar o máximo de lucro desse capital) e aquele proprietário do fator de produção mão-de-obra (e quer tirar o máximo de salário). Ambos buscam *maximizar* seus prazeres obtendo o máximo de remuneração de seus respectivos fatores de produção, para assim terem o máximo de bens e serviços.

A economia neoclássica não se interessa pelo problema do acesso desigual aos recursos. Isso está dado. A partir daí os indivíduos fazem suas escolhas de consumo e de aplicação dos fatores de produção que possuam, tentando maximizar o prazer do usufruto de bens e serviços e maximizar a remuneração de um determinado fator.

Assim como as diferenças de classe não são relevantes nessa abordagem da economia, tampouco o serão as diferenças de gênero.

### A ABORDAGEM MARXISTA

Na análise marxista da economia, vamos destacar alguns aspectos que consideramos fundamentais:

- Para Marx, se qualquer sociedade tem uma certa quantidade de recursos (naturais, humanos, tecnológicos etc.), o decisivo para entender sua dinâmica, no entanto, é ver como organiza sua utilização e, para tanto, a forma de acesso da população a esses recursos é chave. Há diversos *modos de produção* por meio dos quais a humanidade tem respondido a essa questão ao longo dos séculos. O capitalismo é uma dessas formas. Por isso a abordagem marxista é *historicista*<sup>10</sup>.

- Por outro lado, as sociedades, a partir de um certo patamar de evolução da técnica, produzem mais do que necessitam para

sobreviver. São sociedades que produzem *excedentes* econômicos. A questão é: quem e como irão se apropriar desses excedentes?

- Um dos elementos fundamentais na caracterização do capitalismo como forma de organização da produção é que uma reduzida minoria (burguesia, capitalistas) tem a propriedade legal dos meios de produção (capital), enquanto a maioria (proletariado, classe trabalhadora) não possui mais do que sua força de trabalho para *vender*. Essa *assimetria*, essa diferença de classe, está na base da explicação marxista da dinâmica do capitalismo. Outro elemento-chave é que a burguesia tem por objetivo não a satisfação de suas necessidades, mas a acumulação de capital: transformar seus lucros em mais capital para obter mais lucros, e assim sucessivamente.

- É essa forma de organização social que permite àquela minoria se apropriar do *excedente* produzido pela classe trabalhadora, ou seja, obter lucros de seu capital. Isso acontece em um contexto de luta, de disputa entre as classes sociais em torno da apropriação do excedente.

Essa disputa tem diferentes histórias nacionais. Em um país ou em um período histórico, a classe trabalhadora encontra-se mais bem posicionada (ou não) em relação a outro país ou período. Isto é, ela se constitui enquanto sujeito em um processo histórico concreto. Por isso não há para o marxismo análise econômica sem análise da luta de classes concreta<sup>11</sup>.

### Qual é o lugar do gênero nos conceitos marxistas?

Diferentemente da economia neoclássica, a teoria marxista tem no estudo das *diferenças* um de seus elementos fundamentais. Que um indivíduo seja proprietário de capital e outro seja proprietário de sua força de trabalho são dados explicativos para seus comportamentos diferenciados na economia.

Para Marx, as *diferenças de classe* eram fundamentais para explicar os fatos nas esferas da política e da economia, mas ele não ignorava que *outras diferenças* também tinham um papel relevante na organização econômica das sociedades<sup>12</sup>.

No entanto, Marx priorizou uma dimensão da economia capitalista. O foco de seu estudo esteve nas relações econômicas

mediadas pelas relações mercantis (compra e venda, em dinheiro) e orientadas à acumulação de capital (realização de lucros e seu reinvestimento na produção capitalista).

De fato, o trabalho realizado fora dos circuitos mercantis (dentro da unidade familiar) não lhe era desconhecido. Em algumas passagens de duas de suas principais obras de análise econômica<sup>13</sup> menciona como o trabalho doméstico (realizado por mulheres) incide sobre a esfera mercantil. O trabalho *gratuito* realizado dentro da família, garantindo o cuidado dos filhos, a alimentação, a vestimenta etc., permite que o valor do salário do trabalhador seja menor do que seria necessário para ela (a família) comprar esses bens e serviços no mercado.

Mas essas são observações feitas de passagem, *detalhes* dentro de uma análise econômica mais geral, orientada toda ela a entender a dinâmica da acumulação de capital e das trocas de mercadorias.

Por outro lado, ao analisar a esfera política, o marxismo clássico buscava identificar os *interesses da classe trabalhadora*, sem diferenciações em seu interior. Novamente a Marx (e Engels) não escapava a existência de contradições entre homens e mulheres *no interior* das classes – inclusive aí a classe trabalhadora. Mas eles nem aprofundaram nesse sentido nem viram o potencial político das reivindicações específicas de gênero nem as conseqüências negativas que a recusa às especificidades da luta das mulheres teria para a luta socialista.

A combinação desses dois “déficits” da análise marxista em relação às diferenças de gênero na sociedade evidentemente despotencializaram o legado de Marx enquanto análise da sociedade capitalista e programa para a ação socialista.

Porém a incorporação da perspectiva de gênero na análise econômica marxista e na construção dos sujeitos políticos da transformação (incorporando a organização autônoma das mulheres no campo dos movimentos que lutam pelo socialismo) pode ser feita sem contrariar os fundamentos e a metodologia dessa teoria. Mencionamos, no início deste documento, que o marxismo se vê como uma ciência vinculada à luta de uma classe social. Assim, a incorporação da perspectiva de gênero depende de uma postura

política: é necessário que, além de um ponto de vista de classe, de luta pela emancipação da classe trabalhadora, se parta também de um ponto de vista de luta pela emancipação das mulheres.

Isso não é somente possível como necessário para a luta socialista. E essa é a contribuição decisiva que o feminismo socialista tem dado ao movimento da classe trabalhadora.

### Notas

<sup>1</sup> Essa é a 11.ª das *Teses sobre Feuerbach*, texto escrito por Marx em 1845. Ver LABICA, Georges. *As ‘Teses sobre Feuerbach’ de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

<sup>2</sup> Para um estudo aprofundado sobre o tema, ver LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Bavião de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

<sup>3</sup> Conhecidos como os economistas clássicos: Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), ambos ingleses.

<sup>4</sup> HEILBRONER, Robert. *Introdução à história das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 155.

<sup>5</sup> Indo mais longe, no Japão, alguns autores, embalados pelo *milagre industrial* nipônico, definiram os indivíduos desse país como “animais econômicos”. Ver SAMUELSON, Paul. *Economics*. Nova York: McGraw-Hill, 1980. p. 717.

<sup>6</sup> SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 74.

<sup>7</sup> HEILBRONER, Robert. *Introdução à história das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 157.

<sup>8</sup> Ver o clássico manifesto neoliberal de HAYEK, E., *O caminho da servidão*, publicado em 1943.

<sup>9</sup> SAMUELSON, Paul, op. cit., p. 41.

<sup>10</sup> MARX, K. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., v. 3, p. 261.

<sup>11</sup> Entre os diversos escritos breves de Marx que trabalham esses conceitos estão: o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *Trabalho assalariado e capital* (1849) e *Salário, preço e lucro* (1865), que constam do primeiro volume das *Obras escolhidas*, antes mencionadas.

<sup>12</sup> Lembre-se de que F. Engels, o parceiro político-intelectual de toda a vida de Marx, publicou *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* em 1884, um ano após a morte do amigo, dizendo que o livro era “a execução de um testamento”, já que surgiu de um projeto do próprio Marx. As notas de estudo do Marx a que Engels faz referência foram divulgadas no livro: KRADER, Lawrence (org.). *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Madrid: Siglo XXI, 1988.

<sup>13</sup> “O capital e teorias da mais-valia”, apud CARRASCO, C. (ed.). *Mujeres y economía*. Barcelona: Icaria, 1999. p. 83-4.

## A ECONOMIA FEMINISTA\*

Diana Strassmann\*\*

A pesquisa econômica feminista tem uma longa história, mas apenas recentemente foi reconhecida como um conjunto distinto de novas perspectivas. Talvez o aspecto mais revolucionário da economia feminista contemporânea seja sua contestação ao objetivo da investigação econômica: para quem o pensamento econômico é útil e como ele ajuda as pessoas? Grande número de economistas feministas defende a idéia de que o pensamento econômico deve ter um padrão mais permeável às necessidades e ao bem-estar das mulheres e de suas famílias. Buscando favorecer essa investigação, procuraram também entender e desafiar as resistências disciplinares ao pensamento feminista. Tais esforços as levaram a questionar o que há de fundamental nas dinâmicas intelectuais e institucionais da ciência econômica.

Elas também se empenharam em mudar as formas institucionais que marginalizaram o pensamento econômico feminista desde os seus primórdios. Este texto descreve alguns dos temas mais importantes da recente pesquisa econômica feminista.

\* Reproduzido de PETERSON, Janice and LEWIS, Margaret (eds.). *The Elgar Companion to Feminist Economics*. Northampton, USA: Edward Elgar, 1999. Traduzido por Maria Giuseppina Curione.

\*\* A autora é professora da Rice University, Estados Unidos.

## O PARADIGMA DOMINANTE

Durante e após a década de 1960, à medida que cresciam em número na profissão, as economistas foram descobrindo falhas nos cálculos econômicos produzidos quase exclusivamente por homens, que podiam ser identificadas sem abandonar a teoria e os métodos da tendência dominante\*. Essas estudiosas mostraram, a partir de estudos empíricos detalhados da vida das mulheres, como muitos modelos bem aceitos ou "verdades estilizadas" foram baseados em suposições estereotipadas sobre gênero. Boa parte desse trabalho demonstrou o rigor do pensamento econômico da corrente dominante, levantando assuntos importantes negligenciados e mostrando a insuficiência dos cálculos econômicos aceitos, particularmente aqueles construídos com suposições não-investigadas. Até aquela década, por exemplo, o tema da "oferta de trabalho feminino" raramente era tratado, na medida em que muitos economistas assumiram que as mulheres não "trabalhavam".

Uma importante pesquisa feita por economistas feministas da tendência dominante levou a um melhor entendimento econômico de muitos assuntos, principalmente na economia do trabalho. A segregação ocupacional, a discriminação no emprego e a disparidade salarial relacionada ao gênero estão entre as muitas áreas em que economistas mulheres contribuíram para reduzir o preconceito de gênero no conhecimento econômico da tendência dominante. Madden (1973), por exemplo, mostrou como o potencial para a discriminação no mercado de trabalho a partir do pressuposto de apenas um provedor (homem) poderia afetar desfavoravelmente a remuneração das mulheres em certos mercados. Da mesma forma, Myra Strober mostrou como o comportamento dos homens e as relações de poder entre eles e as mulheres poderiam ser fatores-chave na indução da segregação social; o trabalho dessa autora contesta teorias anteriores, que atribuíram segregações ocupacionais somente às escolhas das

\* No original *mainstream*, corrente ou tendência dominante, como definida nos manuais de economia.

mulheres (Strober, 1984; Strober e Catanzarite, 1994). Mais recentemente, Blau e Kahn (1994) demonstraram como as ditas diferenças no abandono do emprego por mulheres e homens diminuem quando a diferença salarial é controlada. Elas concluíram que a evidência presumida de maior propensão das mulheres ao abandono de qualquer trabalho é somente uma consequência da menor remuneração média que recebem. (Veja Blau et alii., 1998, e Jacobsen, 1998, para maiores referências de tais contribuições.)

### A crítica feminista ao paradigma dominante

Enquanto muitas estudiosas feministas concordam em que a economia da tendência dominante pode ser melhorada, um crescente número busca por mais do que meras revisões. Essas pesquisadoras percebem que falhas no fundamento das categorias conceituais do paradigma da tendência dominante impedem explicações adequadas do fenômeno econômico em um âmbito mais amplo. (Por exemplo, veja os vários documentos em Ferber e Nelson, 1993; Kuiper, Sap et alii, 1995.) Para elas, o problema não está na possibilidade de alguns fenômenos poderem ser trabalhados tendo como modelo a tendência dominante reformulada. Alguns temas feministas foram tratados com base nesses modelos um pouco melhorados. Porém elas percebem que, em geral, os cálculos da tendência dominante são inerentemente mais limitados em sua capacidade de explicar alguns fenômenos-chave do que de oferecer aproximações explicativas alternativas.

Enquanto outras disciplinas empiricamente orientadas, como as ciências biológicas e físicas, tenderam a se definir em torno do domínio empírico para serem entendidas, os economistas da tendência dominante identificaram “economia” cada vez mais como uma aproximação explicativa. Uma teoria “econômica”, de acordo com seu ponto de vista, é construída a partir de conceitos essenciais identificados como os “microfundamentos” da disciplina. Entre esses microfundamentos são importantes os conceitos de “preferências individuais”, “contratos de troca”

e “otimização racional”. A aproximação explicativa construída sobre essa tese e outros conceitos essenciais constitui o paradigma central da teorização econômica do final do século XX. (Veja Strassmann, 1993a, para uma discussão mais elaborada desses pontos.)

A estrutura conceitual do paradigma está centrada em agentes autônomos: corpo capaz, com controle, independente, racional e heterossexual – um adulto autocontido, capaz de escolher em uma variedade de opções, limitado somente por repressões não-teorizadas. Essa identidade de agente e seu comportamento, em especial sua presumida independência, a idade adulta e a capacidade de fazer escolhas, subordinam muitos aspectos-chave dos modelos da tendência dominante e implicam outras suposições menos óbvias. A suposição da autonomia individual, por exemplo, desvia a atenção da seqüência lógica da vida humana e das complexidades das relações interdependentes. Mais ainda, a noção de pessoas como agentes independentes e personalidades únicas, responsáveis somente por suas próprias necessidades, reflete uma visão de mundo adulta e privilegiada, desproporcionalmente masculina. Uma estrutura teórica construída na experiência de adultos independentes ignora a autonomia limitada das crianças, dos mais velhos e dos doentes, assim como daqueles que dependem criticamente de decisões de outros. (Para mais discussão, veja Nelson, 1992; England, 1993; Strassmann, 1993a.)

Muitas economistas feministas acreditam que essa estrutura caracteriza muito pobremente as vidas daqueles cujas circunstâncias econômicas são estruturadas de maneira distinta por fatores além de seu controle pessoal, e esconde o fato de que muitas pessoas têm pouca oportunidade de autodeterminar suas vidas e fazer “escolhas” (Strassmann, 1993a; Folbre, 1994). Mais ainda, a suposição de tomada de decisão racional raramente funciona para escolhas que não são caracterizadas por troca racional, como aquelas induzidas por violência e coerção ou feitas sob a influência de drogas ou álcool. (Veja Christensen, 1998, para uma discussão mais aprofundada desse ponto.)

Mas mais sutilmente, e talvez de maneira mais relevante, a ênfase na escolha, e não nas condições criticamente subjacentes



às escolhas, engana ao dar a impressão de que os resultados podem ser adequadamente entendidos sem se teorizarem as circunstâncias estruturais-chave. Se comumente incluem certos tipos de aspectos estruturais em seus modelos, particularmente os que eles vêem como “econômicos”, os economistas da tendência dominante deram pouca atenção teórica a fatores que não têm coerência com a estrutura microfundamental ou são difíceis de incorporar em modelos formais. Eles geralmente rejeitam esses fatores como externos à competência da área econômica.

A exigência de se construir o paradigma disciplinar da análise “econômica” com base nos conceitos microfundamentais levou os profissionais liberais da tendência dominante a concluir que a pesquisa orientada pela reteorização do paradigma não pode ser “economia” ou de que a teoria construída com palavras não pode ser “teoria”. De acordo com essa visão, a teoria econômica “legítima” precisa tomar uma forma, expressa nas suposições microfundamentais e na linguagem matemática, que os economistas dessa tendência consideram um aspecto definidor de teoria (Strassmann, 1994; Humphries, 1995).

Além disso, definir economia como uma aproximação explicativa impossibilita a teorização de assuntos que não são claramente explicáveis por meio do paradigma disciplinar central. Por exemplo, o modo pelo qual percepções culturais e normas sociais influenciam a vida econômica raramente é tratado como um aspecto central da investigação econômica da tendência dominante; esses assuntos tendem mais provavelmente a ser relegados ao domínio das “restrições” ou dos “fatores exógenos”. E ainda, como economistas feministas mostraram, algumas decisões, como sobre assumir mais trabalho, no caso de famílias monoparentais, ou amamentar um bebê, são fortemente influenciadas por fatores sociais e culturais, normas que estão frequentemente presentes no local de trabalho e outras estruturas institucionais.

Duncan e Edwards (1997), por exemplo, mostram como a probabilidade de mães solteiras inglesas assumirem entrar no mercado de trabalho é influenciada muito mais por fatores culturais, como o contexto moral pelo qual essas mães conside-

ram o mercado de trabalho, do que por fatores “econômicos”, como níveis de capital humano e restrições políticas. Assim também Galtry (1997) demonstra que, contrariando as percepções culturais da amamentação enquanto uma escolha individual, as normas relativas presentes nas estruturas do local de trabalho as impedem de realizá-la como uma escolha realista para muitas mães, em detrimento da saúde das crianças.

Discordando da visão econômica de que fatores culturais devem ser tratados como exógenos, Agarwal (1997) explica como normas e percepções sociais estão interligadas com o mercado, a comunidade e o Estado. Ela argumenta, de forma persuasiva, que aqueles que detêm maior poder social, familiar e econômico influenciam decisivamente as normas e as percepções sociais que prevalecem em qualquer cenário. Compatíveis com os critérios de Agarwal, outras feministas mostram como materiais de referência no ensino econômico estão infundidos das perspectivas privilegiadas de praticantes da economia dominante (Feiner e Roberts, 1990; Strassmann e Polanyi, 1995a).

Além disso, algumas acadêmicas feministas mostraram como a exclusão de vozes não-ocidentais na construção de grande parte da teoria econômica levou a teorias que proclamam uma falsa universalidade para o fenômeno econômico ocidental. Por exemplo, enquanto a maioria dos modelos econômicos da tendência dominante trata a renda como um determinante primário do bem-estar econômico, no Sul da Ásia a propriedade e o acesso à terra são muito mais importantes do que a renda como determinantes do bem-estar (Agarwal, 1994). Ademais, a falta de acesso à terra foi uma fonte-chave da desigualdade de gênero e uma barreira para o bem-estar das mulheres nessa parte do mundo. Por não considerarem o papel econômico do acesso à terra e geralmente omitirem a dimensão de gênero no planejamento econômico, muitas políticas de desenvolvimento têm assumido um viés específico e sido pouco eficazes (Elson, 1991; Agarwal, 1995).

Esses e outros *insights* da economia feminista mostram como a exigência difundida de que a pesquisa “econômica” legítima seja coerente com o paradigma microfundamental limita o alcance de teorias econômicas aceitáveis e resulta em explicações



insatisfatórias para o *status* econômico das mulheres. Quando começaram a reconstruir a economia para torná-la uma disciplina mais responsável para com o bem-estar de todas as pessoas, economistas feministas passaram a contestar uma definição disciplinar que restringe tão adversamente a teorização econômica.

De modo mais geral, os modelos que começam com uma presunção de igualdade humana em recursos e escolhas são distorcidos por omitirem o reconhecimento da ampla variedade de influências importantes nas vidas das mulheres. Estas incluem normas sociais sexistas, proibições culturais à participação plena das mulheres na vida econômica, tratamento desigual de questões de reprodução, desequilíbrios de poder nos relacionamentos, coerção e ameaças de violência, instituições legais e sociais sexistas, e discriminação de vários tipos. (Veja, por exemplo, Benería, 1979 e 1995; Bergmann, 1986; Agarwal, 1994; Hopkins, 1995; Trzciskni, 1995.) Ao negar abordagens alternativas de *status* enquanto investigação econômica legítima, a disciplina protege-se de críticas e reconstruções potencialmente transformadoras.

Além disso, a hierarquia conceitual do paradigma microfundamental retira a ênfase de assuntos de importância específica para as mulheres. O resultado é que vários temas especialmente relevantes para elas foram seriamente negligenciados nas análises econômicas. Esses temas refletem desproporcionalmente aspectos da vida econômica que as tradicionais categorias conceituais centrais obscurecem. Por essa razão, muitas economistas feministas sentem que uma análise séria do fenômeno econômico requer uma aproximação conceitual que transcenda as suposições fundamentais.

### OS DESAFIOS DA RECONCEITUALIZAÇÃO

Reivindicando um corpo de conhecimento que responda mais à diversidade das pessoas, algumas economistas feministas procuraram reorientar a área para responder a questões de importância mais imediata para populações mais amplas. Como prover as necessidades humanas, por exemplo, é uma questão

mais importante para os famintos do que entender os desejos e escolhas humanos (Sen, 1984; Nelson, 1993; Renwick e Bergmann, 1993). Da mesma forma, esforços para avaliar o bem-estar humano podem ser mais úteis para muitos do que simples medidas de rendimento produtivo. Geralmente, contudo, discussões de metas disciplinares requerem reconceitualizar a área para além das aproximações que são possíveis por meio da estrutura microfundamental.

Algumas das inovações teóricas mais importantes da pesquisa econômica feminista desafiam as categorias conceituais econômicas tradicionais de individualidade, atividade, família e trabalho. Ao fazê-lo, desconstruem a presumida correspondência entre mercado e valores sociais, e reorganizam a vida econômica compensando diversas influências negligenciadas nos resultados econômicos das mulheres.

Assumindo as implicações das interdependências humanas para o comportamento econômico, as economistas feministas começaram a explorar as conseqüências, para a teoria econômica, de conceitos alternativos do ser – o significado de estar vivendo em relação com outros –, assim como novas formas de pensar sobre os modelos de disciplina existentes de inter-relações familiares e sexuais. Relacionado a esse trabalho está o reconhecimento de que as relações familiares e outras interpessoais são, elas próprias, freqüentemente construídas e mantidas por meio de atividades específicas valiosas, como cuidar das necessidades materiais e emocionais da família. Contudo, por não serem vendidas, essas atividades foram desprezadas pelos economistas e de maneira mais geral por sociedades patriarcais nas quais os homens têm mais poder para incorporar valores sociais nas estruturas institucionais. (Veja, por exemplo, Agarwal, 1995; Folbre, 1995; Himmelweit, 1995.)

A investigação feminista em torno das suposições sobre a individualidade e a natureza do “ser” começa com o reconhecimento de que os seres humanos iniciam sua vida não como adultos inteiramente autônomos e independentes, mas como crianças, completamente dependentes da alimentação dada por outros. Desconstruções do “eu” econômico individual têm le-



vado a modelos de seres humanos como seres relacionais, dando primazia às relações humanas nucleares, como os laços entre pais e filhos e familiares, bem como a análises da vida doméstica, da sexualidade e da vida reprodutiva (Hartsock, 1983; Held, 1990; Kondo, 1990). Novas interpretações acerca do ser reconhecem de modo mais geral uma diversidade de atores humanos nas teorias econômicas, incluindo mulheres e crianças e pessoas com diferentes sexualidades, assim como a influência de normas culturais e posicionamentos intrassociais nas percepções da individualidade e do ser.

A vida reprodutiva, ignorada por uma estrutura na qual os humanos emergem como adultos inteiramente formados, é também uma área em crescimento na investigação econômica feminista. Pesquisa recente inclui estudos econômicos da amamentação, do planejamento familiar, do aborto, da paternidade substituta, da infertilidade, da mortalidade de recém-nascidos e da prostituição. (Veja, por exemplo, Smythe, 1996; Galtry, 1997; e Hewitson, 1999.) Esses trabalhos examinam a influência da vida reprodutiva nos rendimentos econômicos por meio das influências que mediam normas sociais e instituições legais e políticas. Investigam de que modo políticas voltadas à maternidade, à licença familiar e aos cuidados com a criança interagem com práticas de negociação específicas para afetar o relativo sucesso das mulheres na remuneração de sua força de trabalho. (Veja, por exemplo, Duggan, 1995; Bergmann, 1997; Rubery et alii, 1998.) Entre várias questões, eles colocam as seguintes: como as instituições, as normas culturais e as práticas de negociação influenciam as decisões do local de trabalho das mulheres? De que modo as expectativas sobre a divisão adequada do serviço doméstico entre os gêneros e sobre a legitimidade da assunção de empregos formais por mães influenciam a posição das mulheres no mercado?

Considerando as implicações das interdependências humanas, economistas feministas exploraram também as consequências da maneira de as pessoas gastarem seu tempo. Mais especificamente, elas perguntaram: quais são as consequências das atividades que mantêm as relações humanas e como pode-

riam ser teorizadas em relação a outras atividades econômicas? (Para mais discussão, veja Floro, 1995, e Himmelweit, 1995.)

Atividades de suporte podem tomar várias formas: atendimento a necessidades emocionais, amamentação, cuidado de crianças, cuidado de idosos, cozinhar, catar lenha, coordenar a satisfação das necessidades familiares, e assim por diante. Observa-se que em muitas (talvez em todas as) culturas essas atividades têm menos valor do que as que produzem rendimentos monetários. Dentro das famílias, estas últimas são freqüentemente vistas como mais valiosas do que as atividades não-remuneradas de apoio à família, mesmo quando a renda não é gasta para atender às necessidades desta (Elson, 1991; Agarwal, 1997).

Apesar de iniciativas para entender o trabalho não-remunerado, em subáreas disciplinares, como as de desenvolvimento e economia pública, até o presente as teorias econômicas dominantes não incorporaram os critérios desses estudos. Embora algumas vezes mencionado de passagem, o trabalho produtivo não-remunerado raramente é substantivamente incorporado nos principais modelos econômicos e medidas políticas, apesar de as pesquisas mostrarem que tais omissões são equivocadas. As análises econômicas que deixam de considerar divergências entre os valores sociais e os de mercado distorcem a realidade ao subestimarem o trabalho não-remunerado, seja devido a discriminação ou a ausência de opções de emprego, ao não atribuírem valor ao trabalho não-remunerado e ao não reconhecerem que as pessoas que atuam nos mercados podem não representar altruisticamente os desejos de seus dependentes. (Veja Sen, 1984; Waring, 1988; Wagman e Folbre, 1996, para uma discussão mais extensa desses pontos.)

Um número crescente de pesquisas feministas trata tais assuntos relacionados como as consequências de se subestimar o trabalho remunerado das mulheres e de se excluir o trabalho não-remunerado das estimativas de renda nacional e da análise de políticas específicas. A pesquisa econômica feminista está também explorando os métodos que podem ser usados para incluir o trabalho doméstico não-remunerado em cálculos de renda, na estimativa da distribuição de renda, na consideração da



jornada de trabalho e na avaliação da produção do capital humano doméstico. (Os ensaios publicados na edição especial de 1996 da *Feminist Economy* sobre trabalho não-remunerado, editada por Folbre e Pujol, discutem extensivamente esses pontos.) Os esforços em re teorizar o trabalho também tratam de muitos assuntos negligenciados que se relacionam à experiência das mulheres no mercado de trabalho. Por exemplo: se as práticas de emprego e de políticas governamentais reconhecem diferenças entre os corpos e as vidas dos homens e das mulheres; se a configuração do local de trabalho influencia diretamente as oportunidades relativas das mulheres. (Para mais discussão, veja Bergmann, 1997; Colander e Woos, 1997.)

#### Por um novo conceito de bem-estar

Os economistas ainda não chegaram ao entendimento de que as interações humanas não precisam ser orientadas pela produção para aumentar o bem-estar, o que há muito é reconhecido por não-economistas e por antropólogos econômicos (Sahlins, 1972; Gagnier e Dupré, 1995). Ao mesmo tempo em que insistiram na produtividade de muitas atividades não-remuneradas, as feministas foram também rápidas para enfatizar que a economia deve focar o bem-estar total, na medida em que aumentos em bem-estar agregado nem sempre são acompanhados de maior rendimento. (Veja, por exemplo, os estudos especiais da *Feminist Economy*, editada por Aslaksen e Koren, 1999, sobre indicadores de qualidade de vida.) Além disso, a distribuição de bem-estar dentro de uma sociedade (entre mulheres e homens, crianças e adultos, algumas etnias e outras, e assim por diante) pode ser muito desigual. O fato de não se considerarem as atividades não-remuneradas como trabalho ou de não se levar em conta o papel de fatores como a jornada de trabalho escondeu a maior carga de trabalho que grande número de mulheres suporta comparada com a dos homens (Flo-ro, 1995). Desenvolver melhores estimativas do bem-estar total e do bem-estar diferenciado de grupos específicos é uma prioridade da pesquisa econômica feminista. Indo além, as feministas

têm criticado a tendência, nos escritos econômicos dominantes, de assumir que todas as famílias podem obter um nível minimamente satisfatório de bem-estar por meio da otimização racional (Strassmann e Polany, 1995a).

#### A heterogeneidade das relações humanas e o poder de barganha

Estreitamente ligado à reconsideração da individualidade e do ser está o reconhecimento da heterogeneidade das relações humanas. Os pontos de vista econômicos da tendência dominante sobre a família fazem paralelo com os arranjos maritais heterossexuais e consensuais que caracterizam a vida doméstica da maioria dos economistas norte-americanos. As abordagens da tendência dominante tomaram duas formas gerais: a primeira tem a família enquanto agente econômico, caracterizada internamente por cooperação e altruísmo; a segunda toma a família como jogo de barganha no qual se presume que os casais permanecem juntos somente por meio de um consentimento mútuo. (Veja Ott, 1995, para uma revisão dessas aproximações.)

Economistas feministas argumentaram que os modelos formais de família são profundamente inadequados por uma variedade de razões. Primeiro, eles incluem somente uma pequena fatia dos arranjos humanos domésticos e sexuais. Estão ausentes relacionamentos heterossexuais não-maritais, formas de vida em comum não-sexuais, relações de lésbicas e *gays*. Os modelos formais também deixam de problematizar o consenso em casos nos quais há diferenças dramáticas de poder de barganha. (Veja Seiz, 1991; Badgett, 1995; Agarwal, 1997, Katz, 1997; e Christensen, 1998, para mais discussão.) Até o advento da investigação feminista, o tema do poder de barganha e as conseqüências do fato de os dois lados terem pontos de partida muito desiguais mal foram citados em modelos explicativos e levaram a pouco reconhecimento do potencial para relações sexuais e domésticas exploradoras.

Nos modelos econômicos da tendência dominante, a sexualidade é implicitamente tratada como restrita a relações hete-

rossexuais consensuais, com um profundo silêncio no que se refere a de que modo situações iniciais de desigualdade, incluindo restrições sociais opressivas, coerção e pobreza, podem levar algumas pessoas a tolerar relações abusivas e exploradoras como uma alternativa para o risco financeiro ou de desemprego. O comércio de serviços domésticos e sexuais como forma de sustento – de modo algum limitada à prostituição – é deixado de lado pela maioria das análises sobre a família. De maneira mais geral, a “economia da família” ignora relações induzidas ou mantidas por necessidades financeiras, assédio sexual, medo de violência física ou a troca explícita de sexo ou trabalho doméstico por sustento, como no concubinato ou na prostituição, os quais prevaleceram particularmente durante o colonialismo e cujo legado permanece (Stoler, 1991). Embora talvez não sejam características da experiência sexual e doméstica dos economistas americanos machos, as diferenças substanciais no poder de barganha das relações são um importante traço do cenário econômico para muitas mulheres.

Portanto as análises da tomada de decisão em família que deixam de reconhecer a importância das diferenças na situação de barganha não captam algumas das influências mais importantes nos resultados finais. Recente pesquisa econômica feminista explora as conseqüências da desigualdade nas relações domésticas e sexuais, incluindo o potencial para coerção e violência, possibilidades ignoradas numa estrutura centrada na escolha. Como Agarwal (1997) argumentou, a desigualdade das mulheres na barganha familiar não é um fenômeno independente, mas está intrinsecamente ligada ao *status* social desigual das mulheres nas sociedades em geral.

### A EXCLUSÃO DO PONTO DE VISTA FEMINISTA

Ao reivindicar uma economia mais suscetível às vozes das mulheres e outros grupos sem poder, as economistas feministas procuraram compreender como se deu a marginalização do ponto de vista feminista, seja por barreiras institucionais ou restrições intelectuais que limitaram o escopo e a natureza da

teorização econômica. Por isso as áreas da história do pensamento, da educação econômica e da metodologia tiveram maior presença na investigação econômica feminista do que a disciplina econômica geral.

Como parte dessa pesquisa, acadêmicas feministas mostraram como o importante trabalho feito por mulheres, presentes na economia desde seus primórdios, foi perdido, ignorado ou relegado a outras disciplinas (Pujol, 1991). Ao fazê-lo, elas também tentaram demonstrar como a omissão ou a exclusão do trabalho de mulheres acadêmicas podem ter sido facilitadas por desenvolvimentos institucionais na área, como a exclusão da “economia doméstica” da economia (Folbre, 1991) ou o tratamento preconceituoso para com economistas mulheres, como o manifestado em tendenciosas convenções disciplinares, em práticas de publicação, emprego e promoção (Ferber e Teiman, 1981). Outras economistas feministas investigaram as origens dos preconceitos ocidentais e machistas na economia através de sua implementação nas normas metodológicas e retóricas da área (Strassmann, 1993a; Weintraub, 1993; Williams, 1993; Grapard, 1995).

### A resposta da economia feminista à sua exclusão

Tentando entender o descaso para com importantes idéias das mulheres e a proscrição mais geral do *insight* feminista, economistas feministas investigaram mais detidamente como as idéias são classificadas e promovidas na disciplina. A visão modernista convencional é a de que métodos científicos apropriados são a chave para a pesquisa objetiva e de que a identidade do pesquisador deve ser irrelevante para o estudo conduzido corretamente. Esse entendimento do processo de pesquisa é questionado por feministas e estudiosos de outras áreas (estudos culturais, estudos sociais da ciência, filosofia da ciência), que não aceitam a possibilidade de a pesquisa ser tão completamente separada do contexto de sua produção (Harding, 1986; Trawick, 1988). Helen Longino, por exemplo, argumentou que o contexto social no qual o conhecimento é produzido torna-o vul-

nerável à influência de valores sociais (Longino, 1990). Semelhantemente, estudiosos retóricos, antropólogos interpretativos críticos e acadêmicos da área de estudos sociais defendem a existência de uma inter-relação direta, embora complexa, entre a construção do conhecimento e as características de comunidades intelectuais. (Para uma discussão mais ampla, veja Strassmann, 1993b.)

De acordo com essas posições, economistas feministas mostram como visões metodológicas econômicas convencionais falham em explicar por que foi necessária a entrada de mulheres e de outros grupos excluídos da economia para que fossem produzidas investigações mais rigorosas em assuntos envolvendo gênero. Na pesquisa relacionada, acadêmicas feministas da área de educação econômica e pedagogia feminista mostram como os materiais educativos e a pedagogia da economia convencional reforçam o preconceito racial e de gênero na instrução disciplinar, acentuando dessa forma o *status quo* disciplinar masculino. (Veja, por exemplo, Feiner e Roberts, 1990; Aerni et alii, 1999.)

Esses *insights* levam a um dilema crítico: como os/as feministas podem negociar o desejo de, por um lado, afirmar que os cálculos econômicos se situam necessariamente nas vidas concretas e comunidades de seus produtores e de, por outro, promover cálculos feministas mais dignos de crédito do que os já estabelecidos (Longino, 1992). Ao tratar desses e de outros assuntos complexos, economistas feministas se inspiram na epistemologia feminista, nos estudos culturais e na teoria pós-estrutural e pós-colonial, produzindo uma variedade de *insights* na construção do conhecimento econômico e na reivindicação por uma economia mais útil. (Veja, por exemplo, Seiz, 1992; Barker, 1998; Hewitson, 1999; e Charusheela, no prelo.)

A pesquisa relacionada desafia noções tradicionais de rigor nos estudos econômicos, particularmente nos métodos de argumento, na investigação empírica e na forma de representação teórica (Nelson, 1992; Strassmann e Polanyi, 1995b). Ao revelar uma série de *insights* que não podem ser expressos por meio de modelos formais, Agarwal (1997) demonstra como uma

análise rigorosa pode tomar um caráter alternativo e levar a um conhecimento mais rico e mais útil do fenômeno econômico. De maneira mais geral, economistas feministas clamam por uma ampliação dos métodos econômicos, com instrumentos escolhidos mais por sua utilidade em proporcionar *insights* do que por sua coerência com uma definição metodológica específica da economia. (Para uma discussão mais ampla, veja o número especial de *Feminist Economy*, 1997, editado por Strassmann, sobre o tema "Expandindo as fronteiras metodológicas da economia".)

## CONCLUSÃO

As visões econômicas feministas no final do século XX situavam-se nas vidas dos/as atuais pesquisadores/as da economia feminista e podem não representar as direções que a área tomará no futuro ou transmitir completamente as mudanças potenciais no terreno econômico. Novas idéias econômicas feministas, algumas talvez nem mesmo imagináveis para os/as atuais participantes, podem surgir quando barreiras à pesquisa econômica forem erodidas e quando os/as estudiosos/as atualmente excluídos/as da área se tornarem capazes de participar das discussões em torno da economia feminista. Não obstante, economistas feministas iniciaram um amplo debate sobre questões de teoria e política econômicas vitais ao bem-estar econômico da maioria dos humanos.

Embora necessariamente incompleta, a seleção das idéias aqui apresentadas indicam como as idéias econômicas feministas podem levar a novas iniciativas importantes na investigação econômica e a uma possível transformação da área. Ao desafiar os méritos de teorias econômicas estreitas, economistas feministas começaram a construir uma economia que serve aos interesses de um grupo de pessoas mais representativo e mais amplo.

## Referências bibliográficas

- AERNI, April Laskey, BARLETT, Robin L., LEWIS, Margaret, MCGOLDRICK, Kim Marie and SHACKEFORD, Jean (1999). "Exploring the intersections of more inclusive course contents and learning environments: toward a feminist pedagogy in economics", *Feminist Economics*, 5 (1), (March), p. 29-44.
- AGARWAL, Bina (1994). *A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . (1995). Gender, Property and Land Rights: Bridging a Critical Gap in Economic Analysis and Policy. In: KUIPER, Edith and SAP, Jolande with FEINER, Susan, OTT, Notburga and TZANNATOS, Zafiris (eds.). *Out of Margins: Feminist Perspectives on Economics*. London: Routledge, p. 264-94.
- . (1997). "Bargaining and gender relations: within and beyond the household", *Feminist Economics*, 3 (1), (Spring), p. 1-51.
- ASLAKSEN, Julie and KOREN, Charlotte (eds.). (1999). "Explorations on quality of life indicators", *Feminist Economics*, 5 (2), (July).
- BADGETT, M. V. Lee (1995). "Gender, sexuality, and sexual orientation: all in the feminist family?", *Feminist Economics*, 1 (1), (Spring), p. 121-39.
- BARKER, Drucilla K. (1998). "Dualisms, discourses, and development", 13 (3), (Summer), p. 83-94.
- BENERIA, Lourdes (1979). "Reproduction, production, and the sexual division of labour", *Cambridge Journal of Economics*, 3 (3), (September), p. 203-25.
- . (1995). "Towards a greater integration of gender in economics", *World Development*, 23 (11), (November), p. 1839-50.
- BERGMANN, Barbara R. (1986). *The Economic Emergence of Women*. New York: Basic Books, Inc.
- . (1997). "Government support for families with children in the United States and France", *Feminist Economics*, 3 (1), Spring, p. 83-92.
- BLAU, Francine D. and KAHN, Lawrence (1994). "Rising wage inequality and the US gender gap", *American Economic Review*, 84 (2), (May), p. 23-8.
- , FERBER, Marianne A. and WINKLER, Anne E. (1998). *The Economics of Women, Men, and Work*, 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall.
- CHARUSHEELA, S. (forthcoming). Women's Choices and the Ethnocentric/Relativism Dilemma. In: CULLENBERG, Stephen, AMARIGLIO, Jack and RUCCIO, David (eds.). *Postmodernism, Economics and Knowledge*. London: Routledge.
- CHRISTENSEN, Kimberly (1998). "Economics without money; sex without gender: a critique of Philipson and Posner's Private and Public Health: The Aids Epidemic in an Economic Perspective", *Feminist Economics*, 4 (2), (Summer), p. 1-24.
- COLANDER, David and WOOS, Joanna Wayland (1997). "Institutional demand-side discrimination against women and the human capital model", *Feminist Economics*, 3 (1), (Spring), p. 51-62.
- DUGGAN, Lynn (1995). "Restacking the deck: family policy and women's fall-back position in Germany before and after unification", *Feminist Economics*, 1 (1), (Spring), p. 175-94.
- DUNCAN, Simon and EDWARDS, Rosalind (1997). "Lone mothers and paid work: rational economic man or gendered moral rationalities?", *Feminist Economics*, 3 (2), (Summer), 29-62.

- ELSON, Diane (1991). Males Bias: An Overview. In: ELSON, Diane (ed.). *Male Bias in the Development Process*. Manchester, United Kingdom: Manchester University Press, p. 1-28.
- ENGLAND, Paula (1993). The Separative Self: Androcentric Bias in Neoclassical Assumptions. In: FERBER, M.A. and NELSON, J.A. (eds.). *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, p. 37-53.
- FEINER, Susan and ROBERTS, Bruce (1990). "Hidden by the invisible hand: neoclassical economic theory and the textbook treatment of women and minorities", *Gender and Society*, 4 (2), (June), p. 159-81.
- FERBER, Marianne and NELSON, Julie (eds.). (1993). *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press.
- and TEIMAN, Michelle L. (1981). The Oldest, the Most Established, and the Most Quantitative of the Social Sciences – and the Most Dominated by Men: The Impact of Feminism on Economics. In: SPENDER, Dale (ed.). *Men's Studies Modified: The Impact of Feminism on the Academic Disciplines*. New York: Pergamon Press, p. 125-39.
- FLORE, Maria (1995). "Women's well-being, poverty, and work intensity", *Feminist Economics*, 1 (3), (Fall), p. 1-25.
- FOLBRE, Nancy (1991). "The unproductive housewife: her evolution in nineteenth-century economic thought", *Signs*, 16 (3), (Spring), p. 463-84.
- . (1994). *Who Pays for the Kids?: Gender and the Structures of Constraint*. London: Routledge.
- . (1995). "Holding hands at midnight: the paradox of caring labor", *Feminist Economics*, 1 (1), (Spring), p. 73-92.
- and PUJOL, Michèle (eds.). (1996). "A Special Issue in Honor of Margaret Reid", *Feminist Economics*, 2 (3), (Fall).
- GAGNIER, Regenia and DUPRÉ, John (1995). "On work and idleness", *Feminist Economics*, 3 (1), (Spring), p. 96-109.
- GALTRY, Judith (1997). "Suckling and silence in the USA: costs and benefits of breastfeeding", *Feminist Economics*, 3 (3), (Fall), p. 1-24.
- GRAPARD, Ulla (1995). "Robinson Crusoe: the quintessential economic man?", *Feminist Economics*, 1 (1), (Spring), p. 33-52.
- HARDING, Sandra (1986). *The Science Question in Feminism*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- HARTSOCK, Nancy (1983). *Money, Sex, and Power: Toward a Feminist Historical Materialism*. New York: Longman.
- HELD, Virginia (1990). Mothering versus Contract. In: MANSBRIDGE, Jane (ed.). *Beyond Self-Interest*. Chicago: University of Chicago Press, p. 287-304.
- HEWITSON, Gillian (1999). *Feminist Economics: Interrogating the Masculinity of Rational Economic Man*. Aldershot: Edward Elgar.
- HIMMELWERT, Susan (1995). "The discovery of 'unpaid work': the social consequences of the expansion of 'work'", *Feminist Economics*, 1 (2), (Summer), p. 1-20.
- HOPKINS, Barbara (1995). Women and Children Last: A Feminist Redefinition of Privatization and Economic Reform. In: KUIPER, Edith and SAP, Jolande with FEINER, Susan, OTT, Notburga and TZANNATOS, Zafiris (eds.). *Out of the Margins: Feminist Perspectives on Economics*. London: Routledge, p. 249-63.
- HUMPHRIES, Jane (1995). Introduction. In: HUMPHRIES, Jane (ed.). *Gender and Economics*. Aldershot: Edward Elgar, p. xiii-xxxix.



- JACOBSEN, Joyce P. (1998). *The Economics of Gender*. 2. ed. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers.
- KATZ, Elizabeth (1997). "The intra-household economics of voice and exit", *Feminist Economics*, 3 (3), (Fall), p. 25-46.
- KONDO, Dorinne (1990). *Grafting Selves: Power, Gender, and Discourses of Identity in the Japanese Workplace*. Chicago: University of Chicago Press.
- KUIPER, Edith and SAP, Jolande with FEINER, Susan, OTT, Notburga and TZANNATOS, Zafiris (eds.). (1995). *Out of the Margins: Feminist Perspectives on Economics*. London: Routledge.
- LONGINO, Helen (1990). *Science as Social Knowledge*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- . (1992). Essential Tensions – Phase Two: Feminist, Philosophical, and Social Studies of Science. In: McMULLIN, Ernan (ed.). *In Social Dimensions of Science*. South Bend, Indiana: Notre Dame University Press, p. 198-218.
- MADDEN, Janice (1973). *The Economics of Sex Discrimination*. Lexington, Massachusetts: Lexington Books.
- NELSON, Julie A. (1992). "Gender, metaphor, and the definition of economics", *Economics and Philosophy*, 8 (1), (April), p. 103-25.
- . (1993). The Study of Choice or the Study of Provisioning? Gender and the Definition of Economics. In: FERBER, M.A. and NELSON, J.A. (eds.). *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, p. 23-36.
- OTT, Notburga (1995). Fertility and Division of Work in the Family: A Game Theoretic Model of Household Decisions. In: KUIPER, Edith and SAP, Jolande with FEINER, Susan, OTT, Notburga and TZANNATOS, Zafiris (eds.). *Out of the Margins: Feminist Perspectives on Economics*. London: Routledge, p. 80-99.
- PUJOL, Michèle (1992). *Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought*. Aldershot: Edward Elgar.
- RENWICK, Trudi J. and BERGMANN, Barbara R. (1993). "A budget-based definition of poverty, with application to single-parent families", *Journal of Human Resources*, 28 (1), p. 1-24.
- RUBERY, Jill, SMITH, Mark and FAGAN, Colette (1998). "National working-time regimes and equal opportunities", *Feminist Economics*, 4 (1), (Spring), p. 71-102.
- SAHLINS, Marshall (1972). *Stone Age Economics*. New York: Aldine de Gruyter.
- SEIZ, Janet (1991). "The bargaining approach and feminist methodology", *Review of Radical Political Economics*, 23 (1-2), p. 22-9.
- . (1992). Gender and Economic Research. In: DE MARCHI, Neil (ed.). *Post-Popperian Methodology of Economics: Recovering Practice*. Boston: Kluwer-Nijhoff, p. 273-319.
- SEN, Amartya (1984). *Resources, Values and Development*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- SMYTHE, Ines (1996). "Gender analysis of family planning: beyond the feminist vs. population control debate", *Feminist Economics*, 2 (2), (Summer), p. 63-86.
- STOLER, Anne (1991). Carnal Knowledge and Imperial Power. In: DI LEONARDO, Michaela (ed.). *Gender and the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era*. Berkeley: University of California Press, p. 51-101.
- STRASSMAN, Diana (1993a). Not a Free Market: The Rhetoric of Disciplinary Authority in Economics. In: FERBER, M.A. and NELSON, J.A. (eds.). *Beyond*

- Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, p. 54-68.
- . (1993b). "The stories of economics and the power of the storyteller", *History of Political Economy*, 25 (1), (Spring), p. 147-66.
- . (1994). "Feminist thought and economics: or what do the visigoths know?", *The American Economic Review*, 84 (2), (Summer), p. 153-8.
- (ed.). (1997). "A Special Issue: Expanding the Methodological Boundaries of Economics", *Feminist Economics*, 3 (2).
- and POLANYI, Livia (1995a). The Economist as Storyteller: What the Texts Reveal. In: KUIPER, Edith and SAP, Jolande with FEINER, Susan, OTT, Notburga and TZANNATOS, Zafiris (eds.). *Out of the Margins: Feminist Perspectives on Economics*. London: Routledge, p. 129-50.
- and POLANYI, Livia (1995b). "Shifting the paradigm: value in feminist critiques of economics", *Forum for Social Economics*, 25 (1), (Fall), 3-19.
- STROBER, Myra H. (1984). Toward a General Theory of Occupational Sex Segregation: The Case of Public School Teaching. In: RESKIN, Barbara (ed.). *Sex Segregation in the Workplace: Trends Explanations, Remedies*. Washington, DC: National Academy Press, p. 144-56.
- and CATANZARITE, Lisa (1994). The Relative Attractiveness Theory of Occupational Segregation by Gender. In: BECKMAN, Petra and ENGLEBRECH, Gerhard (eds.). *Arbeitsmarkt für Frauen 2000: Ein Schritt vor oder ein Schritt zurück?* Nürnberg, Germany: Institut für Arbeitsmarkt- und Berufsforschung der Bundesanstalt für Arbeit, p. 116-39.
- TRAWEEK, Sharon (1988). *Beamtimes and Lifetimes: The World of High Energy Physics*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- TRZCINSKI, Eileen (1995). The Use and Abuse of the Neoclassical Theory in the Political Arena: The Example of Family and Medical Leave in the United States. In: KUIPER, Edith and SAP, Jolande with FEINER, Susan, OTT, Notburga and TZANNATOS, Zafiris (eds.). *Out of the Margins: Feminist Perspectives on Economics*. London: Routledge, p. 231-48.
- WAGMAN, Barnett and FOLBRE, Nancy (1996). "Household services and economic growth in the United States, 1870-1930", *Feminist Economics*, 2 (1), (Spring), p. 43-66.
- WARING, Marilyn (1988). *If Women Counted: A New Feminist Economics*. San Francisco: Harper & Row.
- WEINTRAUB, E. Roy (ed.). (1993). "Minisymposium: feminist theory and the history of economic thought", *History of Political Economy*, 25 (1), (Spring), p. 117-201.
- WILLIAMS, Rhonda (1993). Race, Deconstruction and the Emergent Agenda of Feminist Economic Rhetoric. In: FERBER, M.A. and NELSON, J.A. (eds.). *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, p. 144-52.

## POR QUE OS/AS ECONOMISTAS FEMINISTAS/ MARXISTAS/ANTI-RACISTAS DEVEM SER ECONOMISTAS-FEMINISTAS-MARXISTAS- ANTI-RACISTAS\*

Julie Matthaei\*\*

**E**m seu artigo no primeiro número da *Feminist Economics*, a filósofa Sandra Harding defendeu que, para adquirir firme objetividade, uma teoria deve renunciar a qualquer pretensão de neutralidade e, em vez disso, examinar os valores e interesses em que se baseia. Afirmou também que teorias imbuídas de valores gerados “à margem” da sociedade, da experiência ou do ponto de vista de grupos oprimidos implicam um compromisso especial de avançar o conhecimento. A economia feminista – como a anti-racista, a anticlassista/marxista e outras teorias libertadoras – pertence a essa classe de empreendimento teórico. Essa teorização fornece uma ferramenta necessária para a mudança social progressista, exatamente como com frequência se origina de movimentos feministas, anti-racistas e/ou de movimentos sociais liderados por trabalhadores.

\* Trata-se originalmente do ensaio “O que significa ser ainda marxista”, apresentado numa sessão do Encontro Anual da Associação Econômica Americana, de 1994, que foi revisto levando em conta os úteis comentários feitos por Diana Strassmann, Nancy Folbre e dois outros revisores (anônimos), para ser publicado na *Feminist Economics* (vol. 2, n. 1, spring 1996, Glasgow, U.K., Routledge). Traduzido por Maria Giuseppina Curione.

\*\* A autora pertence aos quadros do Department of Economics, Wellesley College, Wellesley, MA 02181, USA (e-mail: jmatthaei@lucy.wellesley.edu).

Este artigo amplia o argumento de Harding e propõe que as economias feminista, anti-racista e anticlassista/marxista implicam compromisso maior de avanço do conhecimento e de melhoria da vida social quando integradas em uma economia feminista-marxista-anti-racista. Isso porque cada uma, ainda que superior à hegemônica, é por si só lacunar e incompleta. A construção de um conhecimento verdadeiramente “objetivo” e libertador requer uma teoria que possa analisar a interdeterminação de classe e as diferenças raciais/étnicas e de gênero – redirecionando simultaneamente os vieses classista, racista e sexista da teoria hegemônica. De fato, idealmente poder-se-ia acrescentar outros eixos de privilégio/opressão, como o heterossexismo, a aptidão e o nacionalismo, para alcançar maior objetividade.

A fusão de análises econômicas baseadas em classe, gênero e raça que defendo começou a ocorrer de fato nos últimos dez ou quinze anos<sup>1</sup>. A análise de gênero, raça e classe está também rapidamente se tornando padrão nos estudos sobre as mulheres<sup>2</sup>. Seguindo a conduta de feministas não-brancas/os, a maioria agora evita, nesses estudos, referências à “mulher” genérica ou a uma “irmandade” de mulheres baseada na experiência comum<sup>3</sup>.

Reconhece-se que a condição feminina tem um significado diferente para mulheres de diferentes raças/etnias e classes, e que ignorar raça/etnia e classe significa excluir da análise feminista as experiências de mulheres da classe trabalhadora e ou não-brancas (Baca-Zinn et alii, 1990), exatamente como ignorar gênero resultou numa economia que trata essencialmente das experiências dos homens.

Como expressado tão claramente por Spelman (1988), gênero, raça/etnia e classe não são contas distintas do “rosário” da identidade de alguém, mas sim processos interdeterminantes. Portanto é necessário estudar raça e classe de forma a compreender a opressão de gênero – e a se organizar contra esta. Esses *insights* precisam ser incorporados à economia feminista.

O projeto que abracei neste artigo está cercado de dificuldades conceituais. A mais importante delas envolve minha defesa da teoria marxista. Dou ao feminismo, ao anti-racismo e ao marxis-

mo posições distintas. O feminismo e o anti-racismo denotam perspectivas normativas, mas não quadros teóricos ou metodologias específicos. Em contraste, o marxismo representa aqui tanto uma perspectiva anticlassista como uma tradição desenvolvida de teorização econômica que vejo como superior à hegemônica teoria neoclássica, tanto em geral como em sua capacidade de se combinar com perspectivas feministas e anti-racistas<sup>1</sup>.

Este artigo está organizado em quatro partes. Já que escolhi uma forma de marxismo como meu ponto de partida teórico para entender a economia, começarei na parte I por descrevê-la brevemente. Em seguida, nas partes II e III, darei o arrazoado para que os/as economistas feministas sejam economistas marxistas-feministas-anti-racistas. Finalmente, na parte IV, defenderei que os/as economistas marxistas devem ser economistas marxistas-feministas-anti-racistas<sup>2</sup>.

Considerando que minha principal pesquisa foi em torno de gênero e raça/etnia na história econômica dos Estados Unidos, meus argumentos terão um foco nessa área. Contudo acredito que a economia feminista-marxista-anti-racista é a teoria apropriada para a economia em geral, não apenas para estudos raciais/étnicos e de gênero na economia. Vejo-a também como tendo ampla aplicabilidade tanto no mundo “desenvolvido” como no mundo “em desenvolvimento”, desde que sejam levados em conta os diferentes contextos institucionais e históricos dos países.

Finalmente estou ciente de que o termo “economia marxista-feminista-anti-racista” é complexo. E há, obviamente, o problema de destacar somente esses três eixos de opressão. Contudo, num mundo onde muitos dos que se dizem radicais ou marxistas são sexistas e/ou racistas e onde a economia feminista não necessita ser nem anti-racista (Williams, 1993b) nem marxista/anticlassista, utilizar qualquer um desses termos isoladamente é vago e problemático. Daí que, para deixar bem claras as coisas, específico os três. Nada tenho contra a construção de um termo inteiramente novo que designe os tipos de economia que defendo e que denote essencialmente uma economia anti-opressão ou contra-hegemônica.

## I. PRINCÍPIOS CENTRAIS DA ECONOMIA MARXISTA (ou por que sou uma marxista-feminista-anti-racista, em vez de neoclássica, e o que significa para mim ser marxista)

Começo apresentando e defendendo os aspectos que considero centrais na análise econômica marxista. Minha concepção de marxismo é “revisionista”. Descartei aspectos do marxismo clássico que não me foram úteis teoricamente ou que descobri serem incompatíveis com o feminismo e o anti-racismo. Contudo minha versão mantém elementos-chave da economia de Marx que estão em desacordo com quase todas as formas da teoria neoclássica.

1. O marxismo é uma teoria da vida econômica e social na qual as instituições e práticas sociais são vistas como construtoras e diferenciadoras dos membros de uma sociedade. Sua análise começa pelas estruturas sociais, e não pelo indivíduo. A análise econômica de Marx enfoca a construção de diferenças de classe entre indivíduos, mas, como veremos abaixo, ela pode ser estendida para incluir a construção social das diferenças de raça/etnia e de gênero. Nela a “natureza humana” é vista como socialmente construída, daí oferecer a possibilidade de diferentes instituições sociais gerarem um ser mais cooperativo e menos materialista do que o “homem econômico” de hoje. Em contraste, a teoria neoclássica começa com indivíduos maximizadores da utilidade, com dadas preferências, e destas deriva a economia.

2. A teoria econômica marxista é historicamente incrustada: ela reconhece que as instituições e as práticas sociais mudam no tempo e no espaço. Essa historicidade inclui o estudo do presente: o capitalismo não é visto como o fim da História, mas sim como um em uma série de “modos de produção” que será ele próprio suplantado. A mudança histórica não ocorre por acaso, mas como resultado das contradições internas de uma sociedade, especialmente das ações coletivas de grupos oprimidos em resistência à opressão.

3. A teoria econômica marxista é em primeiro lugar qualitativa, focada em explicar a economia como um conjunto complexo

de relações sociais<sup>6</sup>. Esse aspecto qualitativo está relacionado à incrustação histórica da teoria marxista. Por exemplo, esta toma o desenvolvimento do capitalismo como o surgimento de um conjunto inteiramente novo de relações e instituições sociais, incluindo a propriedade privada, o capital (visto como uma relação social) e o trabalho assalariado. Essas mudanças históricas qualitativas são subestimadas ou até mesmo ignoradas pelos/as economistas neoclássicos, para os/as quais a passagem do feudalismo ao capitalismo pode ser descrita como um incremento na razão capital/trabalho.

4. A teoria marxista é uma teoria verdadeiramente interdisciplinar, que reconhece a natureza interdeterminante da economia, do Estado e da família, e convida ao estudo dessas interconexões<sup>7</sup>.

5. A análise marxista elucida a construção de classes no capitalismo e os conflitos de classes no interior da empresa, incluindo a exploração e a alienação dos trabalhadores. Colocando de forma simplificada, para Marx, no capitalismo os meios de produção estão concentrados nas mãos de uns poucos indivíduos. Uma pequena porcentagem de famílias, os capitalistas, os possui e controla. A vasta maioria das famílias, a classe trabalhadora, não possui riqueza suficiente para sobreviver ou produzir independentemente; elas precisam destinar um ou mais de seus membros para a força de trabalho. Trabalhadores são explorados, pois recebem menos do que o valor que produzem; a mais-valia é apropriada pelo capitalista. Além disso, eles são “alienados”: privados de qualquer controle sobre seu trabalho (o qual é dirigido pelos capitalistas com o objetivo de lucro e crescimento) ou seus produtos (que são a propriedade do capitalista) e desconectados de outros seres humanos.

Desde os tempos de Marx, as empresas transformaram-se em corporações, a posse do capital foi separada da direção da empresa e a força de trabalho tornou-se cada vez mais estratificada. No período pós-Segunda Guerra Mundial, os/as marxistas trataram da diferenciação dentro da classe trabalhadora, tanto teórica (Walker, 1979; Wright, 1982) como historicamente

(Edwards, 1979; Amott and Matthaei, 1991). Assim o problema estrutural da desigualdade entre capitalistas e trabalhadores foi estendido ao da desigualdade entre trabalhadores. Alguns desfrutam de emprego estável, com excelentes salários e benefícios, e condições de trabalho menos alienadas, enquanto outros labutam para receber menos do que salários de sobrevivência em trabalhos arriscados, instáveis e estressantes. O privilégio na colocação profissional pode ser transferido, como riqueza, através das gerações: famílias gerenciais/profissionais, com salários substanciais e acesso às melhores escolas para seus filhos, podem virtualmente assegurar que estes sigam seus passos na colocação. (Boa parte da desigualdade nas colocações é baseada em gênero e raça/etnia, como discutirei mais tarde.)

Pode-se contrastar essa abordagem com a análise neoclássica de classe. Em resposta a Marx, houve entre os primeiros economistas neoclássicos os que, como John Bates Clark (1899), começaram a dismantlar a concepção de classe comum à sua própria tendência, tanto quanto a marxista. Eles concebiam o capital, o trabalho, a terra e a empresa como *fatores de produção*, e argumentavam que, se a maioria dos indivíduos possuía um pouco de cada um desses fatores, o foco de análise deveria ser o indivíduo, e não as classes. Desviaram o foco da distribuição desigual da riqueza e do poder para colocá-lo sobre o preço dos fatores e usaram a análise da produtividade marginal para “provar” que os proprietários dos fatores são justamente recompensados (Clark, 1899, caps. 1 e 2; Hunt, 1979, cap. 12). A classe enquanto relação social de poder e exploração entre os ricos e os pobres simplesmente desapareceu. Essa posição foi desde então mantida pelos neoclássicos – com o acréscimo do *capital humano* ao estoque de fatores de um indivíduo.

É impossível imaginar uma teoria econômica anticlassista aliçada na economia neoclássica. Em contraste, o marxismo é inerentemente anticlassista – capaz de entender, criticar e oferecer alternativas para as hierarquias econômicas de poder e privilégio que há entre a pequena minoria possuidora da maior parcela da riqueza que produz renda no país e a classe trabalhadora, e mesmo dentro da classe trabalhadora.

6. De acordo com a teoria econômica marxista, a empresa é uma unidade de capital de valor auto-expansível, incluída em e determinada por um processo mais amplo de acumulação de capital. O crescimento e a mudança qualitativa são chaves para a sobrevivência da empresa na competição de capitais. Economias de escala levam empresas maiores a derrotar as menores e finalmente a dominar a economia como um todo. Em vez de serem otimizadoras passivas, as empresas esforçam-se ativamente para transcender os limites que enfrentam. As restrições ao suprimento de mão-de-obra são habilmente superadas com mudanças técnicas, que substituem a mão-de-obra qualificada pela não-qualificada e o trabalho humano pelo trabalho mecanizado (Levine, 1976). As restrições à demanda são combatidas com propaganda, inovação de produtos e obsolescência planejada (Baran and Sweezy, 1966). Quando necessário, as empresas usam seu poder econômico para influenciar o governo por meio de financiamento de campanhas, de *lobbies* e de ameaça de fechamento ou de transferência para outro país ou estado (Edwards et alii, 1986, cap. 5; Giddens and Held, 1982, parte III).

Portanto, de acordo com Marx, o capital é soberano: a democracia, tanto quanto o Estado, está ausente nas empresas. O que predomina inteiramente é a política capitalista orientada para o lucro, com sua tendência antitrabalhador, anti-ecológica, pró-militarismo e anti-humanista. A satisfação das necessidades humanas, uma preocupação tradicionalmente feminina e feminista, não é o interesse básico das empresas, mas é levado em consideração somente enquanto um meio para alcançar o fim de mais lucros e crescimento. A riqueza é expandida por meio de um estonteante arranjo de aquisições tecnológicas, em meio a desemprego persistente, pobreza abjeta, mal-estar e alienação sociais profundos, destruição militar e devastação ecológica que ameaça até mesmo a possibilidade da própria vida.

Podemos contrastar também a análise marxista da empresa com o conceito neoclássico dominante. De acordo com a teoria hegemônica, o “problema” econômico está em que os recursos são finitos, enquanto as necessidades são infinitas; o capitalismo é

visto como a solução para esse problema. As empresas são essencialmente consideradas serviços dos consumidores, aos quais são forçadas, por mercados competitivos, a servir da forma mais eficiente. Embora “imperfeições” do mercado, como a concentração ou a diferenciação de produto, diminuam a eficiência e permitam às empresas maior amplitude, elas não são consideradas modificadoras dessa dinâmica básica. Os consumidores podem sempre reassurar o controle por meio da intervenção do governo. Do mesmo modo, o governo democrático irá gerar políticas apropriadas em resposta ao problema de “externalidades”. O poder do capital das corporações sobre consumidores, trabalhadores e governo – e os conflitos entre sua meta de lucros e crescimento e o bem público – simplesmente desaparece.

7. Diferentemente da economia neoclássica, que considera o feminismo ou outras preocupações políticas como antíteses do trabalho científico (Harding, 1995; Seiz, 1993), a teoria marxista é compatível com uma agenda política explicitamente centrada nos valores. De fato, os valores são intrínsecos aos conceitos marxistas básicos, como a exploração e a alienação. Embora certamente tenham ocorrido exceções históricas surpreendentes (como o Partido Comunista da antiga União Soviética), o marxismo, especialmente no Ocidente, significou um compromisso com a democracia econômica e política, a justiça econômica, a igualdade e a liberdade. Em outras palavras, os/as teóricos/as marxistas não colocam a discussão de valores à margem do campo da teorização em si, como fazem os/as economistas da tendência hegemônica.

8. A teoria marxista acredita na possibilidade de uma transformação econômica e social revolucionária, nascida das contradições do capitalismo e da organização autoconsciente que essas contradições geram<sup>8</sup>. Os/As economistas marxistas se vêem como parte desse processo de luta progressista, seja em sua teorização crítica sobre o capitalismo, seja em sua defesa de uma alternativa socialista. Em contraste, os/as economistas neoclássicos/as vêem “a economia de livre mercado” (o capitalismo) como o fim da História – a mais perfeita organização econômica e a mais compatível com a democracia política (Friedman, 1962).

Os/As leitores/as perceberam que até aqui não mencionei aspectos centrais da teoria econômica marxista, entre eles a teoria do valor trabalho, o materialismo histórico e a inevitabilidade do socialismo. Embora minha versão da teoria marxista possa não ser a predominante, mesmo entre os/as marxistas, o conjunto de concepções que apresentei teve origem em Marx ou seus/suas seguidores/as e compreende aspectos centrais da economia marxista. Certamente essas concepções não são neoclássicas.

Há forte pressão para se suprimir o rótulo de “marxista” nestes tempos conservadores, quando até mesmo o de “liberal” é um epíteto e o marxismo é tanto amplamente distorcido<sup>9</sup> quanto proclamado morto<sup>10</sup>. A profissão de fé econômica nos Estados Unidos tem uma história de simultaneamente ignorar a economia marxista (proclamando a economia neoclássica simplesmente como “a economia”) e discriminar violentamente os/as marxistas.

Durante meus anos de estudante de graduação em Yale e como professora não-efetiva em Wellesley os departamentos de economia de ambos careciam de qualquer marxista com direito a estabilidade, vi-me quase constantemente discriminada pelo meu marxismo, situação com a qual lidava às vezes referindo-me a mim mesma mais vagamente como “não-tradicional” ou “não-ortodoxa”. Desde que fui efetivada, em 1983, simplesmente me autodenominei marxista (marxista-feminista e, mais recentemente, marxista-anti-racista), e passei então a explicar o significado disso para meus chocados, confusos e normalmente desinformados alunos. No final das contas, sou muito menos ligada a esse rótulo do que aos princípios que expus – como quer que eles sejam chamados –, que acredito darem uma base necessária, se não suficiente, para o desenvolvimento de uma economia anticlassista, anti-racista e anti-sexista.

Acredito que os/as economistas feministas e anti-racistas devem alicerçar seu trabalho na tradição teórica marxista, como expus acima, seja por sua natureza anticlassista, seja porque seu quadro teórico é mais coerente com a teorização feminista. Acredito também que os/as economistas feministas devem integrar uma perspectiva anti-racista em sua teorização. Nem o marxis-

mo nem o anti-racismo que defendo independe um do outro ou, por isso mesmo, do feminismo – ou seja, o anti-racismo marxista-feminista que defendo é diferente do simples anti-racismo, assim como o marxismo feminista-anti-racista é diferente do marxismo. Contudo, a fim de elaborar meu argumento de que as três posições precisam estar integradas, terci de escrever como se elas fossem independentes.

## II. POR QUE OS/AS ECONOMISTAS FEMINISTAS/ANTI-RACISTAS DEVEM SER MARXISTAS

À primeira vista, essa proposta pode confundir. Os/as feministas e os/as anti-racistas criticaram Marx e os/as marxistas por privilegiarem as classes e por praticamente ignorarem as questões de gênero e raça, e enfatizarem a centralidade das relações econômicas (leia-se mediadas pelo mercado) sobre as relações familiares (Hartmann 1979a; Kuhn and Wolpe, 1979). Contudo, ao longo dos anos, marxistas-feministas-anti-racistas trabalharam por tornar o marxismo uma tradição mais adequada ao seu próprio posicionamento (Hartmann, 1979a e b; Benería, 1979; Sargent, 1981; Folbre, 1982; Williams, 1987; Matthaei, 1982, 1992)<sup>11</sup>. Os aspectos do marxismo que listei representam, em minha opinião, por várias razões, um ponto de partida e quadro de referência coerentes e frutíferos para a análise econômica feminista e anti-racista, muito superiores à da outra alternativa, a economia neoclássica.

1. A análise econômica marxista oferece aos/às economistas feministas e anti-racistas um quadro teórico compatível com análises de gênero e raça enquanto construtos sociais. O desafio representado pelos argumentos a favor das “diferenças naturais”, com os quais as sociedades justificaram as desigualdades de gênero e raciais/étnicas, é chave para as teorias feministas e anti-racistas. Os/As economistas feministas e anti-racistas querem contra-argumentar que essas diferenças e desigualdades são socialmente construídas e, por essa razão, abertas a mudanças. E é justamente para essa análise que a economia marxista abre brecha. É verdade que

ela enfocou a construção de classes. Mas os/as marxistas-feministas-anti-racistas a aperfeiçoaram para mostrar os meios pelos quais as relações e instituições econômicas contribuem para a construção das diferenças de gênero e raça/etnia. Os/As feministas marxistas, por exemplo, desenvolveram e utilizaram o conceito de divisão sexual do trabalho – a atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo – como chave para a construção das diferenças de gênero, incluindo os modos “masculino” e “feminino” aparentemente naturais de ser humano. Teóricos/as raciais mostraram como as divisões raciais do trabalho produziram e reproduziram raças, assim como classes e gêneros diferenciados atravessando as raças (Cox, 1959; Omi and Winant, 1986; Williams, 1987)<sup>12</sup>. Além disso, a interdisciplinaridade da teoria marxista abre caminho para a incorporação de processos não-econômicos – como a religião, a psicologia, a família e a política – na análise da construção de gênero e raça<sup>13</sup>.

Em contraste, a economia neoclássica oferece pequena possibilidade de incorporar pontos de vista feministas e anti-racistas sobre diferenças de gênero e raciais/étnicas<sup>14</sup>. Ela explica essa desigualdade como o resultado de diferenças naturais em aptidões, preferências e “gostos” discriminatórios. Como não teriam origem na economia, os três estariam fora do domínio da teorização econômica. O papel das relações, das práticas e das instituições econômicas na geração e sustentação das diferentes “preferências” ou aptidões de acordo com o gênero e a raça/etnia é, desse modo, negado.

De fato, considerando o seu quadro teórico, é difícil fazer um/a economista neoclássico/a admitir que a desigualdade de gênero ou raça/etnia é de qualquer modo um problema. Nem as diferenças naturais em aptidões nem as diferenças em preferências são vistas como problemáticas pela teoria. Somente o exercício de preferências discriminatórias por consumidores, empregadores ou empregados é problemática, dado que resulta em diferentes pagamentos a trabalhadores com igual capital humano, violando a regra da produtividade marginal já discutida. Qual é a solução para esse problema? O próprio mercado, argumentam

os/as neoclássicos/as conservadores/as, como Thomas Sowell (1981); a introdução de mais competição nos mercados, argumentaria a maioria dos/as outros/as neoclássicos/as.

Uma pequena minoria dos/as economistas neoclássicos/as, principalmente feministas e anti-racistas, insiste em que as preferências discriminatórias precisam ser consideradas diretamente, e não deixadas às soluções do mercado. Alguns/mas utilizam teorias de informação incompleta – ou de “discriminação estatística” – para demonstrar que a discriminação pode de fato persistir em mercados competitivos e para defender políticas antidiscriminação<sup>15</sup>. Outros/as argumentam que mercados perfeitamente competitivos não existem e não podem existir. Alguns/mas observam como o racismo e o sexismo dos empregadores podem se tornar uma profecia que se realiza por si só, desencorajando mulheres brancas e pessoas não-brancas de investir em capital humano (Bergmann, 1976; Blau and Ferber, 1986). Ademais, esses/as teóricos/as têm pouco a dizer sobre as origens da desigualdade ou das preferências discriminatórias – e, em particular, ignoram o poderoso papel que a economia capitalista tem desempenhado na produção e na reprodução do racismo e do sexismo.

Cresce a literatura feminista de crítica aos conceitos essenciais da economia neoclássica como inerentemente sexistas e androcêntricos. O foco da teoria na maximização da utilidade do indivíduo racional, seu conjunto de “histórias” sobre a vida econômica, sua negação das relações de poder e mesmo sua visão básica de ciência são alvejadas como intrinsecamente sexistas ou androcêntricas<sup>16</sup>.

Como Rebecca Blank resumiu em sua discussão dos ensaios de economistas feministas na coleção *Beyond Economic Man* (1993), “este é um apelo para mudar integralmente a estrutura de pensamento e a atitude analítica dos/as economistas hegemônicos/as em suas pesquisas” (p. 136). Em minha conferência, essas críticas são um maior apoio à minha defesa de que os/as economistas feministas devem estar atentos ao marxismo.

2. Os/As economistas feministas e anti-racistas descobririam que a teoria marxista é mais receptiva do que a neoclássica a revelações feministas de seus vieses branco e masculino, e à sua postu-

ra explicitamente política. É verdade que Marx afirmava que sua teoria era objetiva e científica, e, de fato, utilizava essa afirmação para criticar feministas socialistas, chamando-as de “utópicas” (Folbre, 1993). Por outro lado, ele entendeu a importância política das idéias – especialmente o papel das teorias predominantes na racionalização do *status quo*<sup>17</sup>. Daí ser compreensível a crítica feminista e anti-racista ao enfoque privilegiado dado pela economia marxista à classe como protetora dos interesses dos brancos e dos homens. Além disso, pode-se tomar por base o claro compromisso do marxismo pela construção de uma economia mais livre, igual, democrática e justa, para se chegar ao reconhecimento explícito de uma agenda política feminista e anti-racista como motivação de um trabalho teórico.

Em contraste, os/as economistas feministas e anti-racistas têm muito menos possibilidade de fazer progressos dentro da tendência dominante da economia neoclássica. O positivismo e a insistência em uma distinção positivista/normativa dos neoclássicos os/as levam a negar ter qualquer ponto de vista em sua teorização “positiva”, assim como a desvalorizar a obra feminista e anti-racista como “tendenciosa” (Seisz, 1993).

**3. Os/As economistas feministas e anti-racistas devem ser marxistas** porque o conceito econômico de classe que a teoria marxista desenvolve é indispensável a qualquer entendimento significativo de gênero e raça, assim como para o sucesso das organizações desses dois movimentos.

Os processos de classe diferenciam gênero e raça/etnia de maneira significativa, e as teorias que ignoram essas diferenças são falhas. Por exemplo, as teorias marxistas feministas têm argumentado que o desempenho das mulheres no trabalho doméstico não-remunerado para seus maridos é um aspecto-chave da opressão que elas sofrem. Contudo, algumas mulheres têm conseguido usar o privilégio de classe – normalmente obtido através de seus maridos – para se libertarem desse trabalho. Em contraste, as mulheres pobres têm assumido esse trabalho como empregadas domésticas e, assim fazendo, têm com frequência sido impedidas de cuidar adequadamente de suas próprias famílias.

De modo semelhante, a opressão racial/étnica não pode ser vista como um fenômeno unitário que atravessa as classes. Os teóricos anti-racistas que ignoram as classes tendem a teorizar sobre pessoas não-brancas como se todas pertencessem à classe trabalhadora – ignorando, por exemplo, os negros livres que possuíam terras e escravos, durante os séculos XVIII e XIX, os capitalistas chineses que enriqueceram com trabalhadores imigrantes e prostitutas compatriotas, entre o final do século XIX e o início do século XX, ou, de fato, a população branca pobre.

Além disso, devido às diferenças de classe na experiência de gênero, os/as feministas que desejam unir politicamente as mulheres – não somente as das classes média e alta – precisam assumir uma posição ativamente anticlassista em sua teoria e prática, de modo a considerar a experiência das mulheres pobres da classe trabalhadora. Por exemplo, um enfoque feminista sobre o “progresso na carreira” ou o “teto de cristal” gerencial diz pouco às que trabalham como secretárias de mulheres de carreira, faxineiras ou babás. Uma vez que o racismo e o patriarcado colaboram, na maioria das vezes, para criar uma sobre-representação da maior parte das pessoas não-brancas e das mulheres da classe trabalhadora, e entre os pobres, as políticas feministas/anticlassistas/anti-racistas são chaves para uma organização feminista e anti-racista bem-sucedida de ampla base.

Por fim, a incorporação de uma posição anticlassista é necessária para a visão política dos/as economistas feministas. Um enfoque isolado de gênero tende a dissolver-se em ações afirmativas e políticas antidiscriminatórias. Mesmo que estas fossem de alguma forma capazes de separar raça e gênero de classe (o que é extremamente improvável), trazendo representação igual de mulheres brancas e pessoas não-brancas na hierarquia econômica, a maioria seria da classe trabalhadora, vivendo à margem da economia, sem controle significativo sobre as condições de trabalho, sujeita ao risco de repentinamente desemprego e pauperização. Os/As feministas que procuram a “igualdade” das mulheres devem interrogar-se sobre o significado desse termo. Os seres humanos são desiguais. Essa igualdade significa uma igual distribuição das



mulheres acima da hierarquia de classes e em todas as ocupações? Pois isso representa, na verdade, um apelo pela maior desigualdade entre as mulheres e certamente não diz respeito às necessidades das oprimidas por razões de classe e raça. É preciso fazer a mesma pergunta aos movimentos que lutam pela “igualdade” racial.

4. Os/As economistas feministas e anti-racistas devem basear suas análises na teoria marxista – e não na neoclássica –, porque somente a primeira oferece a possibilidade de imaginar a construção de um sistema econômico melhor<sup>18</sup>. E é precisamente isso que os/as economistas feministas e anti-racistas devem fazer. Pois, na realidade, as maiores vítimas do capitalismo não são, como propôs Marx, os homens brancos da classe trabalhadora, mas sim as mulheres pobres não-brancas, especialmente as mães solteiras e seus filhos. Mesmo mulheres de raça/etnia e classe privilegiadas começaram a questionar seu objetivo inicial de conseguir os privilégios do homem branco, dedicando-se ao progresso competitivo nas corporações e pagando pelo cuidado de seus filhos. A teoria marxista oferece um esquema no qual os/as economistas feministas e anti-racistas podem trabalhar para articular meios com os quais se possa construir uma economia nova, mais socializada, democrática e cooperativa – uma economia na qual gênero e raça/etnia sejam ambas reconstituídas de maneira não-hierárquica ou completamente eliminadas (ou seja, reduzidas a sexo biológico e diferenças na cor da pele e nas feições) e a conexão economia-família possa ser reestruturada de forma que as mulheres e as crianças não fiquem em desvantagem. A teoria marxista oferece ainda uma receita para tal transformação: ação coletiva, alimentada por uma ciência social libertadora.

### III. POR QUE OS/AS ECONOMISTAS FEMINISTAS DEVEM SER ANTI-RACISTAS

Os/As economistas feministas que ignoram os aspectos raça e racismo encaram problemas que são análogos mas distintos dos problemas gerados pelo fato de se ignorar o aspecto classe.

1. A questão de raça/etnia, assim como a de classe, diferencia a experiência de gênero de forma significativa, daí não dever ser deixada de fora da análise feminista. Esse argumento foi convincentemente apresentado por feministas não-brancas a economistas feministas marxistas no início da década de 1980. As análises feministas em que o patriarcado é considerado um sistema no qual os homens se uniram para dominar as mulheres e o feminismo um movimento no qual as mulheres se uniram contra os homens ignoram o fato de que os homens negros não têm poder patriarcal sobre as mulheres brancas e de que as mulheres negras raramente sentem uma unidade de interesse com as brancas, que freqüentemente têm sido suas inimigas de classe e de raça (Joseph, 1981). De fato, longe de serem aliadas das mulheres brancas, em vista da experiência comum de empregadas domésticas e babás, as afro-americanas em sua maioria trabalharam nos lares e cozinhas de mulheres brancas até 1930 (Amott and Matthaei, 1991, p. 324). Além disso, as análises feministas da opressão das mulheres dentro da família perdem relevância se ignoram o suporte que a família e a comunidade oferecem às mulheres negras numa sociedade racista, assim como os efeitos dilaceradores da opressão racista branca (por exemplo, na escravidão, no sistema de restrição, nas leis de imigração racistas) sobre as famílias não-brancas (Glenn, 1985; Amott and Matthaei, 1991, p. 16). A teoria feminista não pode analisar adequadamente as relações de gênero e a opressão sexista se não for também anti-racista.

2. Se quiserem avançar na liberação das mulheres, os/as economistas feministas precisam fazer das experiências e interesses das mulheres de diferentes grupos raciais/étnicos não-brancos uma parte central de sua teorização e estratégia. Se eles/as ignorarem a opressão racial/étnica (e de classe), suas teorias acabarão por representar simplesmente o ponto de vista de mulheres brancas (das classes média e alta), limitando seus aliados políticos a esse grupo. Os/As economistas feministas que não levem em conta a questão racial podem representar uma visão liberadora do ponto de vista de gênero, mas que é, por outro lado, privilegiada, hegemônica, do ponto de vista de raça (e de classe). Em outras pala-

vras, suas teorias permanecerão implicitamente, se não explicitamente, racistas e classistas. Podemos legitimamente criticar as teorias dominantes por serem cegas ao gênero e sexistas, e depois desenvolver teorias que são cegas à raça e racistas? Se querem lutar por justiça social ou esperam organizar-se com êxito contra o sexismo e outras opressões, os/as feministas não podem simplesmente ignorar a injustiça do racismo.

#### IV. POR QUE OS/AS ECONOMISTAS MARXISTAS DEVEM SER FEMINISTAS E ANTI-RACISTAS

Terminei meu ensaio dirigindo-me à maioria dos/as economistas marxistas, que continuam a ignorar os aspectos gênero e raça/etnia em suas análises ou a encará-los como pertencentes somente aos assuntos das “mulheres” ou das “pessoas não-brancas”. Em minha opinião, os/as marxistas não podem entender o funcionamento do capitalismo – ou efetivamente trabalhar por sua transformação em socialismo – sem análises de gênero e raça/etnia. As diferenças e desigualdades de gênero e raça/etnia não somente precedem o capitalismo como foram incorporadas a este por meios-chave<sup>19</sup>. Em outras palavras, todos os aspectos da economia capitalista estão imbuídos de gênero e raça<sup>20</sup>; uma teoria e prática que ignora isso é inerentemente falha.

1. O capital incorpora por si só princípios racistas e patriarcais. O capitalismo começou como competição entre linhagens familiares patriarcais, proprietárias e brancas na Europa Ocidental e em suas colônias. Em suas fases iniciais, a acumulação de capital tomou a forma de esforços competitivos de linhagens para melhorar suas posições sociais. Era atribuição do adulto branco proprietário dirigir essa competição, com a ajuda dos filhos e esposas. Com o passar do tempo, mais e mais homens brancos foram proletarizados; sua competição branca masculina tornou-se o “ganha-pão” (como era chamada então essa atribuição) no mercado de trabalho. E como a empresa familiar foi substituída pela corporação, a competição branca masculina institucionalizou-se como competição de capitais corporativos. A conexão do capital com a masculinidade

branca fornece importantes *insights* sobre seu funcionamento: seu desligamento do objetivo de realmente satisfazer necessidades (que é visto como feminino); sua dedicação ao crescimento e a tornar-se maior e melhor que o outro; seu vínculo com hierarquias internas; e seu desrespeito para com as considerações ambientais (Matthaei, 1982, cap. 5, 1987 e 1991; Merchant, 1980).

Os/As marxistas devem ademais considerar o fato de que a acumulação primitiva de capital nas mãos dos europeus envolveu a matança, o deslocamento e a subordinação de pessoas não-brancas em todo o mundo<sup>21</sup>. Nesse processo, foi construída a “raça”, em sua concepção moderna, incluindo o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” nos países do Terceiro Mundo, assim como um sistema racial/de classe nos Estados Unidos (Cox, 1959, parte III; Blaut, 1989; Rex, 1982; Amott and Matthaei, 1991, parte III).

2. Os processos de classe por meio dos quais os trabalhadores são criados e subordinados à empresa estão imbuídos dos aspectos raça e gênero. Como assinalaram alguns historiadores econômicos, a classe trabalhadora dos Estados Unidos desenvolveu-se como uma classe trabalhadora branca e masculina. No Sul e no Leste, alguns dos primeiros esforços de organização dos trabalhadores brancos foram feitos no sentido de excluir os negros de ambos os gêneros e as mulheres brancas de seus empregos; na Califórnia, o Partido dos Homens Brancos Trabalhadores organizou-se com o objetivo específico de excluir imigrantes chineses da força de trabalho e de barrar novas imigrações (Amott and Matthaei, 1991, p. 155-6 e 203; Hartmann, 1979b). A inscrição no emblema do sindicato significava originalmente, na verdade, “feito por um trabalhador branco” (Hill, 1989, p. 200-1).

O racismo e o sexismo das organizações da classe trabalhadora não desabrocharam simplesmente das cabeças de trabalhadores brancos do sexo masculino. Ao contrário, esses trabalhadores construíram e transformaram concepções existentes de gênero e raça/etnia frequentemente em resposta a tentativas dos capitalistas de colocar mulheres e pessoas não-brancas nos locais de trabalho, como fura-greves ou como substitutos/as não-qualificados/as para trabalhadores qualificados cujos trabalhos estavam sen-

do transformados pela mecanização (Williams, 1987). Mediante processos complicados e interconectados de classe, raça/etnia e gênero, desenvolveu-se uma estrutura laboral na qual os trabalhos foram não somente tipificados por sexo e raça, mas também criados para incorporar raça e gênero em sua verdadeira essência. Pense, por exemplo, em secretária ou enfermeira (Arnott and Matthaei, 1991, cap. 10).

Infelizmente, muitos/as marxistas ainda encaram raça e gênero como questões de importância secundária no processo de luta de classes – por exemplo, simplesmente como resultados de uma estratégia capitalista para dividir a classe trabalhadora, que não trazem benefícios reais aos trabalhadores brancos do sexo masculino (Reich, 1981)<sup>22</sup>.

**3.** Adotar uma perspectiva feminista permitiria aos/as marxistas reconhecer a importância econômica da família, que é negligenciada pela análise materialista tradicional (veja a nota 8). É claro que esse reconhecimento é chave para qualquer entendimento da economia da desigualdade de gênero. Mas é também fundamental para a compreensão integral de outros aspectos-chave do funcionamento do capitalismo. O trabalho doméstico, enquanto não-remunerado, assegura a reprodução diária de todos os membros da sociedade; mais ainda, sua organização em famílias nucleares isoladas no capitalismo reproduz a fragmentação da comunidade tão danosa ao tecido social. A junção de rendas para um fim comum e a transmissão de bens de geração a geração de uma família reproduzem a classe, assim como a desigualdade racial/étnica. As práticas parentais – em particular, a autoritária – preparam as crianças para a participação em nossas instituições políticas e econômicas não-democráticas (Miller, 1981). Os/As marxistas ignoram esses processos relacionados à família colocando em grande risco muito de sua teoria e prática.

**4.** Os/As marxistas devem ser feministas e anti-racistas, se querem ter uma análise e participação adequadas em movimentos políticos progressistas. A visão marxista tradicional da atividade revolucionária está centrada na organização dos trabalhadores. No início dos anos 1970, os/as marxistas rotularam a organiza-

ção feminista de “reformista” e repreenderam as ativistas desse movimento por dividirem a classe trabalhadora, aconselhando-as a adiar sua organização baseada em gênero para depois da revolução socialista. (Eu mesma originalmente tornei-me ativa em organizações feministas de raiz popular como uma marxista tradicional, acreditando que conseguiria converter feministas em socialistas.) Contudo, nos últimos vinte anos, muitos/as marxistas, eu inclusa, foram convertidos/as por feministas e anti-racistas para uma percepção da importância das organizações anti-sexista e anti-racista em si mesmas como chave para a organização no local de trabalho.

Como assinalaram teóricos/as dos novos movimentos sociais (Epstein, 1990), os movimentos radicais de hoje – feministas, anti-racistas, ambientalistas, homossexuais – não são essencialmente baseados no aspecto classe, embora incluam muitos/as esquerdistas e frequentemente envolvam críticas radicais ao capitalismo. E, se é que a organização dos trabalhadores deve ser bem-sucedida, as questões de raça/etnia, gênero, assim como das divisões nacionais, deverão ser tratadas e organizadas desde antes.

**5.** A incorporação de uma perspectiva feminista e anti-racista ajudaria os/as marxistas a corrigir sua teorização sobre o socialismo. O abandono da propriedade estatal e do planejamento centralizado nas antigas União Soviética e na Europa Oriental levou os/as economistas hegemônicos, entre outros/as, a anunciar a “morte do socialismo” e a proclamar o triunfo do capitalismo. Todavia é óbvio que as flagrantes falhas do capitalismo persistem. Agora mais do que nunca é importante insistir em que deve haver um caminho melhor.

Quase todos/as os/as marxistas parecem agora concordar em que nossa visão do socialismo precisa ser radicalmente revista. Grande parte do revisionismo, contudo, centrou-se numa reconsideração do papel do mercado (Nove, 1991; Albert and Hanel, 1991a e b; Bradhan e Roemer, 1993; Roemer, 1994). Pouca ou nenhuma atenção foi dedicada a rever a visão socialista de uma perspectiva feminista e anti-racista<sup>23</sup>. Muitos/as marxistas agora adotam um socialismo de mercado centrado na competição entre

cooperativas de trabalhadores sem criticar o princípio machista de competição egoísta que essas relações de mercado incorporaram. Além disso, houve pouca ou nenhuma discussão de como tais cooperativas podem ou não reproduzir as desigualdades de gênero e de raça/etnia. O casamento, a organização do trabalho doméstico, a construção social da relação entre pais e filhos e a herança quase não receberam atenção. Os/As marxistas devem corrigir o viés masculino branco em suas teorias de socialismo, se é que essas teorias querem desenvolver uma alternativa verdadeiramente liberadora ao capitalismo.

Em resumo, argumentei que a economia feminista deve levar em conta as questões de raça e classe, na medida em que o gênero não existe independentemente de classe e raça. Mesmo tendo sofrido de cegueira em relação a raça e gênero, a teoria marxista é o ponto de partida mais apropriado para tal análise econômica feminista. A integração teórica do marxismo, do feminismo e do anti-racismo permite o desenvolvimento de uma compreensão mais abrangente e mais liberadora de nossa economia.

Há uma grande necessidade de tal teorização no momento atual. Nos Estados Unidos, a culpa pelos problemas da economia capitalista – de desemprego persistente, de declínio dos salários reais, de pobreza opressora, de destruição ambiental e de criminalidade – está sendo atribuída às mães solteiras que recebem auxílio do governo, às pessoas não-brancas, aos trabalhadores “preguiçosos” ou “arrogantes” e ao excesso de intervenção do Estado na economia. Sob a aparência externa de “reforma”, o Congresso controlado pelos republicanos está rapidamente implementando sua agenda política classista, racista e sexista.

Para fazer reverter essa tendência, os/as progressistas precisam superar a política de identidade divisionista dos anos 1970 e 1980 em direção a um movimento – ou coalizão de movimentos – ao mesmo tempo feminista, anti-racista, pró-trabalhador e pró-ambiente. E, para transcender as limitações inerentes a políticas liberais, esse movimento deve começar a impulsionar as mudanças radicais e sistemáticas que irão tornar nossa economia verdadeiramente democrática e justa.

### Notas

<sup>1</sup> Veja, por exemplo, meus estudos recentes (1987; com Amott, 1991; e 1992), assim como o de Williams (1987, 1993a e b), Amott (1993) e Albelda and Tilly (1994).

<sup>2</sup> Por exemplo, Laurel Richardson e Verta Taylor, os editores de uma antologia popular de estudos de mulheres, *Feminist Frontiers II* (1989), escrevem no prefácio: “Os artigos de *Feminist Frontiers II* sublinham que diferenças culturais, raciais, étnicas e outras são difusas e difusamente fazem intersecção com as de gênero”.

<sup>3</sup> Veja especialmente Hull et al. (1982); Josephs (1981); Moraga and Anzaldúa (1981); e bell hooks (1984).

<sup>4</sup> Certos tipos de economia institucional, especialmente o institucionalismo radical, oferecem *insights* importantes e são também terreno fértil para a economia feminista-anti-racista-anticlassista (veja Jennings, 1993). Contudo, vejo o marxismo como um ponto de partida melhor, devido a seu alicerçamento teórico mais forte e sua posição explicitamente anticlassista.

<sup>5</sup> Devido a restrições de espaço, não apresentarei aqui o argumento vinculado e igualmente importante de que os/as economistas anti-racistas devem ser economistas marxistas-feministas-anti-racistas. Da literatura a respeito, veja bell hooks (1984), West (1993) e Hull et al. (1982).

<sup>6</sup> Houve uma tendência recente à matematização da teoria marxista, de Morishima (1972) a Roemer (1981). Embora isso possa ter conseguido esclarecer de alguma forma a teoria, assim como tido alguma habilidade para se comunicar com a teoria hegemônica, acredito que, em geral, o vóo em direção à matemática é problemático para a teoria marxista. Mas este não é o lugar para se fazer essa argumentação.

<sup>7</sup> Na verdade, a visão marxista tradicional dessas inter-relações, sistematizada em materialismo dialético ou histórico, conceituou uma sociedade como um “modo de produção” no qual as “forças e as relações sociais de produção” da economia eram mais ou menos determinantes das esferas políticas e familiares “superestruturais”. Os/As marxistas-feministas criticaram o materialismo histórico por sua negligência em relação à família, criando visões diferentes das relações entre economia, família e política, e desafiando o limite entre economia e família que a teoria incorpora (Kuhn and Wolpe, 1979; Sargent, 1981; para uma revisão a respeito, veja Matthaei, 1992). Cheguei a rejeitar o materialismo histórico em si mesmo, embora retendo a consciência teórica de Marx das distintas qualidades das relações sociais nas diferentes esferas da vida social, assim como uma compreensão de sua interdependência.

Pode-se argumentar que a economia neoclássica está se tornando mais interdisciplinar. Certamente, no período pós-Segunda Guerra Mundial ela estendeu sua análise do comportamento de maximização da utilidade na família (Becker, 1981) e na política (Alesina, 1987). Contudo, isso simplesmente transforma todas as relações sociais em maximização da utilidade; as diferenças qualitativas entre

as esferas desaparecem. Assim, Becker está insensível ao fato de que a divisão sexual do trabalho entre casa e mercado se traduz em desigualdade de gênero em termos de poder e de status.

<sup>8</sup> Karl Marx e Friedrich Engels pensavam que tal mudança revolucionária era inevitável; os/as marxistas do século XX são menos otimistas. Não estou argumentando aqui que as contradições no capitalismo são baseadas somente em classe; em meu ponto de vista, o capitalismo dos Estados Unidos é inerentemente sexista e racista, e desse modo os movimentos feminista e anti-racista, assim como o ambientalista e outros, são produtos de suas contradições.

<sup>9</sup> O fato de o termo marxista (como feminista) ter sido distorcido pelos poderosos, assim como usado por indivíduos e grupos com que discordo profundamente por suas tendências stalinistas, não constitui para mim uma razão para abandoná-lo. Ao contrário, mantenho o rótulo marxista (e feminista) e luto contra o que considero um uso inadequado desses termos.

<sup>10</sup> Um recente artigo na revista dominical *Boston Globe* (Roche, 1995) começava com uma fotografia minha, sob o título "Os últimos marxistas" (e com a palavra "últimos" impressa em vermelho!).

<sup>11</sup> As feministas que não atuam na área econômica às vezes usam o termo "feminista-socialista" para conotar o que chamo de "feminista-marxista"; veja, por exemplo, Jaggar (1978). Havia também uma tradição das feministas socialistas (não-marxistas) do século XIX, que Marx denominava socialistas utópicas (Folbre, 1993b).

<sup>12</sup> Para uma boa introdução às análises marxistas de raça/etnia, veja Cherry (1989, cap. 4).

<sup>13</sup> Três antigas coleções nas quais feministas defendiam a incorporação do feminismo num enquadramento marxista são as de Eisenstein (1979), Sargent (1981) e Kuhn and Wolpe (1979). Muitos/as defendiam uma análise de sistemas dual – ou seja, que o patriarcado deveria ser visto como um sistema que coexiste com o capitalismo. Ferguson (1984), por sua vez, defendia uma análise de três sistemas, para incorporar raça, gênero e assuntos de classe. Fui contra a análise de sistemas múltiplos (1992), afirmando que o capitalismo deve ser visto como inerentemente patriarcal e racista.

<sup>14</sup> Para uma avaliação da ausência de raça e gênero nos textos da economia neoclássica, veja Feiner and Roberts (1990). Para uma revisão de críticas feministas da análise neoclássica da família e da desigualdade de gêneros no mercado de trabalho, veja Seiz (1992).

<sup>15</sup> A "discriminação estatística" ocorre quando, para evitar o custo de obter mais informação, os empregadores julgam cada candidato/a baseado nas características de seus grupos, donde assumem que as mulheres e as pessoas não-brancas são menos produtivas ou menos confiáveis se comparadas a um homem branco. Contudo, esse processo não é em si mesmo uma fonte original de desigualdade de gênero ou de raça/etnia.

<sup>16</sup> Para uma das análises mais antigas, veja Folbre and Hartmann (1988); veja também Nelson (1993), Strassmann (1993), Seiz (1992), England (1993) e Mac-

Closkey (1993). Para um estudo do desenvolvimento do viés masculino na economia neoclássica antiga, veja Pujol (1992).

<sup>17</sup> Veja Resnick and Wolff (1987) para uma exploração e interpretação pós-moderna da epistemologia de Marx, a qual, contudo, privilegia classe como o "ponto de partida" apropriado.

<sup>18</sup> Não quero com isso dizer que se deva evitar aprender dos escritos das feministas utópicas, dos teólogos da libertação e de muitos/as outros/as – quero apenas sublinhar que a teoria neoclássica, com seu foco quantitativo e sua cegueira para a maioria dos problemas mais significativos do capitalismo, não oferece uma base frutífera para teorizar sobre economias alternativas e superiores.

<sup>19</sup> Veja Matthaei (1987 e 1992, especialmente as p. 134-7), para uma apresentação mais detalhada do argumento desta seção.

<sup>20</sup> Omi and Winant (1986) abordam esse ponto sobre raça em *Racial Formation*.

<sup>21</sup> Para um resumo desse processo pela perspectiva das mulheres, veja Amott and Matthaei, 1991, parte II.

<sup>22</sup> Veja Albelda and Tilly (1994) para uma excelente crítica e abordagem da reconstrução da estrutura social da acumulação, a partir de uma perspectiva feminista e anti-racista, e Williams (1987, 1993a) para uma apresentação cuidadosa e crítica das análises marxistas da desigualdade racial.

<sup>23</sup> Há uma história de críticas feministas aos países "socialistas" existentes, sendo a mais recente a de Randall (1992). Contudo, os/as feministas e anti-racistas têm estado visivelmente ausentes nas recentes discussões de modelos socialistas. Entre os que propõem tais modelos, Albert and Hahnel (1991a) ao menos reconhecem que gênero e raça são questões, mas essencialmente as ignoram.

### Referências bibliográficas

- ALBELDA, Randy and TILLY, Chris. 1994. Toward a Broader Vision: Race, Gender, and Labor Market Segmentation in the Social Structure of Accumulation Framework. In: KOTZ, David, McDONOUGH, Terrence, and REICH, Michael (eds.) *Social Structures of Accumulation: The Political Economy of Growth and Crisis*. New York: Cambridge University Press. p. 212-30.
- ALBERT, Michael and HAHNEL, Robin. 1991a. *Looking Forward: Participatory Economics for the Twenty First Century*. Boston: South End Press.
- . 1991b. *The Political Economy of Participatory Economics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- ALESINA, Alberto. 1987. "Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game". *Quarterly Journal of Economics* 102 (3): 651-78.
- AMOTT, Teresa L. 1993. *Caught in the Crisis: Women and the U.S. Economy Today*. New York: Monthly Review Press.
- and Matthaei, Julie. 1991. *Race, Gender & Work: A Multicultural Economic History of Women in the United States*. Boston: South End Press.

- BACA-ZINN, Maxine, CANNON, Lynn Weber, HIGGINBOTHAM, Elizabeth, and DILL, Bonnie Thornton. 1990. The Costs of Exclusionary Practices in Women's Studies. In: ANZALDUA, Gloria (ed.) *Making Face, Making Soul: Haciendo caritas: Creative and Critical Perspectives by Women of Color*. San Francisco: Aunt Lute. p. 29-41.
- BARAN, Paul and SWEEZY, Paul. 1966. *Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order*. New York: Monthly Review Press.
- BARDHAN, Pranab K. and ROEMER, John E. (eds.). 1993. *Market Socialism: The Current Debate*. New York: Oxford University Press.
- BECKER, Gary. 1981. *A Treatise on the Family*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BENERIA, Lourdes. 1979. "Reproduction, Production, and the Sexual Division of Labour". *Cambridge Journal of Economics* 3(3): 203-25.
- BERGMANN, Barbara. 1976. Reducing the Pervasiveness of Discrimination. In: GINZBERY, Eli (ed.) *Jobs for Americans*, pp. 120-41. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- BLANK, Rebecca. 1993. What Should Mainstream Economists Learn from Feminist Theory? In: FERBER, Marianne and NELSON, Julie (eds.) *Beyond Economic Man*. Chicago: University Chicago Press. p. 133-43.
- BLAU, Francine and FERBER, Marianne. 1986. *The Economics of Women, Men, and Work*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- BLAUT, James M. 1989. "Colonialism and the Rise of Capitalism". *Science & Society* 53(3): 260-96.
- CHERRY, Robert. 1989. *Discrimination. Its Economic Impact on Blacks, Women, and Jews*. Lexington, MA: D.C. Heath.
- \_\_\_\_\_, MICHL, Thomas, D'ONOFRIO, Christine, MOSELEY, Fred, KURDAS, Cigdem, and NAPLES, Michele. 1987. *The Imperiled Economy; Book 1. Macroeconomics from a Left Perspective*. New York: Union for Radical Political Economics/Monthly Review Press.
- CLARK, John Bates. 1899. *The Distribution of Wealth: A Theory of Wages, Interest and Profits*. New York: Macmillan.
- COX, Oliver C. 1959. *Castle, Class & Race: A Study in Social Dynamics*. New York: Monthly Review Press.
- EDWARDS, Richard. 1979. *Contested Terrain: The Transformation of the Workplace in the Twentieth Century*. New York: Basic Books.
- \_\_\_\_\_, REICH, Michael, and WEISSKOPF, Thomas (eds.). 1986. *The Capitalism System*. 3. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- EISENSTEIN, Zillah (ed.). 1979. *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York: Monthly Review Press.
- ENGLAND, Paula. 1993. The Separative Self: Androcentric Bias in Neoclassical Assumptions. In: FERBER, Marianne and NELSON, Julie, *Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press. p. 37-53.
- EPSTEIN, Barbara. 1990. "Rethinking Social Movement Theory". *Socialist Review* 20(1): 35-66.
- FEINER, Susan and ROBERTS, Bruce. 1990. "Hidden by the Invisible Hand: Neoclassical Economic Theory and the Textbook Treatment of Race and

- Gender". *Gender & Society* 4(2): 159-81.
- FERBER, Marianne and NELSON, Julie (eds.). 1993. *Beyond Economic Man: A Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press.
- FERGUSON, Ann. 1984. On Conceiving Motherhood and Sexuality: A Feminist Materialist Approach". In: TREBILCOT, Joyce (ed.) *Mothering*. Totowa, NJ: Rowman and Allanheld. p. 153-82.
- FOLBRE, Nancy. 1982. "Exploitation Comes Home: A Critique of the Marxian Theory of Family Labour". *Cambridge Journal of Economics*, 6(4): 317-29.
- \_\_\_\_\_. 1993a. "How Does She Know? Feminist Theories of Gender Bias in Economics". *History of Political Economy*, 25(1): 167-84.
- \_\_\_\_\_. 1993b. "Socialism, Feminist and Scientific". In: FERBER, Marianne and NELSON, Julie (eds.) *Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press. p. 94-110.
- \_\_\_\_\_ and HARTMANN, Heidi. 1988. The Rhetoric of Self-Interest: Ideology and Gender in Economic Theory. In: KLAMER, Arjo, McCLOSKEY, Donald N., and SOLOW, Robert (eds.). *The Consequences of Economic Rhetoric*. New York: Cambridge University Press. p. 184-203.
- FRIEDMAN, Milton. 1962. *Capitalism and Freedom*. With the assistance of Rose D. Friedman. Chicago: University of Chicago Press.
- GIDDENS, Anthony and HELD, David (eds.). 1982. *Classes, Power, and Conflict: Classical and Contemporary Debates*. Berkeley: University of California Press.
- GLENN, Evelyn Nakono. 1985. "Racial Ethnic Women's Labor". *Review of Radical Political Economics*, 17(3):86-108.
- HARDING, Sandra. 1989. "Is Marxism Enough? Feminist Approaches to Science". Paper presented at Marxism Now Conference, University of Massachusetts, Amherst, MA.
- \_\_\_\_\_. 1995. "Can Feminist Thought Make Economics More Objective?" *Feminist Economics*, 1(1): 7-32.
- HARTMANN, Heidi. 1979a. "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union". *Capital and Class*, 8: 1-33 (also in SARGENT (ed.) *Women and Revolution*, p. 1-41).
- \_\_\_\_\_. 1979b. Capitalist Patriarchy and Job Segregation by Sex. In: EISENSTEIN, Zillah (ed.) *Capitalist Patriarchy*. New York: Monthly Review Press. p. 206-47.
- HILL, Herbert. 1989. Black Labor and Affirmative Action: An Historical Perspective. In: DARIFF, William and SHULMAN, Steve (eds.). *The Question of Discrimination: Racial Inequality in the U.S. Labor Market*. Middletown, CT: Wesleyan University Press. p. 190-267.
- HOOBS, Bell. 1984. *Feminist Theory: from Margin to Center*. Boston: South end Press.
- HULL, Gloria, SCOTT, Patricia Bell, and SMITH, Barbara (eds.). 1982. *All the Women are White, All the Blacks are Men, but Some of Us are Brave: Black Women's Studies*. Old Westbury, NY: Feminist Press.
- HUNT, E. K. 1979. *The History of Economic Thought: A Critical Perspective*. Belmont, CA: Wadsworth.

- JAGGAR, Allison. 1978. *Feminist Frameworks: Alternative Theoretical Accounts of the Relations Between Women and Men*. New York: McGraw-Hill.
- JENNINGS, Ann L. 1993. Public or Private? Institutional Economics and Feminism. In: FERBER, Marianne and NELSON, Julie (eds.) *Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press. p. 111-30.
- JOSEPHS, Gloria. 1981. The Incompatible Menage à Trois: Marxism, Feminism, and Racism. In: SARGENT, Lydia (ed.) *Women and Revolution*. Boston: South End Press. p. 91-108.
- . 1986. *Common Differences: Conflicts in Black and White Feminist Perspectives*. Boston: South End Press.
- KUHN, Annette and WOLPE, AnnMarie (eds.). 1979. *Feminism and Materialism*. London: Routledge & Kegan Paul.
- LEVINE, David. 1976. "The Theory of Growth of the Capitalist Economy". *Economic Development and Cultural Change*, 24(1): 47-74.
- MATTHAEI, Julie. 1982. *An Economic History of Women in America: Women's Work, the Sexual Division of Labor, and the Development of Capitalism*. New York: Schocken Books.
- . 1987. "The Patriarchal Structure of Capital: A Feminist Analysis of the Development of the Firm in the U.S.". Presented at the Berkshire Conference of Women Historians, Wellesley College, June.
- . 1992. Marxist-Feminist Contributions to Radical Economics. In: ROBERTS, Bruce and FEINER, Susan (eds.) *Radical Economics*. Boston: Kluwer. p. 117-44.
- McCLOSKEY, Donald. 1993. Some Consequences of a Conjective Economics. In: FERBER, Marianne and NELSON, Julie (eds.) *Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press. p. 69-93.
- MERCHANT, Carol. 1980. *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. San Francisco: Harper & Row.
- MILLER, Alice. 1981. *The Drama of the Gifted Child*. New York: Basic Books.
- MORAGA, Cherrie and ANZALDUA, Gloria (eds.). 1981. *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*. Watertown, MA: Persephone Press.
- MORISHIMA, Michio. 1974. *Marx's Economics: A Dual Theory of Value and Growth*. New York: Cambridge University Press.
- NELSON, Julie. 1993. The Study of Choice or the Study Provisioning? Gender and the Definition of Economics. In: FERBER, Marianne and NELSON, Julie (eds.) *Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press. p. 23-36.
- NOVE, Alec. 1991. *The Economics of Feasible Socialism Revisited*. London: Harper-Collins.
- OMI, Michael and WINANT, Howard. 1986. *Racial Formation in Advanced Capitalism*. London: Routledge & Kegan Paul.
- PUJOL, Michele A. 1992. *Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought*. Brookfield, VT: Edward Elgar.
- RANDALL, Margaret. 1992. *Gathering Rage: The Failure of 20th Century Revolutions to Develop a Feminist Agenda*. New York: Monthly Review Press.
- REICH, Michael. 1981. *Racial Inequality: A Political-Economic Analysis*. Princeton:

- Princeton University Press.
- RESNICK, Steven and WOLFF, Richard. 1987. *Knowledge and Class: A Marxian Critique of Political Economy*. Chicago: University of Chicago Press.
- REX, John. 1982. Racism and the Structure of Colonial Societies. In: ROSS, Robert (ed.) *Racism and Colonialism: Essays on Ideology and Social Structure*. The Hague: Martinus Nijhoff for the Leiden University Press. p. 199-218.
- RICHARDSON, Laurel and TAYLOR, Veta (eds.). 1989. *Feminist Frontiers II: Rethinking Sex, Gender, and Society*. New York: McGraw-Hill.
- ROCHE, B. J. 1995. "The Last Marxists." *Boston Globe Magazine*, 12 February.
- ROEMER, John. 1981. *Analytical Foundations of Marxian Economic Theory*. New York: Cambridge University Press.
- . 1994. *A Future for Socialism*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- SARGENT, Lydia (ed.). 1981. *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Boston: South End Press.
- SEIZ, Janet. 1992. Gender and Economic Research. In: DE MARCHI, Neil (ed.) *Post-Popperian Methodology of Economics: Recovering Practice*. Boston: Kluwer. p. 273-317.
- . 1993. "Feminism and the History of Economic Thought". *History of Political Economy*, 25(1): 185-201.
- SOWELL, Thomas. 1981. *Ethnic America: A History*. New York: Basic Books.
- SPELMAN, Elizabeth. 1988. *Inessential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. Boston: Beacon Press.
- STRASSMAN, Diana. 1993. Not a Free Market: The Rhetoric of Disciplinary Authority in Economics. In: FERBER, Marianne and NELSON, Julie (eds.) *Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press. p. 54-68.
- WALKER, Pat (ed.). 1979. *Between Labor and Capital*. Boston: South End Press.
- WEST, Cornell. 1993. *Race Matters*. Boston: Beacon Press.
- WILLIAMS, Rhonda. 1987. "A Reconsideration of Racial Earnings Inequality". *Review of Radical Political Economics*, 9(2): 1-15.
- . 1993a. Racial Inequality and Racial Conflict: Recent Developments in Radical Theory. In: DARITY, William (ed.) *Labor Economics: Problems in Analyzing Labor Markets*. Boston: Kluwer-Nijhoff. p. 209-35.
- . 1993b. "Race, Deconstruction, and the Emergent Agenda of Feminist Economic Theory". In: FERBER, Marianne and NELSON, Julie (eds.) *Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press. p. 144-52.
- WRIGHT, Eric Olin. 1982. Class Boundaries and Contradictory Class Locations. In: GIDDENS, Anthony and HELD, David (eds.) *Classes, Power, and Conflict: Classical and Contemporary Debates*. Berkeley: University of California Press. p. 112-29.

## REFAZENDO "TRADIÇÕES": MUDANÇAS NA ECONOMIA POLÍTICA DA ALIMENTAÇÃO\*

Harriet Friedmann<sup>†</sup>

O alimento flui constantemente pelo nosso corpo. Ele circula regularmente, também, pelas artérias das rodovias e das ferrovias, e pelas rotas marítimas e aéreas. O dinheiro circula numa rede inversa pelas veias das finanças. Logo, o alimento pode revelar mudanças na economia mundial. As mais íntimas práticas diárias das pessoas pelo mundo afora, que são desconhecidas umas das outras, são vinculadas – e desvinculadas – pela produção, processamento, transporte, venda, compra, preparo e ingestão de alimento. Neste artigo ofereço uma visão geral das mudanças históricas nas estruturas e práticas que moldam nossas vidas enquanto produtores, compradores, preparadores e consumidores de alimento. Duas práticas e estruturas-chave hoje consideradas “tradicionais” e que examino aqui são os padrões internacionais de produção e comércio de alimentos, e as relações familiares que facilitam a aquisição e a partilha desses alimentos.

As pessoas usam a palavra “tradicional” para definir aquilo a que estão habituadas. Essa palavra nos permite evitar pensar em como, quando e por que nossos padrões de trabalho,

\*Reproduzido de BARNDT, Deborah (org.). *Women working the NAFTA food chain: women, food and globalization*. Toronto, CA: Second Story Press, 1999. Traduzido por Maria Giuseppina Curione.

<sup>†</sup>A autora é professora da Universidade de Toronto, Canadá, e ativista nos movimentos por soberania alimentar e iniciativas locais de alimentação.

comércio e vida familiar surgiram. Quando pensamos em algo como “tradicional”, nós o tomamos antes no sentido de natural ou divino do que de histórico. Mas tudo tem origens e causas. Neste artigo utilizo a palavra “tradição” entre aspas porque pretendo estimular o/a leitor/a a nunca mais usá-la como se soubesse seu significado. Toda “tradição” foi construída algum dia. Vivenciamos hoje uma mudança rápida e abrangente. Se simplesmente usarmos a palavra “não-tradicional” para designar as mudanças, perderemos a oportunidade de perguntar sobre a história das “tradições” que estão mudando. Muitas práticas e relações estão sendo (re)construídas, e elas acabarão por parecer “tradicionais”. Isso nos dará uma perspectiva histórica para entender a presente construção de novas práticas e relações.

Nossos vínculos estão se aprofundando pelo continente e pelo globo. Como veremos, os mais importantes agora, sustentados pelas novas políticas do governo e por acordos internacionais, dão poder a corporações para vincular trabalhadores e consumidores de lugares distantes. Este artigo identifica mudanças interligadas no comércio internacional e na vida pessoal, na esperança de podermos escolher melhor aquelas práticas que satisfazem nossas necessidades.

### MUDANÇAS NA ECONOMIA POLÍTICA DA ALIMENTAÇÃO

As mudanças em muitas “tradições” de produção e comércio de alimentos estão se expandindo rapidamente em todas as partes do mundo. Exportações “não-tradicionais” foram, ou prometem ser, intensificadas pelo desdobramento dos acontecimentos políticos e econômicos internacionais. Em 1982, começou oficialmente a crise da dívida internacional, e em 1994 o Nafta (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) entrou em vigor solidamente na esteira da nova OMC (Organização Mundial do Comércio). Depois de muitos anos de difíceis negociações, a OMC substituiu o Gatt (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio) de 1947. O Gatt foi um dos vários conjuntos de regras internacionais que sustentou o desenvolvimento econômico nacional. Naquela estrutura, foram estimu-



lados alguns tipos de produção de alimentos, como o do milho no Zimbábue, e também alguns padrões de comércio, como o da banana em Honduras. Ambos parecem agora “tradicionalistas”, embora os dois cultivos tenham sido introduzidos naqueles países por dominadores coloniais. O que está mudando agora é a base nacional de consumo e produção de alimento. Aquela estrutura nacional também foi construída em sua época. Para retomarmos essa perspectiva, precisamos voltar à história da produção e do comércio colonial.

### “TRADIÇÕES” LANÇADAS NA ORDEM DO MUNDO COLONIAL

Começamos com o parâmetro local da relação entre o global e o local. As agriculturas e as culinárias “tradicionalistas” freqüentemente se referem a dois padrões distintos, que datam de dois períodos iniciais da integração colonial. Um é chamado camponês.

No século XVI, algumas antigas sociedades camponesas foram transformadas e algumas novas, criadas. Fosse na França, no Punjab, no Zaire, no Japão ou no México, as sociedades camponesas integravam seus sistemas agrícolas e culturas alimentícias<sup>1</sup>, e produziam seu alimento localmente. Embora ligadas por mercados mundiais, elas mantinham as antigas características camponesas. A mistura de ingredientes cultivados e selvagens sustentava uma população razoavelmente saudável, barrando desastres nos ecossistemas locais. (A superpopulação podia culminar em crise repentina, na medida em que punha extrema pressão no ecossistema para se produzir alimento suficiente.) A maior parte do que se produzia era consumido localmente pelas pessoas ou por seus animais domésticos. As sobras também eram absorvidas nas próprias áreas de cultivo, normalmente entrando como vegetação decomposta ou adubo para a renovação do solo. As comunidades se extinguíam, sofriam alterações ou se mudavam, quando a evolução contínua da “tradição” era impedida por crises. Quando se deslocavam sucessivamente, elas se adaptavam a um novo ambiente social e ecológico, criando novas “tradições” agrícolas e culinárias.

As sociedades camponesas estavam na base das hierarquias agrárias<sup>2</sup>, que tiveram um papel na conquista colonial e nas mudanças da produção. Os proprietários de terras normalmente exigiam cultivos e animais extras, ou de tipo especial, e geralmente fruía uma culinária de elite separada. Eles podiam ser incorporados ou substituídos por dominadores coloniais, que freqüentemente solicitavam camponeses para cultivar itens de exportação, algumas vezes trazidos de outras partes do mundo, como o café do Norte da África (via Oriente Médio) produzido em Java (Indonésia). No século XIX, isso levou, em muitas partes do mundo, à especialização, com o cultivo de uma espécie única, promovendo a chamada monocultura, sistema que foi transposto da comunidade para as colônias.

As monoculturas foram, desde o início, introduzidas no segundo padrão de agricultura “tradicional”, as *plantations*, que foram criadas por regulamento colonial. Formas menos extremas desse tipo de cultivo utilizavam colonos contratados ou trabalhadores empregados localmente, que também produziam seu próprio alimento em pequenas roças. Os casos mais extremos baseavam-se em mão-de-obra escrava; introduziram novos cultivos e povos para substituir sistemas sociais e ecológicos locais. Por exemplo, a cana-de-açúcar da Ásia e povos da África foram colocados a serviço de proprietários ingleses, franceses ou alemães de *plantations*, que se apoderaram da terra dos nativos. O açúcar era enviado à Europa, e os artigos de luxo para os donos das *plantations* e freqüentemente o alimento para os escravos era importado. Esse foi o começo de um estado de coisas hoje familiar: o que era produzido tornou-se desvinculado do que era consumido e, pela primeira vez na História, o dinheiro determinava o que as pessoas comiam ou até mesmo se comiam ou não.

Essa mudança, que se deu há 500 anos e persiste até hoje, finalmente rompeu os padrões de dieta e cultivo que haviam sido por milhares de anos os de muitas partes do mundo<sup>3</sup>. A produção de itens agrícolas especializados de exportação foi definida como “tradicional”. Por volta do século XIX, Gana especializou-se em cacau; Honduras, em bananas; Martinica, em açúcar; Java (Indonésia), em café; e Saskatchewan (Canadá), em trigo.

Essas monoculturas de exportação resultaram do colonialismo. Por exemplo, Gana, uma colônia africana da Inglaterra, começou a especializar-se em cacau, uma planta nativa da América Central introduzida na região pelos colonizadores ingleses. Os dominadores coloniais espanhóis trouxeram plantas asiáticas para o “Novo Mundo” – bananas, para a América Central e o México, e cana-de-açúcar, para Cuba. O café, introduzido na América Latina por comerciantes e proprietários de terras europeus, é originário da Etiópia. O trigo, um cultivo muito familiar na Europa, mas ali adaptado após muitos milênios, levado da região hoje ocupada pelo Iraque e pelo Irã, foi também introduzido no Canadá por colonos europeus.

Esses padrões de produção de alimentos que agora denominamos “tradicionais” resultaram, pois, de movimentos em massa de povos, plantas e animais que começaram no século XVI com a colonização. Em muitos “novos mundos” iniciados por esses movimentos coloniais, alimentos eram trocados entre países e os povos adaptavam o que plantavam e a forma de preparo dos alimentos, fundindo os conhecimentos dos recém-chegados com os dos nativos em sistemas de cultivo e alimentação “crioulos”. Quando os alimentos “tradicionais” começaram a mudar, o mesmo aconteceu com o cultivo e as dietas. O México contribuiu com tomates para molhos e milho para a polenta das “tradicionais” culinária e agricultura da Itália. Deu também o cápsico (tipo de pimenta), que Colombo introduziu nas culinárias espanhola e portuguesa em substituição à pimentado-reino dessas duas cozinhas. Não muito antes, o cápsico mexicano alcançou a Índia através da colônia portuguesa de Goa e tornou-se ali uma especiaria “tradicional”. A batata, que é originária do Peru, tornou-se “tradicional” (após longa resistência) não somente para os povos do sul da Ásia como também para os irlandeses e poloneses<sup>4</sup>. O milho mexicano tornou-se a principal matéria-prima de comunidades camponesas da Zâmbia e de outras regiões da África. Quando libertados, após gerações de escravidão, os afro-caribenhos formaram comunidades camponesas no Caribe e mandaram o milho a seus países de origem. Os pomares e pratos jamaicanos incluíram as mangas levadas

por trabalhadores contratados da Índia, que substituíram os escravos libertos nas *plantations* de cana-de-açúcar.

Ao mesmo tempo, a alimentação de países não-produtores começou a depender dos itens cultivados nos países produtores e estimulou o crescimento da monocultura de exportação. Os negociantes não somente levavam plantas de um lugar a outro para vender com lucro como também estimulavam os donos das *plantations* a exportar bens exóticos para desenvolver o comércio. Os proprietários europeus e norte-americanos, por exemplo, acabaram por considerar “tradicionais” para suas dietas o café, o chá, o chocolate (de cacau), o açúcar e a banana. Para satisfazer essa necessidade, comunidades camponesas construíram, por gerações, “tradições” de ganhar dinheiro a partir dessas monoculturas.

Nesse contexto, o México tem uma história incomum de comunidades camponesas independentes plantando e se alimentando de plantas nativas, assim persistindo até o século XX. A América espanhola tornou-se independente entre 1810 e 1820. Em cada um dos novos países constituídos as elites espanholas se estabeleceram como proprietárias e governantes, baseando-se nas propriedades rurais de trabalho escravo criadas durante o domínio colonial. Mas o México viveu outra série de revoluções iniciadas em 1910, paralelamente à Revolução Russa. O resultado foi a criação (ou recriação) de uma forma de posse legal de terras comunais, nos moldes dos chamados *ejidos*<sup>5</sup>. Nessas terras, o cultivo e a cozinha camponesa, ambos baseados no milho, no feijão e na abóbora, foram protegidos das pressões exercidas em prol da agricultura de exportação.

O que impulsionou as revoluções mexicanas foi a reivindicação de redistribuição da terra, que culminou na organização de grandes áreas de agricultura coletiva nos anos 1930. Distintamente das fazendas coletivas da União Soviética do período stalinista, porém, os *ejidos* não estavam voltados ao mercado, como parte de um plano central de Estado, mas sim a prover a base econômica de comunidades indígenas autogovernadas. As *plantations*, os supermercados e outros aspectos de um sistema “moderno” de abastecimento de alimentos tinham de operar à

margem de um sistema nacional de grãos para consumo humano centrado em comunidades indígenas autogovernadas. Com o tempo, contudo, essas populações superaram a agricultura de subsistência, e muitas pessoas, especialmente homens, migraram para trabalhos sazonais em outras regiões do México ou dos Estados Unidos. Finalmente também as mulheres deixaram os *ejidos* à procura de trabalho nas cidades, nas zonas de linhas de montagem para exportação, as chamadas *maquilas*, na fronteira com os Estados Unidos ou no interior desse país.

### DESAZENDO E REFAZENDO A “TRADIÇÃO”: OS ESTADOS UNIDOS E O DESENVOLVIMENTO

O desfazer de “tradições” enraizadas na ordem colonial começou com a descolonização nas décadas de 1950 e 1960. Não somente a alimentação, mas todo o sistema político e econômico mundial foi dominado pelos britânicos durante a maior parte do século XIX e o início do XX. Mas as duas guerras mundiais apressaram o declínio relativo do poder britânico e a ascensão de Estados Unidos, Alemanha, Japão e, finalmente, União Soviética. Durante e após a Segunda Guerra, os Estados Unidos acabaram assumindo a liderança militar e política da economia mundial, e preencheram o vácuo deixado pelo declínio do poder britânico. Por volta de 1950, contudo, a União Soviética emergiu como um poder rival e o mundo foi reorganizado em dois maciços blocos antagônicos liderados ou dominados por ela e pelos Estados Unidos – as “superpotências”. Estava assim estabelecida uma competição por legitimidade política, em que os dois sistemas econômicos se esforçavam por demonstrar qual deles podia oferecer o desenvolvimento mais rápido. Na medida em que, na prática, desenvolvimento significava industrialização<sup>6</sup>, camponeses e grandes agricultores que ainda produziam alimento para si mesmos e para os mercados locais foram excluídos do centro do palco.

Duas iniciativas norte-americanas reestruturaram a economia agrícola mundial durante esse período. Na primeira, tomada durante a depressão de 1930, o governo dos Estados Unidos

estabeleceu uma política em que se comprometia a comprar o trigo nacional a um preço mais alto que o de mercado, desde que inferior ao estipulado pelo Congresso, para evitar que os agricultores do país fossem à falência. Após a Segunda Guerra Mundial, estes passavam por dificuldades de exportação do trigo, porque seus consumidores europeus não estavam em condições de comprá-lo, em consequência da destruição promovida pelo conflito. O governo então impôs restrições às importações, oferecendo preços mais altos para seus próprios produtores, para impedir que agricultores de outros países vendessem para os Estados Unidos, separando, desse modo, o mercado norte-americano do resto do mundo.

Como resultado, o governo norte-americano acabou ficando com um excedente de trigo que não podia vender internamente. Se tentasse fazê-lo, o preço de “mercado” cairia cada vez mais e a diferença entre este e o que ele próprio oferecia aumentaria cada vez mais. A solução foi disponibilizar o trigo para o exterior. Obviamente os mercados externos estavam limitados por três razões: 1) na Europa e no Japão, devastados pela Segunda Guerra Mundial, o povo faminto e seus governos não tinham dólares para pagar pelo trigo; 2) as duas superpotências não podiam comercializar uma com a outra; e 3) nos demais países a maioria da população ainda vivia em comunidades agrárias, de modo que tinham capacidade de se garantirem alimento suficiente por muitos anos. Estes últimos vieram a ser conhecidos como nações do Terceiro Mundo (que não faziam parte dos sistemas norte-americano e soviético), países subdesenvolvidos ou países do Sul (que não faziam parte do “rico” Norte industrial, capitalista ou socialista). Contudo, com o desenvolvimento de políticas de ajuda alimentar, eles logo se tornaram dependentes de importações de alimentos subsidiados pelos Estados Unidos.

A segunda iniciativa do governo norte-americano foi tão inovadora quanto seu programa agrícola – a invenção de um tipo particular de “ajuda estrangeira” destinada a superar obstáculos ao comércio. Começou em 1948, com o Plano Marshall, pelo qual os Estados Unidos podiam enviar mercadorias a países

européus (e ao Japão) para ajudá-los a reconstruir suas indústrias destruídas pela guerra e tornar suas agriculturas mais industriais ou “modernas”. Como os países receptores, por sua vez, tinham pouco para comercializar (exceto as matérias-primas extraídas de “suas” colônias) e não podiam, assim, obter dólares para pagar, os Estados Unidos aceitavam as moedas locais, numa operação chamada “fundos de contrapartida”, que era benéfica somente para os países que os emitiam. Mas o governo norte-americano podia gastar esse dinheiro ajudando refugiados, pagando por gastos militares e coisas semelhantes. Entre 1948 e 1951, cerca de 13,5 bilhões de dólares foram distribuídos pelo Plano Marshall, ajudando a reconstruir economias européias para que estas pudessem exportar novamente em troca de importações dos Estados Unidos. A política alcançou seu objetivo de restaurar o comércio por meio da reconstrução de economias de parceiros comerciais.

A lei que criou a ajuda para os países do Terceiro Mundo teve por modelo o Plano Marshall, mas não obteve os mesmos efeitos. Foi aprovada pelo Congresso norte-americano em 1954, como Lei Pública 480 e conhecida pela denominação Alimento para a Paz. Como o Plano Marshall, destinava-se a criar mercados externos para o trigo dos Estados Unidos e integrava igualmente a disputa das duas superpotências por aliados, mas, diferentemente, acabou não criando parceiros comerciais auto-suficientes. Substitutivamente, os Estados Unidos escolheram receptores do Terceiro Mundo por diversas razões, tanto humanitárias como estratégicas. Desse modo, ajudaram governos que estavam capacitados a distribuir alimento barato e indústrias de cidades do Terceiro Mundo que podiam pagar salários mais baixos do que os necessários se os trabalhadores tivessem de comprar alimento mais caro. Os Estados Unidos colocaram seus excedentes de trigo livremente no mercado externo, mas os programas agrícolas mantiveram os suprimentos e os excedentes em crescimento.

Em consequência dessas iniciativas de ajuda ao estrangeiro, esse país superou outros grandes exportadores e tornou-se o maior celeiro de grãos do mundo. Pelo fato de dominar o

mercado mundial de alimentos, de adotar o protecionismo e subsidiar suas próprias exportações de alimentos, deixou para trás países exportadores como o Canadá, a Argentina, a Austrália e o Brasil. Por outro lado, como almejavam o “desenvolvimento” de seus países, muitos dos governos de nações emergentes do Terceiro Mundo aceitaram a ajuda alimentar norte-americana. Essas importações subsidiadas, produzidas por agricultores norte-americanos altamente especializados, freqüentemente tornavam impossível a seus próprios agricultores vender alimentos similares nos mercados locais. Rapidamente muitos desses países saíram de uma situação de auto-suficiência para a de dependência de alimentos. Os pequenos agricultores, que não podiam mais produzir, foram forçados a migrar para as cidades, onde compunham uma reserva de mão-de-obra que empurrava os salários para baixo e estimulavam a industrialização. A ajuda alimentar freqüentemente fazia cair os preços dos alimentos e o valor dos salários. Enquanto a produção agrícola voltada aos mercados locais tornava-se cada vez mais difícil, a monocultura de exportação da cana-de-açúcar, do abacaxi e similares continuava sendo estimulada. Desse modo, o padrão de comércio de alimentos mudou: do antigo, de produção nas colônias para consumo e comercialização pelos colonizadores, para um novo, em que as antigas colônias européias, agora chamadas de Terceiro Mundo, compravam de um país hegemônico, os Estados Unidos<sup>7</sup>. (Uma importante exceção foi o México, onde o milho produzido nos *ejidos* não estava em competição com o milho e o trigo dos Estados Unidos.)

Durante o período 1954-1973, o programa Alimento para a Paz ajudou os Estados Unidos a dominar o mercado mundial de trigo, bem como a manter baixos os preços mundiais. No centro da rede, eles subsidiaram seus agricultores e as exportações, e recusaram-se a permitir que a agricultura fizesse parte das negociações internacionais de redução das tarifas. Outros países adotaram políticas semelhantes, alterando-as de acordo com as posições que ocupavam na economia mundial. A Comunidade Européia (atual União Européia ou UE), por exemplo, integrou a agricultura muito antes de seus outros setores indus-

triais, subsidiou fortemente seus agricultores, como fez o Japão. Por volta de 1970, ela subsidiou também as exportações, passando assim a competir diretamente com os Estados Unidos.

Os governos do Terceiro Mundo combinaram a atitude defensiva da Comunidade Européia com a aceitação da ajuda externa para “modernizar” as pequenas propriedades rurais. Sob a rubrica de “Revolução Verde”, que oferecia sementes híbridas produzidas em institutos de pesquisa internacionais especiais, os agricultores foram estimulados a deixar a policultura para adotar as monoculturas do trigo (México), do arroz (Filipinas, Índia) e de diversos outros gêneros alimentícios. O objetivo era aumentar a produtividade por meio do uso de máquinas e especialmente de produtos químicos (fertilizantes e pesticidas). Quando o objetivo foi alcançado, os agricultores estavam capacitados a produzir mais por unidade de terra. Contudo, em lugar dos grãos, eles tiveram de importar implementos e produtos químicos dos Estados Unidos. A Revolução Verde também aumentou as desigualdades entre os agricultores – algumas fazendas cresceram à custa de outras – e isso simplificou a agricultura de tal forma que comunidades rurais perderam muitas fontes de alimento, combustível e adubos naturais<sup>8</sup> que utilizavam havia muito tempo.

O centro internacional de pesquisa da Revolução Verde, localizado no México, dedicava-se estranhamente ao trigo, uma vez que este é nativo do Velho Mundo. O sistema de alimentação mexicano, baseado no milho, era difícil de “modernizar”, pois os agricultores locais eram protegidos pelo *ejido*. De fato, todo o sistema de alimentação desse país estava direcionado a uma crescente auto-suficiência nacional, de acordo com suas próprias políticas governamentais. O governo mexicano oferecia preços subsidiados e assistência de comercialização para seus agricultores, de forma muito semelhante à dos Estados Unidos, da Europa e do Japão. Essa proteção permitiu a formação de uma vasta rede de pequenos fabricantes de *masa* (massa de farinha de milho) e de *tortilla* (espécie de pão chato feito de farinha de milho) para suprir o mercado mesmo das maiores cidades. O governo também possuía indústrias para processar e vender alimentos básicos, como o açúcar e o óleo de cozinha. Na etapa final dessa

integração, levada a cabo na década de 1970, justamente antes da crise da dívida de 1982, ele introduziu a Conasupo, um sistema de vendas locais em áreas pobres demais para manter o comércio privado. Foi uma forma de subsidiar, e manter vivos, pequenos agricultores e consumidores de baixa renda.

## A CRISE DA DÍVIDA E A GLOBALIZAÇÃO

No início da década de 1970, começaram a surgir contradições nas relações internacionais em torno da questão da alimentação. Justamente quando começava a concorrência entre os Estados Unidos e os subsídios europeus de exportação, e quando a agricultura da Revolução Verde reduzia a demanda de importações em alguns mercados do Terceiro Mundo, um novo fator entrou em cena: os laços econômicos entre os Estados Unidos e a União Soviética, países que não haviam mantido relações comerciais durante a Guerra Fria. O aspecto mais marcante foi um gigantesco acordo de grãos, que tirava uma tal quantidade de trigo, milho e soja dos mercados mundiais que os preços triplicaram entre 1972 e 1974. Isso estimulou a então chamada “crise dos alimentos”. (Contudo, quando os excedentes de grãos voltaram aos mercados na década de 1980, a crise desapareceu das primeiras páginas dos jornais.) Essa crise coincidiu com a triplicação dos preços do petróleo.

A situação assim configurada tensionou ainda mais as economias das nações do Terceiro Mundo, que dependiam tanto das importações de petróleo quanto das de grãos, e tornou muito atraente a possibilidade de tomar empréstimos para se sustentarem. Ao mesmo tempo, os Estados exportadores de petróleo, que tinham pouco terreno para investimentos domésticos, depositaram seus lucros crescentes nos bancos privados do Ocidente. Tais bancos, por sua vez, viram-se diante da dificuldade de emprestar de uma vez todo esse dinheiro extra no momento em que os preços do petróleo colocavam as indústrias ocidentais em recessão. Eles pressionaram os governos do Terceiro Mundo (assim como os socialistas) a tomar empréstimos, sem se importarem com o uso que seria dado a estes ou com o grau

de probabilidade de serem reembolsados. As elites governantes das nações tomadoras viram nos empréstimos uma forma de evitar ter de lidar com os problemas mais profundos relacionados à solução de sua dependência de importações. Em 1982, menos de dez anos depois, passadas as crises do alimento e do petróleo, o México faltou ao pagamento de seus empréstimos e a crise da dívida foi oficialmente deflagrada.

Outro fator-chave assumiu o primeiro plano na década de 1980: o crescimento das corporações transnacionais (CTNs), que haviam se desenvolvido na estrutura nacional e internacional do sistema de alimentos. Elas começaram a impulsionar a nova política dos Estados Unidos, de incluir a agricultura no livre comércio, em vez de proteger os agricultores norte-americanos, e a defenderam nas negociações do Gatt de 1986-1993 (nas discussões que a imprensa cunhou como Rodada do Uruguai). As corporações agroindustriais, que eram CTNs, promoveram uma política de liberalização do comércio e das finanças. Depois de terem crescido por três décadas no esmerado cenário de subsídios do governo, elas passaram a considerar o apoio governamental aos agricultores, consumidores e mercados nacionais um obstáculo para o aumento dos lucros<sup>9</sup>. Seu novo projeto era desmantelar os subsídios para a agricultura e o consumo em todos os países<sup>10</sup>. Agora que os agricultores e os consumidores estavam ligados em mercados de alimentos, as corporações não precisavam mais dos subsídios de comércio destinados a criar esses mercados. As CTNs previam um mundo livre de restrições nacionais sobre seu poder de transferir a produção para onde quisessem e de dar novos moldes ao consumo, especialmente ao do Terceiro Mundo. As novas regras teriam de ser elaboradas e aplicadas por instituições internacionais.

A instituição líder na imposição de uma mudança de nacional para internacional na formulação de regras foi o Fundo Monetário Internacional (FMI). Criado em 1944, o FMI não era uma instituição muito poderosa até a década de 1980. Os bancos e os Estados do Norte, que não queriam aceitar as perdas, buscaram um meio de coordenar soluções para as inadimplências iminentes de muitos governos do Terceiro Mundo e socialistas.

Eles decidiram dar poderes ao FMI para essa finalidade. Desde o início da crise da dívida em 1982, a instituição tem ido de um país a outro que esteja prestes a faltar com as obrigações da dívida e apresentado uma lista cada vez mais padronizada de "condições" para ceder novos empréstimos ou prorrogações dos vencimentos. Na medida em que a questão é obter moeda estrangeira para pagar a dívida, uma meta é aumentar as exportações, incluindo as agrícolas. Outra é cortar os subsídios à agricultura e ao consumo, inclusive o de alimentos, visando reduzir os gastos do governo (que podem ser usados para pagar a dívida) e forçar uma mudança do uso da terra e do trabalho, que é voltado à produção de alimento subsidiada, para a agricultura destinada à exportação.

As mudanças impostas pelo FMI e sua organização irmã, o Banco Mundial, são chamadas "condicionalidades" e frequentemente referidas como "medidas de austeridade", por seus terríveis efeitos (que as instituições credoras consideram ser de curto prazo) sobre a maioria dos pobres das nações afetadas. Essas condicionalidades enfeixam-se nos denominados "programas de ajuste estrutural" (PAEs)<sup>11</sup>. Para poder cumprir as condicionalidades do FMI ou as exigências do PAE, os governos precisam: desvalorizar suas moedas, o que reduz o poder aquisitivo de todos no país e facilita a compra de propriedades locais por estrangeiros; privatizar empresas estatais e escritórios de comercialização, o que torna mais difícil aos governos o apoio aos agricultores; reduzir ou abolir os subsídios ao consumo e à agricultura, o que provoca a exclusão dos agricultores locais e abre ainda mais o caminho para os poderosos locais ou estrangeiros praticarem as culturas de exportação; abolir subsídios também difícil o acesso do povo aos alimentos básicos antes subsidiados e frequentemente conduz a uma nova forma de rebelião do pão, que os sociólogos chamam de "rebelião contra o FMI"<sup>12</sup>. Restrições semelhantes são impostas a outros países com déficit orçamentário, como o Canadá, principalmente devido às fugas de capital e à desvalorização da moeda local, ou àqueles cujas políticas governamentais não agradam aos investidores. Em países do Norte, os acordos comerciais logo tornarão difícil continuar

com as instituições ligadas ao comércio e outras, que ajudaram os setores agrícolas nas negociações de trigo, leite e derivados, e outros alimentos. Os governos serão, então, forçados a estimular as exportações, incluindo nisso a conversão da agricultura de consumo local em agricultura de exportação, visando obter dólares para pagar a dívida externa. E, desse modo, o "ajuste estrutural" e seus efeitos não se limitam ao Sul, mas pode ser notado na erosão do setor público do Norte, inclusive de sua agricultura.

Sob o NAFTA e a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Canadá começou a converter suas estruturas de gestão do abastecimento. O primeiro estágio é a "tarifação" – convertendo os controles de importação em tarifas. O seguinte é reduzir tarifas com vistas ao livre comércio. Assim como em qualquer outro lugar, o ato de remover regras nacionais (e provinciais) coincide com a concentração da produção, particularmente a pecuária, em unidades cada vez maiores. Os agricultores ou são excluídos pelas agroindústrias gigantes, que são capazes de prover o abastecimento numa escala quase continental, ou são incorporados nesses supersistemas de produção. Tanto as regras do comércio como a concentração em corporações, paralelamente à renda reduzida do consumidor e outros fatores, contribuíram para o crescente revés sofrido pelos agricultores canadenses.

Os mexicanos sofrem de duas manciras. A abolição do *ejido*, que decorreu da implementação dos PAEs e se deu antes do estabelecimento do NAFTA, lançou os pequenos agricultores na competição com os grandes produtores norte-americanos de milho (que haviam industrializado sua produção com a proteção dos subsídios agrícolas do país). E o crescente empobrecimento obrigou os agricultores e os trabalhadores/consumidores mexicanos a buscar empregos a salários muito baixos nas indústrias de exportação em desenvolvimento, incluindo as agroindústrias. Parte dessas agroindústrias opera em áreas onde outrora se cultivavam grãos de consumo local; parte ocupa terras antes incultas, como as das regiões áridas do noroeste de Sonora e de Sinaloa.

Como a transformação dos alimentos em *commodities* está sendo intensificada em quase todos os lugares, um número cada vez maior de pessoas, no México e em outros países, muitas

delas pertencentes a comunidades camponesas, trabalham para produzir tipos de alimento que provavelmente nunca irão consumir. Em vez disso, estão suprindo os mercados mundiais e freqüentemente se alimentam do que lhes é devolvido de alguma forma desses mercados. Por exemplo, os mexicanos, que cultivam o tomate, não podem comprar a fruta que colhem e empacotam para os mercados dos Estados Unidos e do Canadá. Eles também não podem produzir seu próprio alimento e utilizam seus magros salários para comprar o que comer. Na medida em que o milho mais barato vem dos Estados Unidos para o mercado mexicano, eles provavelmente o comprarão, mesmo que tenha um sabor diferente e faça um tipo de *tortilla* distinto daquele que comiam no passado. Como o paladar muda, por desejo ou necessidade, as corporações têm em mira novos consumidores no Terceiro Mundo de qualquer produto que possam produzir, desde refrigerantes a hambúrgueres. A Taco Bell abriu filiais no México para servir *tortillas* industriais para mexicanos erradicados de seus povoados e redes urbanas através das quais eles adaptaram a/s antiga/s forma/s. A exportação "não-tradicional" de tomates e a dieta "não-tradicional" de alimentos comprados são criadas a partir de transformações de larga escala da economia política da alimentação. Os antigos vínculos entre a agricultura e a culinária locais estão sendo substituídos por uma nova dependência em relação a compradores e vendedores distantes. A abundância passa a significar não o que as pessoas ricas, numa cultura local ou nacional, comem, mas o que é melhor para as corporações transnacionais fabricarem e venderem<sup>13</sup>. As vidas dos trabalhadores que as CTNs empregam e os consumidores que elas atraem são transformadas em suas formas mais íntimas.

### MUDANÇAS NAS ÍNTIMAS RELAÇÕES ENTRE AS FAMÍLIAS E OS ALIMENTOS

Essas profundas mudanças na economia política internacional da alimentação afetaram as formas de trabalho e o *modus vivendi* cotidiano das pessoas. O que as pessoas fazem para con-

seguir alimento, como o preparam e o dividem, o que elas comem, quando e com quem, tudo isso é influenciado por alterações na cadeia alimentar. Estas, por sua vez, estão intimamente ligadas à forma de vida familiar. O modo de trabalhar e se alimentar envolve relações de gênero e relações familiares. As mudanças nos papéis das mulheres e dos homens e na família são uma contrapartida local para as mudanças globais na economia política da alimentação. É óbvio que a estrutura familiar constitui um dos aspectos mais específicos das culturas locais. Além disso, certas idéias do que é “tradicional” ligam muitas partes do mundo, especialmente nas áreas urbanas, que agora abrigam a maioria da população mundial.

O tipo de família chamado “tradicional” na América do Norte e na Europa é de certo modo distinta do modelo “provedor\*-dona de casa” que surgiu no século XIX<sup>13</sup>. Antes de o dinheiro se tornar o principal meio de assegurar a alimentação, a maioria das pessoas no mundo ocidental vivia relações domésticas simples, de famílias extensas ou grupos de famílias, dominadas por um “cabeça” ou “senhor” do sexo masculino. (Ainda hoje muitos camponeses e comunidades de imigrantes organizam a vida familiar e a subsistência dessa forma.) O desenvolvimento de relações capitalistas industriais mudou – como vimos – essa característica e introduziu a prática de utilizar dinheiro para a compra de alimentos.

O dinheiro entrou nos lares e tornou-se fundamental para a vida das pessoas. Para conseguir alimento, hoje, é preciso trabalhar por salários em vez de cultivar a própria terra ou trocar mercadorias ou serviços por alimento nos mercados locais. Os trabalhadores que gastavam seus salários tornaram-se consumidores, clientes dos agricultores comerciais. Estes últimos, por sua vez, são parte de um novo sistema (finalmente industrial) de agricultura, aqueles que puderam sobreviver à competição para vender comida por lucro.

<sup>13</sup> “Provedor”: em inglês *breadwinner*; tem como tradução literal “aquele que ganha o pão”. (N.T.)

A necessidade de ter dinheiro para comprar alimentos trouxe outras mudanças para a família, cujos membros tiveram de deixar seus lares para trabalhar fora. Além disso, milhares de pessoas foram obrigadas a abandonar o campo por não poderem continuar a ter os tipos de família que haviam tido enquanto pequenos agricultores ou aldeões. Elas partiram para as cidades onde novas indústrias estavam florescendo. Na Inglaterra, durante a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), essas novas indústrias empregavam quem quisessem pelos menores salários possíveis. Indústrias e outros empregadores (como os domiciliares) contratavam pessoas individuais (e não unidades de família) para trabalhar por muitas horas a baixos salários. Os empregadores descobriram que podiam empregar mulheres, pagando menos do que a homens, e crianças, pagando menos do que a mulheres. O trabalho infantil era comum, assim como a doença e a morte precoce. Era difícil para muitas pessoas formar famílias quaisquer nesse novo contexto urbano. As crianças nasciam em grande quantidade fora do casamento, e muitas eram abandonadas pelos pais, que não podiam cuidar delas por serem muito pobres, trabalharem demais ou estarem desempregados. Com a expansão da industrialização para a América do Norte, essas condições passaram a afligir famílias de trabalhadores dos Estados Unidos e do Canadá, embora em menor grau. Condições semelhantes se verificam, hoje, no êxodo rural dos países do Terceiro Mundo, com a mesma gravidade que marcou o início da industrialização da Inglaterra.

Em face de tais sofrimentos e da incapacidade de manterem vidas e famílias estáveis, os trabalhadores (homens, na maioria) da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Canadá lutaram por mudanças na jornada de trabalho e nos salários. Parlamentares proprietários de terras, que entendiam que o capitalismo não duraria se matasse aos poucos seus trabalhadores, aprovaram leis que restringiam a jornada de trabalho. Esta foi limitada a 10 horas por dia e a seis dias e meio por semana, para homens. As mulheres e as crianças tiveram suas jornadas e tipos de trabalho grandemente limitados. Essas leis reduziram drasticamente o número de mulheres e crianças na competição por



empregos, e os homens, conseqüentemente, puderam exigir salários mais altos, normalmente mediados por sindicatos.

O resultado foi a idéia de um salário família, pago aos homens e suficiente para manter suas famílias. Quando os homens formaram sindicatos e passaram a barganhar por salários mais altos, as mulheres foram relegadas ao lar, onde desempenhavam trabalho doméstico não-remunerado. Mesmo quando elas trabalhavam por salários, estes eram muito mais baixos. Numa situação de colapso social, portanto, o salário família permitiu a formação de um tipo particular de família numa economia na qual indivíduos ganhavam, em lugar do “pão”, o salário para comprá-lo<sup>15</sup>. E era o provedor – normalmente o chefe de família do gênero masculino – quem o recebia.

Essa família de modelo provedor-dona de casa das classes trabalhadoras teve por inspiração a família burguesa da classe capitalista, cujas tradições diferiam das da aristocracia ou das dos proprietários de terras. A família burguesa criou uma divisão entre os homens, que saíam para trabalhar na nova esfera pública, e as mulheres, relegadas ao lar, que permaneceu sendo a esfera privada. O lar não era mais reconhecido como um local de trabalho; tornou-se idealizado como o “refúgio” para o qual o marido podia voltar. As mulheres eram consideradas muito frágeis para os mundos viciosos do comércio e da política (uma visão algo diferente da aristocrática ou aldeã), e eram vistas como mais apropriadas para a “maternidade” (também um desvio das “tradições” aristocráticas e aldeãs da época). Logicamente a família burguesa era apoiada por empregados, algumas vezes por um batalhão deles. Essa parte da estrutura familiar não podia ser copiada pelas classes trabalhadoras, que eram elas próprias serviçais domésticas ou empregadas de fábricas de famílias burguesas. Mas o homem (o marido) ia para o trabalho e a mulher (a esposa) ficava em casa. Na versão da classe trabalhadora, a mulher fazia compras, cozinhava e cuidava das crianças sem serviçais. Em certo sentido, era ela a empregada, exceto pelo fato de não ser paga por seu trabalho doméstico.

Na realidade, o salário família nunca significou de fato uma renda adequada para o provedor. Somente uma minoria dos

homens ganhava salários altos o suficiente para sustentar suas famílias. Muitas mulheres, se eram casadas, tinham também de trabalhar por salários. O salário da mulher casada era considerado uma “bagatela”, uma quantia extra que contribuía para o orçamento da família, cuja renda principal vinha do marido (mesmo que ela não tivesse um!). As mulheres solteiras, separadas ou viúvas, com ou sem filhos, também tinham de trabalhar para seu próprio sustento, e sempre por salários menores – normalmente um terço – do que os homens recebiam. Em vez de insistirem em que as mulheres recebessem o mesmo que os homens, os sindicatos normalmente excluía as mulheres<sup>16</sup>. Sem considerar absolutamente a injustiça para com as mulheres, que eram forçadas a várias combinações de dependência e pobreza, essa era uma omissão fatal do sistema de salário família, porque elas estavam sempre potencialmente disponíveis para os empregadores por salários mais baixos.

O salário família era uma “solução” muito parcial e desigual para a pobreza e a instabilidade capitalista em seus primórdios. Era também uma cilada, que colocava homens contra mulheres em casa e no mercado de trabalho. Logicamente teria feito sentido para eles lutar por salários iguais para elas; isso teria reduzido a tentação dos empregadores de contratar mulheres pagando menos. Ao contrário, os homens freqüentemente encontraram formas de excluí-las dos sindicatos e colaboraram para mantê-las longe das funções bem-pagas. A desigualdade as desestimulou a trabalhar fora e as fez considerarem mais desejável ficar em casa para cuidar da família. Isso as tornou um sistema de trabalho não-pago de manutenção dos homens empregados – quer trabalhassem fora também ou não. Enquanto algumas indústrias permaneceram estáveis o bastante para manter contratos restritos com homens sindicalizados, estes puderam aspirar a, e mesmo conseguir, um salário família.

O sistema de salário família aprofundou-se e estendeu-se a vários países, de uma forma ou de outra, com a expansão da industrialização, e se manteve bem até o início da década de 1960. Tornou-se “tradicional”. Por volta da década de 1950, ele se transformara no padrão de muitas das principais indús-

trias da América do Norte e da Europa, como as automobilísticas e siderúrgicas. Também por essa época, havia uma formalidade a respeito: funções-chave eram negociadas pelos sindicatos e empregadores ou reguladas com salários mínimos e outras políticas do governo. Persistiam ainda as diferenças salariais entre homens e mulheres. (A eliminação dessas diferenças foi a meta mais importante do feminismo nos anos 1970.) O salário família tinha também por base a existência de um “núcleo” de trabalhadores relativamente estáveis. No Canadá, nos Estados Unidos e no México, esses trabalhadores eram homens descendentes de europeus. Os imigrantes, os índios e as mulheres estavam bastante excluídos de setores industriais-chave. Desse modo, o sexismo e o racismo estavam estruturalmente incrustados nas práticas laborais e nos sistemas salariais do período. Nos anos 1970, 1980 e 1990, quando se depararam com a queda dos lucros e consideraram seriamente a redução de salários, os empregadores solaparam o sistema de salário família contratando mulheres ou negros. Para tanto, “reestruturaram” ou transferiram suas indústrias.

Nos anos 1970, o trabalho começou a ser “reestruturado” no setor alimentício e aí também a reestruturação explorou a omissão do sistema de salário família. As mulheres e os jovens, a força de trabalho marginal, eram vistos como trabalhadores “flexíveis” e menos onerosos do que os homens. Essa “flexibilização” mudou a natureza do trabalho e as condições de emprego, e alterou as relações de gênero no local de trabalho e as relações familiares na vida privada. A contratação de mulheres e jovens para trabalhar nas áreas de culturas de exportação e de distribuição de *fast-food* (que Deborah Barndt denomina “maquilização” e “McDonaldização”) contribuiu para minar o nexos família-trabalho “tradicional”. Isso reverteu o processo pelo qual a tradição da família do modelo provedor-dona de casa e o salário família foram construídos: hoje as pessoas estão de novo encarando o mundo enquanto competidores individuais por empregos, as mulheres podem ser contratadas por salários mais baixos que os dos homens, e os adolescentes, e mesmo as crianças, por salários ainda mais baixos que os das mulheres. O efeito é sola-

par os sindicatos, reduzir os salários e os empregos dos homens, e, em última análise, minar o bem-estar econômico de todos.

A alimentação permaneceu no lar como parte do papel da mulher na família “tradicional”. A expansão da indústria alimentícia e especialmente do setor de serviços penetrou esse domínio de não-mercado em duas fases.

Na primeira, nas décadas de 1950 e 1960, dois setores econômicos em crescimento – o de bens “duráveis”, como refrigeradores e *freezers*, e o de alimentos “duráveis”, como ingredientes e comidas congelados – aprofundaram a penetração do mercado nas práticas de alimentação exercidas nos lares. A reafirmação dos papéis domésticos das mulheres no pós-guerra incluiu a nova definição da dona de casa como consumidora de bens domésticos. Isso poupava tempo para as mulheres que, paradoxalmente, estavam ingressando na força de trabalho remunerada em números cada vez maiores.

Na segunda fase, da década de 1970 em diante, os serviços de alimentação cresceram, empregando mulheres e jovens fora do lar, e oferecendo refeições preparadas individualmente para substituir a comida feita em casa. Cozinhar em troca de salário, em vez de em casa, e comprar refeições que costumavam ser feitas domesticamente levaram a aprofundar as relações de mercado na área da alimentação. Os “valores familiares tradicionais” – simbolizados pela refeição em casa – estão assim abrindo caminho para trajetórias de vida individuais. Os membros da família trabalham em turnos longos e fazem horas extras, especialmente em varejo e serviços de alimentação, e compram suas refeições.

As “tradições” de família e de comércio estão ligadas, tanto em sua origem como em seu declínio. A família de modelo provedor-dona de casa desenvolveu-se junto com a divisão entre mercados que organizam a produção e famílias que organizam o consumo. Agora ambos estão também mudando juntos. Essa visão histórica nos ajuda a compreender uma importante ilusão, que se desenrolou como um carretel pela história tanto do comércio como das famílias. A ideia de “desenvolvimento” soa muito positiva, mas esconde mudanças complexas que têm as-

pectos negativos. Na prática, “desenvolvimento” significa aprofundar as transações de mercado. Do ponto de vista econômico, isso sempre parece positivo: mais empregos, mais bens e, conseqüentemente, melhor situação.

Mas consideremos concretamente a situação. Se um hambúrguer é feito em casa, somente os ingredientes se incluem na produção econômica. Se a pessoa que costumava fazê-lo em casa agora trabalha no McDonald's, então tanto o fazer como o receber contam como contribuições “produtivas” para a economia nacional. Mas faz-se o mesmo trabalho humano e cria-se o mesmo número de refeições<sup>17</sup>. A questão pelo avesso é: será que o trabalho e as refeições valorizam mais a vida quando organizados fora pelo McDonald's do que em casa por mães não-remuneradas? A questão pelo direito é: será que as refeições valorizam mais a vida quando organizadas pelo McDonald's do que por outros meios de organizar nossa forma de fazer e comer refeições?

Olhando por esse prisma, é possível perguntar se transformar todo o trabalho e todos os bens em transações de mercado é a melhor maneira de conseguir uma vida melhor. As corporações que empregam pessoas para criar alimentos em todos os elos da cadeia que vai do campo à mesa estão destruindo antigas “tradições” de comércio, trabalho e estrutura familiar. Muitos dos aspectos destas não devem ser lamentadas. De fato, a criação de trabalho mal-remunerado, de longas jornadas e horas extras no setor de alimentação e o colapso desse mesmo setor organizado nacionalmente foram possíveis devido a falhas no sistema familiar, que manteve as mulheres trabalhando de graça em casa, e no sistema internacional, que manteve as pessoas pobres, especialmente nos países pobres. As corporações, compreensivelmente, aproveitaram oportunidades para vender produtos nunca antes vendidos e depois encontraram formas de fabricá-los com menor custo e de vendê-los em maior escala. Em busca de mão-de-obra mais barata e mercado mais amplo, elas pressionaram por mudanças nas regras internacionais que favorecessem sua mobilidade e expansão. Como resultado, tornamo-nos mais dependentes das corporações para nossa alimentação, tanto enquanto trabalhadores como enquanto consumidores.

## QUE FUTURO CONSTRUIREMOS: GLOBAL OU LOCAL?

Hoje, a refeição global ideal pode ser o hambúrguer<sup>18</sup>. Embora freqüentemente assumido como “tradicionalmente” americano, o hambúrguer permeou a cultura dos Estados Unidos mais recentemente que o camundongo Mickey. Sua ancestralidade inclui o tipo de bolinho de carne moída comido em parte da Alemanha e variações que apareceram em feiras municipais, em partes dos Estados Unidos colonizadas pelos europeus do norte<sup>19</sup>. Em geral, pão e bife derivam principalmente do cultivo e da culinária européia, que por sua vez descendem de culturas mediterrâneas mais disseminadas. A difusão do hambúrguer, contudo, acompanhou a ascensão das indústrias de *fast-food*. Isso marcou uma troca das refeições feitas em família pelas individuais.

Propaganda recente em revista exemplifica os efeitos combinados das mudanças induzidas pelas corporações nas práticas de alimentação: uma boneca é oferecida a uma menina para ajudá-la a aprender a ser mãe (forma utilizada por muitas sociedades humanas). O que exatamente ela está aprendendo com essa boneca? A alimentar seu bebê, que está usando um babador “McLanche Feliz”, com hambúrguer McDonald's, batatas fritas e *shake*! Outra boneca pode ensiná-la a amamentar seu bebê ou a amassar bananas. Mas o alimento que ela está aprendendo a servir ao seu bebê é comprado no McDonald's. E a própria menina não é a criança loira típica das propagandas veiculadas até muito recentemente. Seus cabelos e olhos pretos podem facilmente parecer os de uma criança mexicana, da qual, de outro modo, se esperaria que pensasse em alimentos como *tortillas* e feijões (e feitas no meio rural em vez de num Taco Bell). Uma indústria de brinquedos utiliza, para vender seus produtos às crianças, o McDonald's, que, por sua vez, divulga suas refeições. Os pais que compram esse brinquedo estão pagando pela propaganda que estimula suas crianças a comprarem refeições daquela corporação! As refeições das corporações estão cada vez mais sendo feitas e vendidas internacionalmente, estendendo-se pelo continente e mesmo pelo globo terrestre.

Como sugerido pela boneca do “McLanche Feliz”, o hambúrguer é mais um alimento de corporação do que norte-americano. Ele é parte do projeto de globalização impulsionado pelas corporações para substituir o projeto de “desenvolvimento” “tradicional” já regulamentado por Estados nacionais, com os Estados Unidos no centro. Por volta da década de 1970, o hambúrguer industrializado marcou a mudança do preparo (pela mulher) não-remunerado de refeições caseiras para aquilo que se tornou uma “tradição” de emprego (do homem) regulamentado. O hambúrguer dos *fast-foods* marcou também um desvio da produção de alimentos centrada nos Estados Unidos para um mundo onde os ingredientes são comprados de agricultores e pontos de venda são criados por corporações que escaparam de ser controladas pelos governos. O hambúrguer de corporação é preparado por trabalhadores eventuais de meio-período para pessoas que estão comendo fora de casa em mercados desregulamentados. Os novos trabalhadores e os novos consumidores são freqüentemente as mesmas pessoas, e agora eles gastam menos tempo com suas famílias. O alimento “industrial” é servido quente e pronto para se comer imediatamente, e os indivíduos “lambiscam” as refeições – comem quando podem, freqüentemente em pontos de venda de *fast-food* encontrados em toda parte. As corporações estão tentando criar uma nova “tradição” global para um mundo culturalmente diverso.

Novos padrões de produção e comércio acompanham as mudanças na alimentação, criando novas desigualdades. Frutas frescas e vegetais cultivados o ano todo são agora as exportações “não-tradicionais” de mais rápido crescimento. Os novos mercados de frutas exóticas, que incluem maçãs, no México, assim como mangas, no Canadá, têm sido globais desde sua implantação. Novos trabalhadores, especialmente mulheres, são empregados para cultivar e processar monoculturas de tomate ou morango em áreas antes destinadas à pequena agricultura de consumo local. Esses trabalhadores têm menos tempo e ingredientes para preparar alimentos “tradicionais”. Eles têm pouco dinheiro para comprar seja as versões de sua culinária produzidas por corporações como a Taco Bell, no México, seja

as importadas, como os hambúrgueres. Surge um novo padrão, no qual empresas locais firmam contrato com corporações transnacionais e empregam trabalhadores distintos; isso, por sua vez, reconfigura a vida familiar, muda dietas alimentares e conseqüentemente as culturas. É o que Vandana Shiva chama de globalização do conhecimento ocidental local. Uma cultura mundial verdadeiramente cosmopolita consistiria na coexistência de muitas culturas locais, trocando e aprendendo mútua e respeitosa<sup>20</sup>.

Os novos padrões de trabalho, comércio e vida familiar oferecidos hoje não são os únicos possíveis. Na verdade, eles criam tantos problemas de exploração, de danos ao meio ambiente, de doenças e de destruição da vida comunitária e das culturas locais que estão gerando focos de oposição e estratégias de sobrevivência por toda parte. As alternativas ao predomínio das corporações são necessariamente locais e específicas de determinada área do mundo, mas não estão isoladas das de outras. Seu sucesso depende de indivíduos conectando estratégias e estabelecendo ajuda mútua entre localidades. Esses esforços requerem regras do jogo internacionalmente diferentes da desregulamentação do comércio e do investimento que estão hoje causando turbulência em todo o mundo e servem somente para “desimpedir” as corporações às expensas das instituições democráticas, das comunidades, dos trabalhadores e dos consumidores de alimento. Novas coalizões de grupos preocupados com a segurança alimentar, a degradação do meio ambiente, os direitos trabalhistas, as mulheres e a saúde estão se formando para propor novos conjuntos de regras mais justas e democráticas.

Muitas alternativas locais, regionais e nacionais ainda precisam ser identificadas e conectadas. Para começar, cada um de nós pode se inteirar do que está mudando, da origem das “tradições” e do que é possível – aprendendo com o passado e com os outros. A mudança, ao longo do tempo, de um sistema centrado na agricultura para outro centrado na alimentação, com a maioria das pessoas trabalhando sob remuneração e comprando comida, abre possibilidades. Por exemplo, a agricultura partilhada pela comunidade (APC) é uma nova forma de vincular

agricultores e consumidores de alimentos. Em tal modelo, estes últimos compram a colheita antecipadamente, ajudam no cultivo e aprendem a comer o que a terra produz bem. Apoiados por seus consumidores, os agricultores canadenses ameaçados da perda da proteção do governo podem estar mais atentos ao que a terra produz bem, construindo uma nova ciência de agricultura ecológica e desenvolvendo uma nova fonte de emprego na terra. Eles também podem fazer experimentos com cultivos apropriados às culinárias dos imigrantes. De modo semelhante, as cozinhas comunitárias não são somente uma estratégia de sobrevivência para as comunidades auto-sustentadas do México que estão perdendo suas proteções, mas também um modelo para as comunidades multiculturais do Canadá.

Nas práticas de agricultura e de alimentação, nós canadenses temos muito a aprender com lugares como o México. Ironicamente, o exato momento em que os canadenses estão se conscientizando da necessidade de relocalizar seus sistemas de alimentação, a liberalização do comércio e as mudanças a ela associadas nas leis agrárias e trabalhistas estão ameaçando comunidades mexicanas auto-abastecidas que há muito se harmonizam com os ecossistemas locais. Estamos aprendendo com as experiências de cozinha comunitária na América Latina. Mas precisamos também aprender sobre leis e práticas que favorecem os agricultores e comunidades agrícolas, e a utilizar a terra sábia e sustentavelmente<sup>21</sup>. Em um tempo de desemprego crescente e tensão urbana, que afeta particularmente os jovens, parece sensato considerar uma agricultura de trabalho e conhecimento mais intensivos, para sustentar a vida e prover alimento. As práticas mexicanas relacionadas à terra e ao trabalho bem podem ter necessitado de mudanças, mas a adoção por atacado de práticas problemáticas dos sistemas agroindustriais parece imprudente. Isso também nos priva de um exemplo a considerar no Canadá.

A compra consciente é outro ponto de partida. As cooperativas de alimentos e mesmo os governos locais podem tentar apoiar uma agricultura local ambientalmente segura por meio da compra de alimentos (para escolas e hospitais, por exem-

plo). Indivíduos podem participar em campanhas de comércio justo promovidas por organizações como a OXFAM para comprar diretamente de cooperativas de outros países. Organizar e apoiar iniciativas locais (como a Good Food Box, os mercados de agricultores e os beneficiadores de alimentos locais que utilizam ingredientes locais) ajuda a assegurar o acesso de todos a alimentos saudáveis, cultivados em moldes sustentáveis. Regras internacionais para apoiar, em lugar de enfraquecer, a autoridade local poderiam permitir às comunidades em todos os níveis de escala a usar suas forças organizadas para gerenciar seus próprios interesses ao máximo. A coordenação entre comunidades autogovernadas, incluindo o respeito pelos efeitos de uma região sobre outra, reflete melhor a democracia, a justiça e a sustentabilidade do que a presente corrida desenfreada das corporações pela liberdade.

Vale a pena lembrar como e quando começou a mudança das "tradições". A história nos ajuda a traçar as mudanças, a identificar as bifurcações na trajetória, a compreender as conexões entre aspectos da vida social, das pequenas até as muito grandes, e a saber como nossas pequenas escolhas, mesmo aquelas inconscientes, contribuem para esta ou aquela direção, quando o presente se desdobra no futuro. Se tornarmos conscientes as nossas escolhas, cada um de nós pode fazer sua parte para tomar o caminho que queremos para todos.

### Notas

<sup>1</sup> BAWLIS-SMITH, T. P. *The Ecology of Agricultural Systems*. Cambridge: The University Press, 1982, p. 69-82. Veja também: MINTZ, Sidney. *Eating and Being: What Food Means*. In: HARRISS-WHITE, Barbara and HOFFENBERG, Sir Raymond (eds.). *Food: Multidisciplinary Perspectives*. Oxford: Blackwell, 1994. p. 102-115.

<sup>2</sup> WOLF, Eric. *Peasants*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1966.

<sup>3</sup> Veja: SHIVA, Vandana. *Monocultures of the Mind: Perspective on Biodiversity and Biotechnology*. London: Zed Books, 1993; MINTZ, Sidney, op. cit.; FRIEDMANN, Harriet. *Going in Circles: The Political Ecology of Food and Agriculture*. In: GREW, Raymond (ed.). *Food in Global History*. Boulder, CO: Westview, no prelo.

<sup>4</sup> SCHWEID, Richard. *Hot Peppers: Cajuns and Capsicum in New Iberia, Louisiana*. Seattle, WA: Madrona Publishers, 1980. p. 12-16.

<sup>5</sup> Os *ejidos* eram uma forma mexicana de propriedade coletiva por comunidades auto-governadas, entendida como um meio de recriar modos de vida indígenas em combinação com formas modernas de propriedade coletiva da terra. Eles se desenvolveram diferentemente entre si, com várias combinações de direitos comuns e individuais para usar e dispor da terra. Em geral, os membros do *ejido* eram capazes de permanecer na terra e na propriedade protegidos contra os mercados nacionais e internacionais.

<sup>6</sup> McMICHAEL, Philip. *Development and Social Change: A Global Analysis*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge, 1996. p. 35-36.

<sup>7</sup> FRIEDMANN, Harriet. "The Political Economy of Food: The Rise and Fall of the Postwar International Food Order", *American Journal of Sociology* 88 (1982), suplemento especial.

<sup>8</sup> Veja: SHIVA, Vandana, op. cit.

<sup>9</sup> FRIEDMANN, Harriet. International Relations of Food. In: HARRIS-WHITE, Barbara and HOFFENBERG, Sir Raymond (eds.), op. cit., p. 174-204. Este artigo também aparece na *New Left Review* 197 (1993), p. 29-57.

<sup>10</sup> McMICHAEL, Philip, op. cit., p. 145-178.

<sup>11</sup> Veja: CHOSSUDOWSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 2000.

<sup>12</sup> WALTON, John and SEDDON, David. *Free Markets and Food Riots: The Politics of Global Adjustment*. Oxford: Blackwell, 1994), p. 37-50.

<sup>13</sup> HARRIS, Marvin. *Sacred Cow, Abominable Pig*. Riddles of Food and Culture. New York: Simon e Schuster, 1985. p. 120-129.

<sup>14</sup> FOX, Bonnie J. The Rise and Fall of the Breadwinner-Homemaker Family. In: — (ed.). *Family Patterns and Gender Relations*. Toronto: Oxford University Press, 1993. p. 147-158.

<sup>15</sup> HUMPHRIES, Jane. "The Working-Class Family, Women's Liberation and Class Struggle: The Case of Nineteenth Century British". *Review of Radical Political Economics* 9 (1977), p. 25-42.

<sup>16</sup> MAY, Martha. Bread Before Roses: American Workingmen, Labor Unions and the Family Wage. In: FOX, Bonnie (ed.). *Family Patterns and Gender Relations*, cit., p. 135-145.

<sup>17</sup> Esse é o raciocínio desenvolvido em: WARING, Marilyn. *If Women Counted: A New Feminist Economics*. San Francisco: Harper Collins, 1990.

<sup>18</sup> George Ritzer, em *The McDonaldization of Society* (Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 1993), utiliza o hambúguer do McDonald's como uma maneira de entender uma longa lista de mudanças no trabalho e na vida diária.

<sup>19</sup> HARRIS, Marvin, op. cit., p. 121-122.

<sup>20</sup> SHIVA, Vandana, op. cit., p. 61-62.

<sup>21</sup> Veja: DUNCAN, Colin. *The Centrality of Agriculture: Between Humankind and the Rest of Nature*. Montreal: McGill-Queens, 1996; EHRENFELD, David. *Beginning Again: People and Nature in the New Millennium*. New York: Oxford University Press, 1993.

## CONHEÇA A SOF

A SOF é uma organização não-governamental feminista que atua desde 1963. Seu objetivo é contribuir para a construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular, que transforme as relações de gênero e favoreça a autodeterminação das mulheres. Seus temas mais importantes são as relações sociais de gênero, as políticas públicas de gênero, a saúde da mulher, os direitos reprodutivos. Tais temas desenvolvem-se nas seguintes linhas de atuação: formação feminista; assessoria e acompanhamento de políticas públicas; publicação e difusão de reflexões e análises; construção e articulação do movimento de mulheres e da sociedade civil.

### Publicações recentes

- *Mulher e Saúde*. Boletim trimestral, 28 números editados desde 1993. Temas de saúde da mulher, sexualidade e direitos reprodutivos.
- *Folha Feminista*. Boletim mensal, 39 números editados. O movimento feminista e a situação das mulheres no Brasil e no mundo.
- *Esterilização Feminina*. Livro com informações e reflexões sobre o assunto, 92 p., editado em 1994. Guia de trabalho para debates e formação.
- *Gênero e Desigualdade*. Primeiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 52 p., editado em 1997. Aborda a construção das relações sociais de gênero e sua dinâmica.
- *Gênero e Agricultura Familiar*. Segundo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 68 p., editado em 1998. Analisa a dinâmica das relações de gênero na agricultura familiar e o tratamento dado ao tema pelos movimentos sociais.
- *Saúde das Trabalhadoras*. Terceiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos

Reprodutivos, 80 p., editado em 1998. Enfoca a situação das trabalhadoras e a forma como se inserem no mercado de trabalho, considerando sobretudo a maternidade e as limitações impostas aos seus projetos profissionais.

- *Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista*. Quarto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 60 p., editado em 1998. É composto de três textos que analisam a construção histórica da sexualidade, propondo uma visão crítica do modelo dominante e apontando elementos e condições que permitirão, a homens e mulheres, viver uma sexualidade mais livre e menos definida pelo gênero.
- *Gênero e Educação*. Quinto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 76 p., editado em 1999. Seus textos tratam das políticas educacionais, indagam sobre o papel da escola na construção de identidades de gênero e discutem experiências na implantação de programas de consciência de gênero e educação sexual.
- *O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias*. Sexto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 120 p., editado em 1999. O trabalho das mulheres no contexto da hegemonia do neoliberalismo é o enfoque deste Caderno, mediante análises sobre a globalização, o trabalho doméstico e estudos de caso nos universos urbano e rural.
- *Mulheres, Corpo e Saúde*. Sétimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos, 72 p., editado em 2000. Debate as relações entre as atuais estratégias de controle do corpo das mulheres e a fragmentação da saúde.
- *Gênero nas Políticas Públicas*. Oitavo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 104 p., editado em 2000. Focaliza essencialmente as relações entre o feminismo e o Estado, abordando o contexto sócio-político das políticas públicas de gênero.

## Vídeos

- *Laqueadura: caminhos e descaminhos* (1993, 30 min, dir. de Jacira Melo e Silvana Afram). Apresenta o tema da esterilização feminina, hoje a prática mais usada no Brasil para evitar a gravidez. Informa e estimula o debate.
- *Aborto: fatos da vida* (1996, 24 min., dir. de Jacira Melo e Márcia Meirelles). Aborda aspectos morais, éticos, religiosos. Enfatiza a necessidade de atendimento público. Debate descriminalização e legalização.
- *Gênero, mentiras e videotape* (1996, 20 min, dir. de Lucila Meirelles). De maneira descontraída e bem-humorada, procura mostrar como as pessoas são educadas para serem homem ou mulher. Produção da SOF, Instituto Cajamar e TV dos Trabalhadores, com apoio da Crocevia.

## Outros materiais

A SOF produz folhetos, cartazes, programas de rádio e outros materiais para campanhas específicas.

## Informações, assinaturas e pedidos

Tel./fax: (11) 3819-3876 ou por carta à  
 SOF Sempreviva Organização Feminista  
 Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros  
 CEP 05417-080 São Paulo SP Brasil  
 correio eletrônico: sof@sof.org.br  
<http://www.sof.org.br>